

SILVIA REGINA NUNES

A GEOMETRIZAÇÃO DO DIZER NO DISCURSO DO INFOGRÁFICO

***THE GEOMETRIFICATION OF LANGUAGE IN THE INFOGRAPH
DISCOURSE***

**CAMPINAS
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

SILVIA REGINA NUNES

A GEOMETRIZAÇÃO DO DIZER NO DISCURSO DO INFOGRÁFICO

Orientadora/Supervisor: Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi

***THE GEOMETRIFICATION OF LANGUAGE IN THE INFOGRAPH
DISCOURSE***

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Doutora em Linguística.

Doctorate thesis presented to the Language Studies Institute of the University of Campinas to obtain the Ph.D. in Linguistics.

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CRISLLENE QUEIROZ CUSTODIO – CRB8/8624 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

N922g	Nunes, Silvia Regina, 1969- A geometrização do dizer no discurso do infográfico / Silvia Regina Nunes. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012. Orientador : Suzy Maria Lagazzi. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 1. Comunicação - Métodos gráficos. 2. Análise do discurso. 3. Movimento. 4. Informação - Imprensa. I. Lagazzi, Suzy, 1960-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.
-------	--

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: The geometrification of language in the infograph discourse.

Palavras-chave em inglês:

Communication - Graphic methods

Discourse analysis

Motion

Information - Press

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutora em Linguística.

Banca examinadora:

Suzy Maria Lagazzi [Orientador]

Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso

Solange Maria Leda Gallo

Renata Marcelle Lara Pimentel

Cristiane Pereira Dias

Data da defesa: 30-08-2012.

Programa de Pós-Graduação: Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Suzy Maria Lagazzi

Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso

Solange Maria Leda Gallo

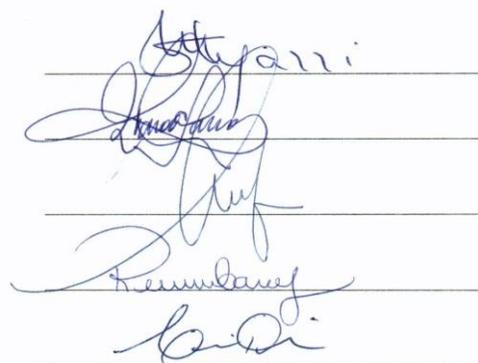
Renata Marcelle Lara Pimentel

Cristiane Pereira Dias

Nádia Régia Maffi Neckel

Carmen Zink Bolognini

Fernando Felício Pachi Filho



Handwritten signatures of five members of the exam board on horizontal lines. The signatures are: 1. A stylized signature starting with 'S'. 2. A signature starting with 'I'. 3. A signature starting with 'S'. 4. A signature starting with 'R'. 5. A signature starting with 'C'.

IEL/UNICAMP
2012

Aos meus pais e irmãos, pela compreensão em relação aos momentos ausentes e pela força e coragem com que sempre estiveram ao meu lado.

Aos meus filhos Alexandre e José Henrique, pela cumplicidade, pela alegria, pelo respeito e pelo amor que nos une.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Suzy Lagazzi, pela orientação respeitosa, pela amizade, pelo apoio constante e pela ternura com que sempre me acolheu.

Ao Instituto de Estudos da Linguagem, por sempre facilitar as condições de produção deste trabalho.

Às professoras Claudia Pfeiffer, Cristiane Dias, Mónica Zoppi Fontana e Marcio Bilharinho Naves, pelo aprendizado de uma prática científica e política.

À UNEMAT, pela licença concedida e pela oportunidade ofertada.

À FAPEMAT e CAPES, pela bolsa concedida.

A todos os amigos do Programa de Pós Graduação em Linguística do IEL.

À Maris, pela parceria constante e pelos momentos de reflexão, seja na UNICAMP, em casa ou na mesa do bar.

Aos amigos: Guilherme, Fábio e Luciana, além da amizade, pela aventura teórica nos caminhos do Materialismo Histórico.

Aos colegas do DINTER UNICAMP-UNEMAT, pela amizade e pelo processo contínuo de produção de conhecimentos.

Aos colegas de trabalho do Campus Universitário de Pontes e Lacerda.

A todas as pessoas que participaram, contribuindo para a realização deste trabalho, direta ou indiretamente, meu agradecimento.

Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir
Eu nem cochilei!
Os mais belos montes escalei
Nas noites escuras de frio chorei...

Cidade Negra

RESUMO

A pesquisa se inscreve na área da Análise de Discurso materialista e tem como objetivo a compreensão do funcionamento do infográfico nas suas formas impressa e eletrônica. A inquietação sobre os diferentes modos de leitura na contemporaneidade, que são condicionados pela circulação de materiais formulados a partir da relação entre diferentes elementos significantes, tais como a imagem, o som e a palavra, fundamentou a produção da pergunta que orienta esta pesquisa: *como a leitura se organiza na textualidade espaço-temporal do discurso do infográfico?* Refletimos sobre o discurso da informação e o modo como foram se constituindo, historicamente, efeitos de evidência sobre a necessidade de se informar. Compreendemos a emergência de um efeito de necessidade sobre “certa” forma de formulação para a informação que seria sustentada no efeito de evidência da estatística, do numérico. Historicizamos a constituição da infografia e apresentamos o modo como a relação entre a constituição da informação e também da informática administra sentidos para a constituição de um discurso (do) infográfico. Fizemos um trajeto pelos discursos **sobre** o infográfico e demos visibilidade ao modo como uma administração de sentidos sobre seu modo de formulação e circulação são determinantes para a produção de práticas de leitura sustentadas na rapidez-velocidade, no esquemático. Mostramos que o discurso sobre o infográfico mobiliza uma concepção de língua instrumental para a sustentação de um efeito de eficácia comunicativa deste objeto. Demos visibilidade a um efeito de leitura que designamos como *zig zag* e funil, visto que há uma organização dos elementos significantes que demanda uma leitura em ir e vir sobre o objeto analisado, um deslocamento do olhar entre estes elementos. Apresentamos como a produção de uma posição-sujeito leitor da informação infografada se constitui na relação com a textualidade infográfica. A compreensão das análises nos levou a visualizar a produção de, pelo menos, três efeitos de sentidos que se materializam simultaneamente no discurso do infográfico: o efeito de relevância, o de síntese e o de ordenação. Tais efeitos foram determinantes para darmos visibilidade ao *movimento de esquematização*, um duplo movimento que abriga estabilidade e deslocamento, ou seja, um ritual que administraria os modos de leitura, contudo passível de ser quebrado pela força material das relações históricas de produção dos sentidos. Apreendemos a constituição de uma geometrização do dizer no discurso do infográfico, marca fundante da ideologia da informação e reiterada nos efeitos constituídos no *movimento de esquematização*. Contudo, a geometrização do dizer designa também a abertura dos sentidos, funcionando como uma rede de relações heterogêneas que possibilitaria práticas de leitura em espiral. A relação entre informação-infografia, atravessada institucionalmente pelo discurso jornalístico, mostra a produção de efeitos de sentidos de produto para a informação, e circulando como sendo um produto, inevitavelmente, fica apagado seu tenso processo histórico de constituição, visto que a relação com o consumo,

com a propriedade e com o consenso está fundada neste movimento. Marcado pelo determinismo informacional, o infográfico marca e mostra um específico modo de leitura, contudo, nesse mesmo movimento, esbarra no devir da abertura dos sentidos.

Palavras-chave: Infográfico. Discurso. Informação. Movimento. Esquematização

ABSTRACT

Current research lies within materialist Discourse Analysis and aims at understanding the function of printed and electronic infographs. The issue on contemporary different reading modes, conditioned on the circulation of material made up from the relationship between different and significant factors, such as pictures, sound and words, foregrounded the question inherent to current research. "How is reading organized within space and time textuality in the infograph discourse?" Information discourse and the manner that evidence effects on information needs were historically constructed are debated. The emergence of a necessary effect on a 'certain' formulation form for information is understood. This would be foregrounded on the effect of statistical and number evidence. The constitution of the infograph is historicized and the manner the relationship between information constitution and informatics manages meanings for the formation of an infograph discourse is brought forward. Discourses on infographs have been analyzed and the mode by which a management of meaning on its formulation and circulation are determinant for the production of reading practices based on speed schemes was revealed. Discourse on infographs mobilizes a concept of instrumental language to foreground the object's efficaciousness communicative effect. A reading effect, denominated zigzag and funnel, has also been revealed. In fact, there is an organization of significant elements that requires a forward and backward reading on the analyzed object, or rather, a displacement of sight between the elements. The production of reading subject of infograph information is related to infograph textuality. Analyses showed the production of at least three meaning effects that materialize simultaneously in the infograph discourse, namely, relevance, synthesis and ordination effects. The latter were determinant to reveal the schematization movement, a double movement with stability and displacement, or rather, a ritual that manages reading modes. It may be broken by the material forces of historical relationships of the production of meanings. The constitution of a geometrification of language in the infograph discourse has been comprehended. It is the foundation of information ideology and repeated in the effects within the schematization movement. On the other hand, the geometrification of language is an opening of meanings. It functions as a network of heterogeneous relationships that would make possible spiral reading practices. The information-infograph relationship, institutionally worked through by the journalistic discourse, shows the production of the product's meaning effects for information. When it is spread as a product, its constitutional historical tense process is inevitably erased. This is due to its relationship with consumption, propriety and consent based on this movement. Since it is marked by informational determinism, the infograph marks and shows a specific reading mode and, through the same movement, is hindered by the opening of meaning.

Keywords: Infograph. Discourse. Information. Movement. Schematization.

RÉSUMÉ

La recherche s'inscrit dans le domaine de l'analyse du discours matérialiste et son objectif est la compréhension du fonctionnement de l'infographique dans ses formes imprimée et électronique. L'inquiétude sur les différentes façons de la lecture dans la contemporanéité, qui sont conditionnées par la circulation des matériaux formulés à partir de la relation entre les différents éléments significatifs, tels que l'image, le son et la parole, a fondé la production de la question qui guide cette recherche: *comment la lecture s'organise-t-elle dans la textualité espace-temporale du discours de l'infographique?* Nous avons réfléchi sur le discours de l'information et comment ont été constitués, historiquement, les effets d'évidence sur la nécessité d'informer. Nous comprenons l'émergence d'un effet de nécessité sur une « certaine » manière de formulation pour l'information qui serait soutenue sur l'effet d'évidence de la statistique, du numérique. Nous avons historicisé la constitution de l'infographie et nous avons présenté la façon comment la relation entre la mise en place de l'information et aussi de l'informatique administrent des sens pour la constitution d'un discours (du) infographique. Nous avons fait un chemin à travers les discours **sur** l'infographique et nous avons donné de visibilité à la manière comme une administration du sens sur son mode de formulation et de circulation détermine la production des pratiques de lecture soutenues dans la vitesse-vélocité, dans le schématique. Nous avons montré que le discours sur l'infographique mobilise une conception de langue instrumental pour soutenir un effet de l'efficacité communicative de cet objet. Nous avons donné de visibilité à un effet de lecture qu'on a désigné le zig zag et l'entonnoir, car il ya une organisation des éléments signifiants qui demande une lecture en avant et en arrière sur l'objet en cours d'analyse, un changement dans la perspective entre ces éléments. Nous avons montré comment la production d'une position-sujet lecteur de l'information mise sur l'infographique se constitue dans une relation avec la textualité infographique. La compréhension des analyses nous a conduit à voir la production d'au moins trois effets de sens qui se matérialisent simultanément dans le discours de l'infographique: l'effet de la pertinence, celui de la synthèse et de l'ordonnance. Ces effets ont contribué à donner une visibilité au *mouvement de schématisation*, un double mouvement qui abrite une stabilité et un déplacement, c'est à dire, un rituel qui administrerait les modes de lecture, mais susceptibles d'être brisé par la force matérielle des rapports historiques de production des sens. Nous avons compris la constitution d'une géométrisation du dire dans le discours de l'infographique, marque fondatrice de l'idéologie de l'information réitérée dans les effets constitués dans le *mouvement de la schématisation*. Cependant, la géométrisation du dire désigne également l'ouverture des sens, en fonctionnant comme un réseau de relations hétérogènes qui permettrait des pratiques de lecture dans une spirale. La relation entre l'information-infographie, traversée institutionnellement par le discours journalistique, montre la production des effets du sens de produit pour l'information et distribué en tant que produit,

immanquablement, on efface son tendu processus historique de constitution, puisque la relation avec la consommation, avec la propriété et le consensus est enracinée dans ce mouvement. Marqué par le déterminisme d'information, l'infographique marque et montre un mode spécifique de lecture, cependant, dans ce mouvement, il touche le devenir de l'ouverture des sens.

Mots-clés: L'infographique. Le discours. L'information. Le mouvement. La schématisation.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Relação entre noção de informação e concepções de língua
- Figura 2 - Manual de Infografia da Folha de São Paulo
- Figura 3 – Manual de Infografia da Folha de São Paulo
- Figura 4 – Manual de Infografia da Folha de São Paulo
- Figura 5 – Manual de Infografia da Folha de São Paulo
- Figura 6 – Manual de Infografia da Folha de São Paulo
- Figura 7 – Manual de Infografia da Folha de São Paulo
- Figura 8 – Manual de Infografia da Folha de São Paulo
- Figura 9 – Infográfico: Quem venceria um duelo entre um tigre e um leão? Revista Mundo Estranho, Edição nº 51 – Maio de 2006.
- Figura 10 – Infográfico: Como os mais ricos do mundo ganham dinheiro? Revista Superinteressante, Edição nº 268, agosto de 2009.
- Figura 11 – Infográfico: O ciclo do etanol. Revista Veja, Edição n.º 2052, março de 2008.
- Figura 12 – Infográfico: O ciclo do etanol. Revista Veja, Edição n.º 2052, março de 2008.
- Figura 13 – Infográfico: O ciclo do etanol. Revista Veja, Edição n.º 2052, março de 2008.
- Figura 14 – Infográfico: O ciclo do etanol. Revista Veja, Edição n.º 2052, março de 2008.
- Figura 15 – Infográfico: O boi em pedaços. *Site IG.*
- Figura 16 – Infográfico: O boi em pedaços. *Site IG.*
- Figura 17 – Infográfico: O boi em pedaços. *Site IG.*
- Figura 18 – Infográfico: O boi em pedaços. *Site IG.*

Figura 19 – Infográfico: O boi em pedaços. *Site IG.*

Figura 20 – Infográfico: O boi em pedaços. *Site IG.*

Figura 21 – Infográfico: O boi em pedaços. *Site IG.*

Figura 22 – Infográfico: O boi em pedaços. *Site IG.*

Figura 23 – Infográfico: Sobre as sondas espaciais. Revista Superinteressante, EDIÇÃO 257, outubro de 2008.

Figura 24 – Infográfico: Sondas no Universo, Revista Superinteressante, Edição nº 257, outubro de 2008.

Figura 25 – Infográfico: Sondas no Universo, Revista Superinteressante, Edição nº 257, outubro de 2008.

Figura 26 – Infográfico: Sondas no Universo, Revista Superinteressante, Edição nº 257, outubro de 2008.

Figura 27 – Infográfico: Sondas no Universo, Revista Superinteressante, Edição nº 257, outubro de 2008.

Figura 28 – Infográfico: Sondas no Universo, Revista Superinteressante, Edição nº 257, outubro de 2008.

Figura 29 – Infográfico: Sondas no Universo, Revista Superinteressante, Edição nº 257, outubro de 2008.

Figura 30 – Infográfico: Os efeitos do crack no organismo. Jornal Zero Hora. CLICRBS.

Figura 31 – Infográfico: Sondas no Universo, Revista Superinteressante, Edição nº 257, outubro de 2008.

Figura 32 – Infográfico: Sondas no Universo, Revista Superinteressante, Edição nº 257, outubro de 2008.

Figura 33 – Infográfico: Sondas no Universo, Revista Superinteressante, Edição nº 257, outubro de 2008.

Figura 34 – Infográfico: Sondas no Universo, Revista Superinteressante, Edição nº 257, outubro de 2008.

Figura 35 – Infográfico: Sondas no Universo, Revista Superinteressante, Edição nº 257, outubro de 2008.

Figura 36 – Infográfico: Sondas no Universo, Revista Superinteressante, Edição nº 257, outubro de 2008.

Figura 37 – Infográfico: Sondas no Universo, Revista Superinteressante, Edição nº 257, outubro de 2008.

Figura 38 – Infográfico: Sondas no Universo, Revista Superinteressante, Edição nº 257, outubro de 2008.

Figura 39 – Infográfico: Sondas no Universo, Revista Superinteressante, Edição nº 257, outubro de 2008.

Figura 40 – Infográfico: Sondas no Universo, Revista Superinteressante, Edição nº 257, outubro de 2008.

Figura 41 – Infográfico: Sondas no Universo, Revista Superinteressante, Edição nº 257, outubro de 2008.

Figura 42 – Infográfico: Sondas no Universo, Revista Superinteressante, Edição nº 257, outubro de 2008.

Figura 43 – Infográfico: Os efeitos do crack no organismo. Jornal Zero Hora. CLICRBS.

Figura 44 – Infográfico: Os efeitos do crack no organismo. Jornal Zero Hora. CLICRBS.

Figura 45 – Infográfico: Os efeitos do crack no organismo. Jornal Zero Hora. CLICRBS.

Figura 46 – Infográfico: Os efeitos do crack no organismo. Jornal Zero Hora. CLICRBS.

Figura 47 – Infográfico: Os efeitos do crack no organismo. Jornal Zero Hora. CLICRBS.

Figura 48 – Infográfico: Os efeitos do crack no organismo. Jornal Zero Hora. CLICRBS.

Figura 49 – Infográfico: Os efeitos do crack no organismo. Jornal Zero Hora. CLICRBS.

Figura 50 – Infográfico: Os efeitos do crack no organismo. Jornal Zero Hora. CLICRBS.

Figura 51 – Infográfico: Os efeitos do crack no organismo. Jornal Zero Hora. CLICRBS.

Figura 52 – Infográfico: Os efeitos do crack no organismo. Jornal Zero Hora. CLICRBS.

Figura 53 – Infográfico: Os efeitos do crack no organismo. Jornal Zero Hora. CLICRBS.

Figura 54 – Infográfico: Os efeitos do crack no organismo. Jornal Zero Hora. CLICRBS.

Figura 55 – Infográfico: Os efeitos do crack no organismo. Jornal Zero Hora. CLICRBS.

Figura 56 – Infográfico: INSÔNIA. Revista Veja.com

Figura 57 – Infográfico: INSÔNIA. Revista Veja.com

Figura 58 – Infográfico: INSÔNIA. Revista Veja.com

Figura 59 – Infográfico: INSÔNIA. Revista Veja.com

Figura 60 – Infográfico: INSÔNIA. Revista Veja.com

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	25
2 DISCURSOS SOBRE INFORMAÇÃO	31
2.1 SOBRE A UNIDADE E A DIVERSIDADE: EFEITOS DE INFORMAÇÃO	41
3 SOBRE AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO INFOGRÁFICO	45
3.1 UM DISCURSO SOBRE O INFOGRÁFICO.....	51
4 A LEITURA E O MOVIMENTO DE TEXTUALIZAÇÃO-TEXTUALIDADE NO DISCURSO DO INFOGRÁFICO	77
4.1 O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM INFOGRÁFICOS IMPRESSOS E ELETRÔNICOS.....	81
4.2 TEXTUALIDADE INFOGRÁFICA IMPRESSA.....	86
4.3 TEXTUALIDADE INFOGRÁFICA ELETRÔNICA.....	103
5 PRÁTICAS DE LEITURA NO DISCURSO DO INFOGRÁFICO E A CONSTITUIÇÃO DE UM MOVIMENTO DE ESQUEMATIZAÇÃO.....	123
5.1 SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE UMA POSIÇÃO-SUJEITO LEITOR DE INFORMAÇÃO INFOGRAFADA.....	128
6 A RELAÇÃO CLIQUE-LINK-ZOOM: EFEITOS DE LEITURA NA TEXTUALIDADE INFOGRÁFICA	137
7 CONSIDERAÇÕES (SEM) FINAIS	185
REFERÊNCIAS	193

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre infográficos, que apresentamos aqui, teve seu início já no curso de mestrado em Letras. Naquele momento, pesquisamos a formulação verbal de infográficos impressos publicados na revista *Saúde* e o modo como um deslizamento metafórico era produzido na formulação verbal constituindo uma linguagem espetacularizada para a divulgação científica. Teoricamente a pesquisa foi conduzida por uma mescla de concepções e autores dos quais destacamos Bakhtin, Ducrot, Pêcheux e Orlandi. As filiações epistemológicas, contudo, não faziam muito sentido para nosso percurso acadêmico, naquele momento.

Foi somente ao ingressar no curso de doutorado e instituir um trajeto de pesquisas cuja consistência epistemológica permeou o processo de apropriação de conhecimento, que compreendemos a consequência de trabalhar numa linha de pesquisa sustentada especificamente numa filiação materialista. Ao realizar a pesquisa do mestrado buscávamos uma complementaridade entre campos teóricos distintos e nesse movimento uma concepção idealista sustentava nossos objetivos na procura de sínteses apaziguadoras, na busca de soluções para os problemas, no fechamento de questões sobre os temas pesquisados. O processo de delimitação do objeto de pesquisa e o trabalho de análise são sustentados no modo como se significa o sujeito-analista, ou seja, afetado pelas relações de forças que submetem o funcionamento de seu objeto de estudo e, imaginariamente, na busca das respostas para seu questionamento. A diferença que a tese aqui apresentada assumiu em relação àquela do mestrado funda-se em três pontos incontornáveis, ou seja, acerca do modo como compreendemos o estatuto de língua, de sujeito e de história. Nesse processo, a filiação a determinado campo epistemológico, como o materialismo histórico, e não a outro, faz toda diferença. E faz sentido.

O deslocamento possibilitado para a compreensão das noções de língua, sujeito e história - saindo de uma concepção estritamente idealista para

uma concepção fundamentada no materialismo histórico - colocam em cena noções como a de incompletude e contradição. Incompletude da língua e do sujeito... contradição da e na história. É Althusser (1985) quem abre a trilha para uma “pegada” materialista da linguagem. E compreender a linguagem pelo materialismo faz uma grande diferença, porque neste entremeio a noção de contradição encontra toda sua consequência, uma vez que não basta somente pensar uma dialética da oposição, como a filosofia hegeliana propõe. Nessa direção, a leitura que Althusser faz das obras de Marx mostra toda a força do materialismo, pois há uma crítica justamente à maneira como Marx é lido ancorado nos princípios hegelianos, isto é, em princípios idealistas.

Diferentemente do modo como se constitui uma determinada leitura do marxismo, Althusser (1985) propõe um método de leitura diferente (o método sintomático de leitura) e buscando inverter a concepção idealista atribuída a Marx, mostra o materialismo que há em Marx, pois não seria possível vislumbrar um materialismo no modo hegeliano de operar por oposições, mas sim, diferentemente, no funcionamento da contradição histórica. A dialética hegeliana trabalha na base dos contrários, no funcionamento do "ou... ou", isto é, uma ideia sempre excluiria outra e, nesse processo, reafirmaria a anterior; uma oposição monótona, como nos assevera Pêcheux ([1990] 2006). A contradição não. Na contradição não haveria a possibilidade de sobredeterminação de uma oposição pela outra, mas sim relações complexas no funcionamento das instâncias. Haveria na dialética opositiva somente a possibilidade de redução de uma questão à outra, que se daria simplesmente por uma contrariedade expressa que as apartaria de maneira não consensual. A contradição funciona como impossibilidade de existir síntese (LAGAZZI, 2010), de impossibilidade da existência da unidade, ou seja, um funcionamento paradoxal, complexo e que se estrutura por relações assimétricas que se movimentam na totalidade social.

É nesse lugar da incompletude e da contradição que apresentamos esse trabalho. Um lugar suado e doído, porém consequente e fortemente

constituído no processo de apropriação de conhecimentos não só do funcionamento da linguagem, mas também no entremeio (ORLANDI, 2001) dos campos teóricos ligados a ela, tais como a teoria da informação, a comunicação visual, o jornalismo, o *design*. Porque a linguagem atravessa todos estes campos e os sustenta pelo processo de produção dos sentidos. E porque se somos consequentes com o materialismo histórico e a análise de discurso, a incompletude e a contradição sustentam o dizer, mostrando sua falta de originalidade, sua não transparência, sua espessura opaca em quaisquer materiais, sendo eles tomados como discurso. É nessa direção que tentamos entrar na leitura e na interpretação, isto é, nas relações de produção do dizer dos sujeitos. Processo e movimento.

A inquietação sobre os diferentes modos de leitura na contemporaneidade, que são condicionados pela circulação de materiais formulados a partir da relação entre elementos significantes tais como a imagem, o som e a palavra - e no caso específico desta tese, o infográfico - fundamentou a produção da pergunta que orienta esta pesquisa: *como a leitura se organiza na textualidade espaço-temporal do discurso do infográfico?* Perguntar sobre o modo como o espaço e o tempo significam e são formulados num material como o infográfico, que tem sua especificidade marcada pela imbricação material (LAGAZZI, 2009) destes elementos, é determinante para entendermos de que maneira tais práticas de leitura se constituem, visto que um funcionamento que se daria somente na formulação verbal não é mais exclusividade dos materiais em circulação na mídia.

O modo como a mídia põe em circulação as formulações visuais na sociedade contemporânea pelos jornais, pela TV, pelo cinema, pela internet, entre outros meios, mostra a consequência de se analisar infográficos. Ao folhearmos uma revista ou jornal e navegarmos pela rede eletrônica nos deparamos com esse material cuja composição específica nos leva imediatamente a observar a diferença entre ele e outros materiais com formulação estritamente verbal. À

primeira vista, sua organização peculiar nos desafia e instiga e um produtivo questionamento se constitui: *Ler um infográfico é como ler um texto somente com formulação verbal?*

Problematizar as práticas de leitura do infográfico coloca questões sobre para quem se dirige este material. Isto porque seu modo de circulação, seja na rede eletrônica, seja nas bancas de jornal e revistas, nas salas dos consultórios de médicos, dentistas ou de cabeleireiros, na biblioteca da escola, etc. produz um efeito-leitor específico demandado por uma prática de leitura que não tem mais sua sustentação garantida pela formulação verbal. Assim, o efeito-leitor do infográfico convoca modos de ler que estão ancorados no efeito de rapidez e velocidade produzido pelo imaginário de tempo escasso que circula na sociedade. E então outro questionamento se impõe: *O infográfico tornaria a leitura mais rápida?*

Questões como essas destacam a necessidade de se compreender a intrincada relação entre leitura (interpretação), informação e conhecimento e os deslizamentos e recobrimentos que permeiam tal processo.

O procedimento teórico-analítico, sustentado na análise de discurso materialista, a partir da reflexão sobre noções teóricas como as de formulação, texto-textualidade-textualização, efeito-leitor, efeitos de sentidos, posição-sujeito e ideologia, nos deu condições para a constituição do dispositivo analítico. Buscamos, portanto, nestes princípios e procedimentos (ORLANDI, 2001) uma maneira de analisar o infográfico que permitisse o deslocamento de concepções que o reduziram a uma interpretação ancorada num funcionamento estritamente verbal. Uma análise discursiva que não se pautasse na dicotomia redutora entre o verbal e o visual, mas que contemplasse sua forma material, ou seja, uma forma que não é só linguística (um funcionamento formal, abstrato) e nem somente empírica (com seu conteúdo-produto), mas, sobretudo, forma junto com conteúdo, processo histórico de significações em que o sujeito, a história e a linguagem, estão materialmente pensados e implicados (ORLANDI, 1990).

Podemos dizer que o infográfico é um material que abriga a emergência sócio-histórica da imbricação material (LAGAZZI, 2009) no impresso e no eletrônico¹, ou seja, ele constitui-se num espaço de interpretação singular para a análise dos modos de ler.

O *corpus* da pesquisa é composto por oito infográficos, sendo quatro impressos e quatro eletrônicos. Os impressos são: *O ciclo do etanol* da revista *Veja*, *Sondas Espaciais* da revista *Superinteressante*, *Quem venceria um duelo entre um tigre e um leão?* da revista *Mundo Estranho* e *Como os mais ricos do mundo ganham dinheiro?* da revista *Superinteressante*. Os eletrônicos são: *Insônia* da revista *Veja.com*, *Sondas no Universo* da Revista *Superinteressante online*, *O boi em pedaços* do site IG e *Efeitos do crack no organismo* do jornal *Zero Hora – Clic RBS*.

Selecionamos, então, infográficos impressos e eletrônicos, artigos sobre infográficos e um manual de infografia para observar o processo de formulação do infográfico. Historicizamos a constituição dos infográficos na imprensa e sua relação com as áreas de jornalismo e de *design*, e também analisamos o discurso da informação e o modo como sua circulação produz efeitos de sentido sobre o discurso jornalístico e o infográfico.

Inicialmente apresentamos uma reflexão sobre o discurso da informação e o modo como foram se constituindo, historicamente, efeitos de evidência sobre a necessidade de se informar. Nessa discussão, compreendemos a emergência de um efeito de necessidade sobre “certo” modo de formulação para a noção de informação que seria sustentada no efeito de evidência da estatística, do numérico. Na sequência, historicizamos a constituição da infografia e apresentamos o modo como a relação entre a constituição da informação e também da informática administram sentidos para a constituição de um discurso

¹ Conforme Orlandi (2010) que, em sua reflexão sobre este objeto de análise, o relaciona a automação e o batiza como eletrônico no processo de constituição de uma reflexão sobre o virtual pensado nos termos da não transparência da linguagem.

(do) infográfico. Nesse mesmo capítulo analisamos a forma como um discurso **sobre** o infográfico administra seu modo de formulação e circulação. Na sequência, a partir da reflexão sobre princípios teóricos como a noção de leitura, texto e textualidade, formulação, arquivo e efeito-leitor e questionamos as práticas de leitura contemporânea observando a constituição do movimento de formulação do infográfico, bem como a produção da textualidade infográfica. No capítulo seguinte, as análises mostram a consequência de nossa tese compreendendo a constituição de um movimento de esquematização na textualidade infográfica. Mostramos, ainda, a produção de uma posição-sujeito leitor da informação infografada e os efeitos dessa posição para a constituição das práticas de leitura contemporâneas. Em seguida, analisamos como a relação entre o clique e o *link* e o funcionamento do *zoom* produzem formas de leitura específicas da textualidade infográfica.

As questões que acompanham a constituição de um discurso (do) infográfico nos colocam em estado de urgência analítica e teórica quando em relação com o que se designa como a “sociedade da informação”. Que estatuto a noção de informação adquire num processo como esse é um ponto de questionamento em nosso trabalho. Que práticas de leitura são produzidas nessas relações é outro ponto de ancoragem que especifica nosso gesto teórico-analítico.

2 DISCURSOS SOBRE A INFORMAÇÃO

*Era uma vez um planeta mecânico, lógico
Onde ninguém tinha dúvidas
Havia nome pra tudo e para tudo uma explicação
Até o pôr-do-sol sobre o mar era um gráfico.*

A Fábula - Engenheiros do Hawaii

Algumas reflexões sobre o modo como se constituem os discursos sobre a informação são fundamentais para compreendermos o processo de constituição do discurso do infográfico. Ao questionarmos o que é informação e o que significa nos informarmos e comunicarmos, buscamos a compreensão das práticas que se constituem sob o efeito de transparência dos discursos sobre a informação, sobre a sociedade da informação, sobre a teoria da informação-comunicação, entre outros. Discursos que circulam a partir de algumas formas já cristalizadas no imaginário social, tais como:

Informação sempre!

Informação acima de tudo!

A informação que você precisa em um só lugar!

Todo mundo precisa de informação!

É só clicar e informar-se!

E o que é se informar? O que é “a” informação? Seriam dados, mensagens, conteúdos, conhecimento? Como nos informamos? Questões como estas conduzem à observação das relações entre linguagem, informação e comunicação.

A mídia tem posto em circulação, de modo determinante, a necessidade da informação. Mattelart (2002, p. 07) reitera que as apologias de uma sociedade

da informação, considerada enquanto um paradigma dominante da mudança e caução de um mundo que seria mais “solidário, transparente, livre e igualitário”- juntamente com a apologia da tecnologia (e os discursos que a acompanham) - ocupam uma posição decisiva e singular na sociedade contemporânea. O discurso sobre a informação reveste-se, assim, de uma forma instrumental e utilitarista que determina os modos do que seja informar alguém, e também, de modo reversivo, se informar de alguma coisa. Essa forma instrumental é reiterada no discurso do infográfico.

Nas questões que levantou sobre o modo de funcionamento da imprensa enquanto instituição, Mariani (1999) menciona o modo como o mito da informação, produzido pelo discurso das normas técnicas de redação dos manuais da imprensa, se constitui a partir de outro mito: o da comunicação linguística. Esse processo deriva do fato de que “comunicar/informar/noticiar (na imprensa) são atos resultantes de um controle exterior” [...] em que:

[...] a legitimação da imprensa como instituição é também o momento em que se está formalizando tanto uma imagem do sujeito jurídico ocidental, que conquistou seus direitos, sendo dotado de vontades e responsabilidades, quanto está sendo formada a concepção predominante de linguagem verbal como instrumento de comunicação. (MARIANI, 1999, p. 53).

Mariani (2006, p. 34) salienta que o discurso jornalístico se produz embasado num pretense domínio da referencialidade, porque se baseia em uma concepção de linguagem em que a língua funciona como instrumento de comunicação de informações. Desse processo decorrem os efeitos de sentido de objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade das informações jornalísticas. No caso específico do infográfico, o discurso sobre a informação produz efeitos de sentidos de que quando a imagem vem junto com as palavras a informação se tornaria “mais fiel”, ou “mais real”. Como essa relação imagem-palavra, num artefato específico como o infográfico, “melhoraria a informação”?

Pensar a noção de informação a partir de uma posição discursiva permite que problematizemos sua aparência lógica e estável. Tal gesto permite visualizar a abrangência dessa noção como sempre-já significada numa relação circular entre o excesso e a falta. Num enunciado como “temos que nos informar!” ressoa o discurso do excesso materializado na diversidade de domínios a ela relacionados, tais como: era da informação, história da informação, ciência da informação, teoria da informação, sociedade da informação... e nas diversas formas que a caracterizam, como: redes de informação, medidas de informação, recuperação de informação, capacidade de informação, escassez de informação, economia de informação, excesso de informação, desinformação, etc. O excesso de determinativos para a noção de informação instaura a sua forma mutante, ou seja, o excesso irrompe no discurso da falta, num funcionamento equívoco. Como dissemos, esse funcionamento equívoco é constituído na relação excesso-falta e sustenta-se na circularidade, pois o excesso de informações para todos os sujeitos seria necessário visto que a informação faltaria a ele. Pensado de outra forma, sendo a falta (de informações) constitutiva do sujeito seria necessária a produção de informação em larga escala, de diferentes maneiras para “suturar” a falta que constitui o sujeito. O funcionamento equívoco se dá, portanto, em relação ao sujeito. As questões que norteiam nossa reflexão retornam: *o que é informar-se? o que é informação?* Questões que relacionadas ao processo de produção do discurso da informação problematizam seu modo próprio de funcionamento. É dessa forma que se torna visível o discurso da falta se constituindo em relação com o efeito de evidência da completude, isto é, informação como produto. A informação-produto se sustenta no efeito de evidência da aquisição e da transmissão, ou seja, ao sujeito é facultado adquirir e/ou transmitir informações. É nesse efeito de evidência que irrompe a força do discurso da falta de informação, bem como o efeito de evidência da sua produção em larga escala.

Observando o funcionamento da ideologia jurídica em relação ao capitalismo é possível visualizar uma tensão estruturante que coloca de um lado a

universalidade de direito à informação e de outro a própria produção da informação. A todos o direito e a necessidade de se informar e para tanto uma grande quantidade de informação a ser produzida. A relação circular entre excesso e falta se constitui nas condições de produção da sociedade capitalista estruturada pelo consumo, ficando a informação significada como mercadoria, nesse processo.

A sociedade capitalista não só se significa pelo consumo de mercadorias, mas ainda necessita tornar visível a aquisição destas mercadorias. Tais mercadorias, com o tempo, deixaram de ser um produto humano para tornarem-se objeto de adoração, perdendo sua utilidade atual e adquirindo um valor simbólico, quase que divino. Adquirir um carro novo ou realizar uma viagem, por exemplo, ainda é pouco perto da necessidade de tornar visíveis estes fatos, de publicizá-los, principalmente através de fotos nas redes sociais, de acelerar sua circulação. Muito mais do que “ter”, uma “cultura” do aparecer se impõe (DEBORD, 1992).

Informação fica assim significada como fetiche e as relações de produção ficam em segundo plano em relação à imposição do capital. O processo de apropriação do conhecimento, nestes termos, fica sobredeterminado pelo fetiche da informação, ou seja, quanto mais se puder “adquirir” informação, tanto melhor! O excesso (da informação) determinando sua falta (do conhecimento).

A determinação da palavra informação funciona administrando um possível deslizamento de sentidos em que as condições de produção determinam não só sobre o que, mas também o modo como nos informamos. O modo como a palavra informação circula é ancorado num efeito de evidência que tampona uma sua fissura transitiva. A palavra informar funciona intransitivamente, pois não se pergunta: informar o que? A expressão “o quê?” fica escamoteada pela sobredeterminação do discurso da falta que trabalha na intransitividade. Nesse processo, o efeito-informação aparece sempre-já como produto. O imperativo

“devemos nos informar” silencia o sobre “o quê”, silencia sua possível transitividade permitida pelo processo histórico.

O modo como esse processo funciona como efeito de evidência para os sujeitos pode ser capturado quando observamos o que afirmam Gadet e Pêcheux (2004, p. 23) sobre expressões “linguagem humana” e “língua natural”, que cessaram de ser tautologias e se tornaram a forma específica pela qual os significantes são inscritos no aparelho do inconsciente, isto é, os efeitos de sentidos produzidos por essas expressões são de obviedade, literalidade (só podem ser assim!). Os autores colocam que:

Em toda língua falada por seres humanos, os traços significantes, as “marcas” linguísticas não se estruturam segundo a ordem lógico-matemática. A dificuldade do estudo das línguas naturais provém do fato de que suas marcas sintáticas nelas são essencialmente capazes de deslocamentos, de transgressões, de reorganizações. É também a razão pela qual as línguas naturais são capazes de política. (GADET e PÊCHEUX, 2004, p. 24).

Na mesma direção, os efeitos de sentido lógico para informação estariam determinados por seus complementos e por suas especificações, visto que as formas linguísticas constituídas a partir da noção-palavra “informação” apresentam funcionamento semelhante, já tendo, também, seus sentidos inscritos no efeito de transparência (naturalidade) em sua materialidade.

A tese pecheutiana de que a “língua serve para comunicar, e também para não comunicar” (PÊCHEUX, 1997a) marca o deslocamento de uma concepção instrumental de língua, ou seja, questiona a atribuição de uma função para a língua, a que seria a de um código que “transmitiria literalmente” as informações aos interlocutores. Contudo, as coisas não são tão simples assim, pois tomar a língua apenas como instrumento de transmissão seria ignorar as condições de produção que permitiram o dizer, ou seja, silenciar quem diz, desconsiderar quem ouve e apagar os processos históricos que permitiram dizer

uma coisa e não outra. A relação sujeito-língua-história fica escamoteada pela noção instrumental de língua. A crítica que aparece sob a forma “a língua serve para comunicar, e também para não comunicar” vem justamente mostrar o equívoco de noções que funcionam num efeito de estabilidade como as de comunicação e informação, as quais circulam no efeito de transparência do sentido, sustentadas na concepção universalizante do discurso jurídico.

Partindo da afirmação de Pêcheux (1997a), Orlandi (2001) reitera que as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos podem ser múltiplos e variados. Segundo ela, os sujeitos estão realizando simultaneamente o processo de significação e não estão separados de forma estanque. No lugar da mensagem, a proposta seria pensar o discurso, ou seja, os “efeitos de sentidos entre locutores” e por isso não se trata de transmissão de informação apenas, uma vez que se tem um complexo processo de constituição entre os sujeitos e a produção de sentidos e não meramente uma transmissão de informação.

Orlandi (2001), ao criticar o esquema da comunicação da forma como foi constituído por Jakobson, coloca a impossibilidade da relação direta e biunívoca entre significante e significado, uma vez que uma equivalência dos sentidos das palavras na língua não existiria como também não existe um sentido único para cada uma delas. É pelas condições históricas de produção e pela inscrição nas formações discursivas que se torna possível a identificação com os sentidos, visto que sujeitos identificados com formações discursivas distintas podem não estabelecer uma mesma interpretação. De um lado e de outro, a mesma palavra pode apresentar sentidos diferentes e realizar a comunicação, no entanto pode, também, acontecer a não-comunicação.

Abaixo apresentamos um esquema em que mostramos o modo como compreendemos o funcionamento da noção de informação se relacionada às concepções de língua instrumental e discursiva.



Figura 01- Relação entre noção de informação e concepções de língua

Ao compreender o funcionamento da sociedade da informação, Mattelart (2002, p. 08) descreve que sob o mito da tecnologia salvadora [da informática] transparece a materialidade de um esquema operatório de remodelamento da ordem econômica, política e militar em escala planetária. A partir da Guerra Fria, e no rastro da inteligência artificial, é que a emergência do

progresso eletrônico se instaurou na sociedade, trazendo com isto a emergência do que ele designa como discurso “dos fins” (da ideologia, do engajamento; a negação da política e do político) (MATTELART, 2002, p. 08). Contudo, o discurso que reitera “os fins” ao mesmo tempo em que denega a ideologia, reafirma sua visibilidade como ocultação, como um conteúdo impossível de se alcançar.

O autor afirma que apesar da entrada da noção de sociedade da informação nas representações coletivas, é possível traçar uma história mostrando que a determinação social de uma “necessidade” de informar-se não é somente, conforme circula amplamente, consequência direta e utilitarista do advento da informática, mas um funcionamento que se inscreve numa memória de acontecimentos anteriores e que tem na questão da linguagem uma forte ancoragem, uma vez que “a utopia moderna de uma linguagem mundial nasceu muito antes que a linguagem informática cristalizasse o projeto de uma língua universal” (MATTELART, 2002).

Bem antes do que se designou como o *boom* da informática, já estavam em constituição práticas afetadas pela produção de um mundo “semanticamente normal” e sem contradições; mundo que seria completamente ordenado e harmonioso. Mattelart (2002) coloca Leibniz (1646-1716) como um possível santo padroeiro para a Cibernética, devido ao princípio que regia, pela filosofia, seus estudos matemáticos, a saber: “descobrir um ponto a partir do qual tudo é ordenado”. Mattelart (p. 11) aponta que “a ideia de uma sociedade regida pela informação está inscrita no código genético do projeto de sociedade inspirado pela mística do número” e que tal funcionamento opera muito antes da entrada da noção de informação na língua e na cultura da modernidade. Esse projeto, que ganhou forma nos séculos XVII e XVIII, coloca a matemática como modelo do raciocínio e da ação útil, fazendo com que o pensamento do enumerável e do mensurável torne-se o protótipo da verdade [do que se poderia chamar de verdade] instaurando a possibilidade de busca da perfectibilidade das/nas sociedades humanas. Foi um momento forte da materialização da língua dos

cálculos. Um momento em que a Revolução Francesa tentou realizar a forma modelar da igualdade cidadã e dos valores do universalismo.

Também Condorcet (1743-1794), relembra Mattelart (2002), dedicou-se ao projeto de uma língua de “certeza geométrica” que deveria ser rigorosa e precisa em relação aos objetos englobados pela inteligência humana no que tange ao conhecimento da verdade (que seria fácil) e ao erro que seria quase impossível. Esta língua faria amplo uso de quadros, tabelas, procedimentos de figuração geométrica e análise descritiva.

Podemos fazer uma relação sobre os modos de funcionamento dessas assim designadas línguas de “certeza geométrica” com a discussão que Pêcheux ([1990] 2006) empreende sobre os vários tipos de real. O autor questiona se haveria objetos que deveriam ser declarados mais reais que outros e para isto vale-se da contraditória relação que se estabeleceria entre os universos logicamente estabilizados e os não estabilizados logicamente. Para isto, mostra como a conjunção entre as técnicas materiais (gráficos) e as técnicas de gestão social dos indivíduos (estatística) “repousam, em seu funcionamento discursivo interno”, sobre uma proibição da interpretação. Neste gesto, Pêcheux ([1990] 2006) colocaria em pauta, segundo Orlandi (2009), o real das disciplinas de interpretação na diferença com o real de disciplinas tais como a física, a estatística, a matemática, etc. A referida proibição da interpretação funcionaria, nesse processo, sob o modo de uma oposição, ou seja, “implicando o uso regulado de proposições lógicas (Verdadeiro ou Falso) com interrogações disjuntivas (“o estado de coisas” é A ou não-A?)” nublando a alteridade constitutiva do discurso. O efeito decorrente do funcionamento desses universos logicamente estabilizados é o do saber do que se fala, “porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação”, propriedades que se tornam visíveis a partir de:

(...) uma série de evidências lógico-práticas, de nível muito geral, tais como:

- um mesmo objeto X não pode estar ao mesmo tempo em duas localizações diferentes;
- um mesmo objeto X não pode ter e ver ao mesmo tempo com a propriedade P e a propriedade não-P;
- um mesmo acontecimento A não pode ao mesmo tempo acontecer e não acontecer, etc. (PÊCHEUX, [1990] 2006, p. 33).

O foco de Pêcheux incidiria, segundo Orlandi (2009) sobre o estruturalismo. A autora assevera que o estruturalismo interessa ao estudioso, nesta medida, para que se coloque em suspenso “a produção de interpretações (como representações de conteúdos) em proveito, como ele diz, de uma pura descrição desses arranjos”. Há uma recusa, desta forma, em atribuir ao estruturalismo o estatuto de “ciência régia”, a que daria conta de tudo. Isto porque o estruturalismo abalaria “as evidências literárias da autenticidade do vivido e as certezas científicas do funcionalismo positivista” (ORLANDI, 2009).

Contudo, a autora coloca que para Pêcheux “esse movimento anti-narcísico balançava em outra forma de narcisia teórica: o da estrutura”. E então se poderia pensar numa inclinação estruturalista de reinscrição de suas leituras no espaço de uma lógica conceptual de suspensão da interpretação, contudo oscilando “numa espécie de sobre-interpretação estrutural (os archi, os meta etc.)”. Um dos efeitos dessa sobredeterminação seria cair “na tentação de um discurso sem sujeito, simulando os processos matemáticos, principalmente na linguística, dando-se ares de uma nova ciência régia negando sua posição de interpretação”.

Para Orlandi (2009) residiria aí o cerne da mudança de território que Pêcheux produziu em relação ao estruturalismo, especialmente com a análise de discurso. Nesse gesto estaria a possibilidade da construção de procedimentos “capazes de abordar explicitamente o fato linguístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (PÊCHEUX, [1990] 2006). A afirmação de que todo enunciado seria, então, uma série de pontos de deriva

oferecendo lugar à interpretação é, para Orlandi (2009), “a afirmação mais cabal de M. Pêcheux para sair de um positivismo da estrutura”, ou seja, “sua mudança de terreno radical no que tange à questão do sentido” e também “a mais difícil de ser respondida pelas ciências humanas”.

Como veremos nas análises, além das questões sobre a numerização, a ordenação e a geometrização, que são marcas que compõem a especificidade estrutural do discurso do infográfico, a relação com os específicos tipos de real e seus efeitos de verdade também compõem seu processo de produção de sentidos. Mostraremos como tais marcas sustentam o funcionamento do infográfico e também como o discurso da informação emerge nesse funcionamento.

2.1 SOBRE A UNIDADE E A DIVERSIDADE: EFEITOS DE INFORMAÇÃO

Nosso objetivo, nesta seção, é relacionar as questões criticadas por Pêcheux (2004) sobre a unidade e a diversidade linguística com o modo como são produzidos sentidos para a noção de informação. Para isto, problematizamos o trajeto de sentidos instituídos para esta noção a partir de designações como “sociedade da informação” e “sociedade do conhecimento” e as relações de poder que as atravessam.

A afirmação de Gadet e Pêcheux (2004, p. 35) de que a política atravessa a história da Linguística - não sob uma forma de contradição simples e monótona do tipo opositiva como o par “ditadura x liberdade”, mas muito mais complexa - é uma afirmação que serve para dizer também que a política (e o político) atravessam as práticas midiáticas. E se há o político, há contradição. Lemos (2008, p. 76) assevera que o grande mito da modernidade foi o sonho de uma sociedade de comunicação transparente, em que a difusão da informação se daria através de redes cibernéticas. O autor argumenta que tal ideia de comunicação racional e sociedade iluminada (sem ambiguidades) é um sonho

totalitário e essas relações de forças que circulam na sociedade são de natureza política.

Os efeitos de sentido produzidos para a noção de informação a associam a um produto que estaria disponível para todos (Informação para todos; Informação vale ouro; A informação emancipa o indivíduo; Informar-se para subir na vida! etc.). O produto, que encena a diversidade, mostra-se sob o modo da possibilidade de realizar inclusão (no sentido em que circula no discurso politicamente correto): todos devem informar-se; a informação está disponível a todos; deve-se facilitar a informação. Esse funcionamento aponta para a correção dos desvios e supressão de desigualdades produzindo efeitos de universalidade.

Dias (2009), traça uma consistente reflexão sobre o modo como as noções de informação e de conhecimento se relacionam no discurso das novas tecnologias e como os sentidos do termo conhecimento, na sociedade contemporânea, deslizam para os sentidos de informação. A autora coloca que:

“Sociedade da Informação” e “Sociedade do Conhecimento” não têm o mesmo sentido, embora se articulem discursivamente no jogo metafórico da substituição contextual, conforme nos ensina Pêcheux. Na relação com as novas tecnologias, o sentido de um é constitutivo do sentido do outro, mas não é o mesmo sentido. (DIAS, 2009, p. 20).

O que se depreende dessa relação, por sua sustentação nas condições de produção das práticas sociais capitalistas, é a maneira como a noção de informação funciona como conhecimento silenciando o processo da prática científica. Desta maneira, a informação aparece como se fosse um dado, um produto que estivesse disponível para todos de maneira igual, como se os sujeitos fossem todos iguais. Apagam-se as diferenças, generaliza-se o social. E apagando as diferenças não há lugar para se falar de analfabetos, nem de portadores de necessidades especiais, muito menos dos que não tem acesso à tecnologia. Apaga-se o fato de que sempre há, num caixa eletrônico, alguém que

precisa de ajuda para ver seu extrato bancário, pagar uma conta ou realizar um saque, bem como é silenciada a dificuldade de algumas pessoas colocarem em funcionamento as funções elementares de um celular. Mas circula na sociedade que há informações, que elas estão por ai para quem quiser, pois os sujeitos devem se informar!

No jornalismo, aparecem sob o efeito de evidência as condições em que as informações se constituem e circulam, ou seja, as informações são tomadas, muitas vezes, como se fossem o real, como se fossem “uma” (única) verdade. Tal funcionamento instaura um efeito de produto-verdade, visto que os sentidos que circulam sobre a informação a relacionam ao visível, ao crível, ao tangível. É como se todos tivessem condições de se informar e a informação, enquanto efeito, chegasse-estivesse-fosse transparente e literal. Como já afirmamos, fundam-se, nesse cenário, discursos sobre o excesso (injustamente sobre a falta), e também sobre a novidade da informação. Efeitos de sentido sobre o que seja a novidade e o excesso, nessas condições, fundam a concepção de que o sujeito estaria ultrapassado, a não ser que se informasse continuamente das novidades que nem sempre são novidades, mas que são simuladas como se fossem.

O que fica significado como comunicação, no discurso midiático, funciona à maneira da unidade, associada a meio, a canal; e sendo somente meio não afetaria o produto, nem o sujeito, contudo Orlandi (2005, p. 12) observa que os meios em que circulam os sentidos não são neutros, e assim a comunicação não funciona de maneira lógica, termo a termo, numa relação ideal falante-ouvinte, a maneira do esquema comunicacional jakobsoniano.

O que Orlandi (2010) observa sobre as noções de dados e interação quanto ao modo como aparece no discurso dos internautas e cientistas da informação, no espaço do discurso eletrônico é importante, pois a autora salienta que se estamos de acordo que a linguagem não é transparente, que os sujeitos não são a origem de si e que os sentidos são produzidos em processos em que

funciona a determinação histórica, é possível resignificar tais noções. Interação, desta forma, resignifica-se como produção/prática de gestos por sujeitos que ocupam específicas posições discursivas na relação com este processo de significação.

Em relação à noção de dados, Orlandi (2010) adianta que no discurso não tratamos com dados, mas com fatos de linguagem, de diversas naturezas. O fato tem materialidade, visto que há um processo histórico de constituição que o possibilita, ou seja, não é um mero produto. Logo, segundo a autora, há fatos de linguagem que se transformam em informações, e informações nesse processo adquirem o formato de textos, de imagens, de sons, de vídeo, que são as chamadas “multimídias”. São diferentes materialidades significantes (LAGAZZI, 2009) com seus específicos modos de significar, pois conforme mostra Pêcheux (1997a) no discurso temos menos informações do que efeitos de sentidos.

3 SOBRE AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO INFOGRÁFICO

*(...) que a importância de uma coisa
não se mede com fita métrica nem
com balanças nem barômetros etc.
Que a importância de uma coisa há
que ser medida pelo encantamento
que a coisa produza em nós.*

Manoel de Barros

Nosso objetivo neste capítulo é mostrar como as condições de produção da informática sustentam a formulação do infográfico e o modo como é produzida uma concepção de informação informatizada nessa relação.

Compreender os processos pelos quais a informática se constitui implica retornar ao período da Segunda Guerra Mundial, época em que, segundo Mattelart (2002), as máquinas inteligentes ganham impulso. Nesse período, Alan Turing (1912-1959) trabalha com criptografia - com o objetivo de quebrar os códigos secretos produzidos pelos alemães - e formaliza os conceitos de algoritmo e computação a partir da criação de uma máquina, que mais tarde seria designada como Máquina de Turing. Essas formalizações foram muito importantes para a construção do que conhecemos hoje em dia como computador. Para Mattelart (p. 53), a máquina de Turing era capaz de encarnar todo um “procedimento bem definido” e dar forma à ideia de “máquina universal”. O autor afirma que, em sintonia com a descoberta biológica do mecanismo cerebral nos humanos, o projeto de Turing se dedicou à construção de um “cérebro eletrônico”.

Dessas pesquisas foram construídos sistemas maquínicos e também teorias como as de medidas de informação, que prepararam o terreno para a constituição da informática e da internet. Mattelart (2000) salienta que, de modo geral, a guerra foi fundamental para a emergência desses acontecimentos. Os computadores começaram a ser produzidos já nesse período. No início de forma

muito rudimentar operando como grandes calculadoras (o ENIAC ocupava uma enorme sala), mas conforme ocorreram as pesquisas sobre eletricidade (passando de válvulas a transistores), os computadores foram tornando-se menores e de mais simples operação, até que em 1981 a IBM produziu o primeiro computador pessoal.

A emergência da internet foi determinada pelas condições sócio-históricas da Guerra Fria. A necessidade de proporcionar formas de comunicação consistentes para que o governo americano pudesse observar as ações do inimigo global - o comunismo mundial (MATTELART, 2002) - foi determinante para a criação de sistemas de defesa aérea como o SAGE (Semi-Automatic Ground Environment System), cujo desenvolvimento foi uma resposta à ameaça da possibilidade de uma guerra nuclear. De acordo com Mattelart (p. 56), “a tecnologia informacional em si torna-se o primeiro teórico do poder aéreo. Esta ideologia impregnada de determinismo técnico secundará doravante a integração da inteligência artificial nos sistemas de armas”.

A produção de sistemas de defesa aérea desencadeou a organização de sistemas de interconexão tais como a ARPANET, precursora da Internet. Segundo Mattelart (2000), em resposta ao gesto da União Soviética ter lançado o Sputnik e desencadeado a luta pela conquista espacial, o Pentágono organiza uma agência de coordenação de contratos de pesquisa federais, a DARPA (Defense Advanced Research Projects Agency), para administrar os trâmites de pesquisas, e, dez anos mais tarde, com a finalidade de facilitar a relação entre as diversas equipes envolvidas nesses projetos de pesquisa, a agência inaugura a ARPANET.

O autor salienta que:

(...) é no seio dessa ‘república dos especialistas em informática’ que depende dos contratos federais e funciona ao abrigo do mundo exterior que se forma a ideia segundo a qual o modelo de sociabilidade que se desenvolveu em torno e por intermédio da

Arpanet pode ser implantado no mundo ordinário (MATTELART, 2002, p. 61).

Assim, observa Mattelart (2002), desde o final da Segunda Guerra Mundial o departamento de defesa dos EUA teve como objetivo legitimar, junto aos organismos da ONU, sua doutrina de livre fluxo de informações, cada vez mais assimilada à da livre troca, uma doutrina oposta à do Kremlin, que propugnava pela tese da soberania nacional. Nessa direção, Washington propõe o primeiro sistema de comunicação global (INTELSAT), uma vitrine de opulência informacional, conforme destaca o autor.

Mattelart (2000) lembra que em 1962 é lançado o satélite Telstar que faria a ligação informacional entre a Europa e Estados Unidos. Já em 1965 é posto em órbita o primeiro satélite geoestacionário de telecomunicações comerciais, da rede internacional de satélites Intelsat, designado com Early Bird. O autor afirma que o controle americano sobre o Intelsat no início é total. Sendo, de um lado, administrado por uma sociedade privada de tipo particular, a Comsat, que detinha 45% das ações e a outra metade dividida entre vários pequenos acionistas e 163 outras empresas da indústria da comunicação americana. De outro lado, conforme o autor, os Estados Unidos são proprietários de 60% das partes do Intelsat, uma porcentagem que estaria em proporção ao que esse país utilizaria das propriedades técnicas deste satélite. Já a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha Federal detinham 20% e o restante era dividido entre 15 outras nações industriais.

Segundo Mattelart (2000), nenhuma nação do Terceiro Mundo tinha representação entre os parceiros do consórcio. Contudo, fiel à doutrina do Estado securitário internacional, o Intelsat oferecia a todas as nações em desenvolvimento uma tarifa reduzida cujo custo era transferido para os países industrializados.

Em relação à expansão da Internet, de acordo com Wertheim (2001), no final da década de sessenta, técnicos da firma Bolt Beranek and Newman, de Boston, conectaram através de linhas telefônicas especialmente instaladas, dois

computadores separados por centenas de quilômetros, um na UCLA e o outro no Stanford Research Institute. Logo outros dois nós haviam sido acrescentados a essa rede “nascente” (a Universidade da Califórnia e a Universidade de Utah), compondo, assim, uma rede de quatro sites. No início da década de setenta, a rede ARPA estaria crescendo a uma taxa de aproximadamente um “nó” por mês e, em 1972, já conteria vinte e nove “nós” localizados em universidades e centros de pesquisa em todos os cantos dos EUA. No final da década de setenta, segundo a autora, a ARPANET ainda abrangia sessenta e um sites, visto que a cara manutenção de apenas um site custava cerca de cem mil dólares por ano.

A autora conta que as vantagens do que estava sendo designado como “a Rede” eram evidentes e um grande número de pessoas, especialmente cientistas da computação, estava solicitando acesso online, contudo, por ser um projeto do departamento de defesa, a ARPANET não era facilmente acessível. Disso decorreu a necessidade de se criar uma rede civil. Assim, a National Science Foundation decidiu, em 1980, patrocinar uma rede que conectasse um número cada vez maior de departamentos de ciência dos computadores espalhados pelo país, a CSNET. Com as duas redes em atividade (ARPANET e CSNET) houve uma interconexão entre elas. A partir da década de 80 outras redes foram criadas e se interconectando à ARPANET.

Conforme Wertheim (2001), esta expansão gerou a necessidade de se produzir um conjunto padronizado de procedimentos que permitiriam a todas as redes trocar informação entre si, o que veio a se configurar como “Internet Protocol” e foi dessa designação que se formou o nome Internet. De acordo com a autora, em meados da década de 80, a National Science Foundation tomou a decisão de financiar um backbone nacional para servir de suporte para uma série de redes regionais ligando universidades em todo o país. Essa rede foi designada como NSFNET e mais tarde seria a Internet. A autora afirma que esse acontecimento marca uma guinada na história do ciberespaço, visto que era o início do que ela designa como inflação ciberespacial. A partir de então o ritmo

acelerou-se superando as expectativas mais desvairadas de seus criadores. Contudo, o acesso ainda era restrito à comunidade acadêmica e a área militar, sendo que a maioria das pessoas nem sequer ouvira falar, ainda, sobre o ciberespaço.

É possível visualizar um cenário bem diferente atualmente. Segundo o *site* da UOL – Tecnologia - baseado na agência de telecomunicações da ONU (Organização das Nações Unidas) (*online*, 2012) - o número de usuários da internet alcançou, no fim de 2010, a marca de 2 bilhões de usuários. De acordo com a notícia, quase uma pessoa a cada três no mundo já navegou na rede e 57% desses internautas são de países em desenvolvimento. Hoje seria praticamente impossível sustentar que a maioria das pessoas nunca tenha ouvido falar da internet. Não quero dizer com isso que toda população tenha acesso e navegue pelos sites disponíveis na rede, mas de uma maneira ou de outra, seja pela TV, pelos jornais, na escola ou mesmo nas relações sociais cotidianas a internet significa de alguma maneira na vida das pessoas, quer dizer, faz parte das condições da vida concreta dos sujeitos, pela presença e pela falta.

No que é designado como Web 1.0, a rede era utilizada para publicar documentos, enviar *e-mails* e realizar transações as mais diversas como vender produtos e acessar contas bancárias. Isso tem mudado, pois na Web 2.0 pode-se disponibilizar textos num blog, fotos em redes sociais, vídeos num *site* como o YouTube, entre outras coisas. O armazenamento de livros em *e-reader* e a atualização de *sites* pelo celular, por exemplo, é cada vez mais comum. A rede tem se constituído como um lugar de destaque para a organização comunitária, atividades em grupo, mobilização social e estudo.

Segundo o blogueiro Daniel Galvão, estamos sob a injunção maciça da Web 2.0, no entanto outras possibilidades estão em fase de constituição tais como a Web 3.0, a Web 4.0 e a Web 5.0. A Web 3.0 teria sua ancoragem em redes semânticas em que *tags* específicas são utilizadas para identificar informações solicitadas pelos internautas, por exemplo, a busca de passagens para viagens

em *sites* de busca específicos desde que garantidas as informações exatas sobre o tipo de viagem que se quer realizar. A Web 4.0, também designada como rede móvel, põe em circulação a possibilidade de funcionamento sem fio, ou seja, é a rede *wireless*. O GPS (Global Positioning System - Sistema de Posicionamento Global) é um exemplo dela. A concepção de integração em tempo real faz parte deste funcionamento. A Web 5.0 será a rede sensorial-emotiva, ou seja, haverá a possibilidade da interpretação de nossas emoções pela rede. (conforme publicado no blog O Mundo das Ideias Corporativas - <http://ideiascorporativas.wordpress.com/tag/web-4-0/>).

Podemos a partir da classificação das fases apresentadas sobre a evolução da rede eletrônica (Web 1.0 até Web 5.0) questionar alguns pontos que se relacionam às questões que discutimos sobre o infográfico, especificamente em relação às condições de produção do discurso eletrônico. Alguns enunciados passam a circular, então, sob o efeito de evidência: transferência de dados e informações, navegação, acessibilidade, compartilhamento, tempo real, velocidade, conexão, interação em rede, etc. E o sujeito que navega-acesa-transfere-compartilha-interage é envolvido nas tramas geométricas e multidimensionais da rede eletrônica.

O modo de funcionamento do tempo tem afetado fortemente as condições de produção que sustentam a formulação infográfica. Como assevera Dias (2011), “uma das características do mundo contemporâneo é a velocidade” e desta concepção decorre a busca da autora em compreender o tempo que estamos vivendo, ou seja, “o tempo em seu aspecto material, que tem relação com a forma da sociedade e das relações sociais”. Nessa direção, segundo Dias (2011), a aceleração do tempo tem estreita relação com a velocidade das redes, nos colocando cada vez mais no futuro e projetando “nossa memória, nossos corpos, nossa política, nossa vida, nosso futuro”. (p.45)

Baseada naquilo que Robin (1997) desenvolve sobre a desimbolização e desrealização do corpo e das instituições em função de um domínio técnico da

vida, Dias (2011) acredita que haveria uma reinvenção do espaço e do tempo pela onipresença do corpo e dos signos. Tal reinvenção, segundo a autora, ainda em consonância com as asserções de Robin, diria respeito ao laço social e simbólico e seria decorrente destas questões, por exemplo, o investimento na transformação de máquinas em “leitoras de emoções e sentimentos”, conforme vem sendo desenvolvidas pesquisas a respeito da implementação da Web 5.0.

Perguntamo-nos como o infográfico significa em relação ao funcionamento da velocidade e do tempo e que efeitos são produzidos nas práticas de leitura. No campo jornalístico, por exemplo, é comum ouvirmos que o infográfico é uma nova tecnologia de informação que só se tornou possível devido à computação gráfica que aperfeiçoou os processos de montagem de imagens permitindo, para as revistas e jornais, que se realizassem tiragens impressas muito próximas umas das outras. A questão da rapidez da impressão se impõe nesse processo, como também a da rapidez da leitura, uma é decorrente da outra, constitui-se um efeito de necessidade de produção em larga escala de materiais para leitura, e se há uma produção em larga escala destes materiais, eles precisam ser lidos, rapidamente.

Sob tais condições históricas de constituição do eletrônico, a concepção de informação desliza para uma concepção de informação informatizada, isto é, uma forma de informação atrelada ao modo específico de funcionamento permitido pelo computador, que viabilizaria a formulação e a circulação de informação de modos específicos, dentre eles pelo infográfico. Seria uma linguagem que, pela proliferação da internet e pela velocidade da informação, seria produzida pela tecnologia. Uma linguagem que permeia nosso cotidiano e precisaríamos, na atual conjuntura histórica-social, compreender seu modo de funcionamento (DIAS, 2009).

3.1 UM DISCURSO SOBRE O INFOGRÁFICO

Através de um percurso histórico que mostra as condições de produção de um discurso *sobre* o infográfico no Brasil e em países que tem uma produção consistente deste material, constituímos uma reflexão sobre como este discurso circula nos campos do jornalismo e do *design*.

O infográfico é um material que circula em diversos meios, tais como jornais, revistas, livros científicos, livros didáticos, embalagens de produtos (especificamente numa embalagem de creme dental) e no ciberespaço (sites de jornais, revistas, didáticos, entre outros). A Espanha e os EUA se destacam como países em que as pesquisas sobre a infografia são mais produtivas.

Na Espanha destacam-se: a Universidade de La Laguna, com o pesquisador José Manuel De Pablos Coello, a Universidade Autônoma de Barcelona, com o pesquisador José Luis Valero Sancho e a Universidade de Navarra, onde acontece anualmente o prêmio MALOFIEJ. Destaco, também, o pesquisador e infografista Alberto Cairo - professor da School of Journalism and Mass Communication da Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill e, atualmente, diretor de infografia e multimídia da Editora Globo.

Nos Estados Unidos pode-se destacar o *Poynter Institute*, o *Knight Center for Journalism in the Americas*, da Universidade do Texas (Austin) e a já citada *School of Journalism and Mass Communication da Universidade da Carolina do Norte* em Chapel Hill. As pesquisas realizadas nesses centros são produzidas na maior parte por estudiosos da comunicação e do design.

No Brasil não é muito diferente, as pesquisas também são produzidas quase que exclusivamente na área de comunicação e do design. Destacam-se os pesquisadores do GJOL-Facom (Grupo de Jornalismo Online da Faculdade de Comunicação da UFBA) e do Núcleo de Pesquisa em Linguagens do Jornalismo Científico (Nupejoc) da UFSC. Há também algumas pesquisas pontuais desenvolvidas na UFPR e na UFPE, contudo a maior produção acadêmica está concentrada nos dois grupos já citados (GJOL e NUPEJOC). As pesquisas desenvolvidas nestes grupos versam sobre os aspectos técnicos do infográfico,

buscando categorizá-los e tipologizá-los, além de promover uma sistematização deste objeto para o trabalho pedagógico nas faculdades de comunicação e *design*.

Segundo De Pablos (1998), circula amplamente que a infografia seja uma prática contemporânea, só produzida através dos avanços da informática, contudo o autor afirma que a infografia existe desde que o homem existe, isto é, desde que “un ejemplar de antiguo humán descubrió el trazo” e desencadeou o que hoje conhecemos como sendo as artes gráficas. Para o autor, o suporte e o traço apareceram concomitantemente, o primeiro determinava a forma do traçado e ia configurando uma rede de sentidos produzidos no e pelo gesto de traçar. O traço e o suporte seriam importantíssimos para o desenvolvimento da humanidade, sendo apontados por De Pablos (1998) como desencadeadores do gesto gutenberguiano que mais tarde produziria a prensa de tipos móveis e em seguida a própria imprensa.

Então, para o referido autor, a infografia tem existido desde sempre, isto é, “desde la primera unión comunicativa de un dibujo o pintura subrayada por un texto alusivo” (DE PABLOS, 1998). Assim, o autor sublinha que a infografia não apareceu apenas contemporaneamente a partir do advento da informática e das tecnologias digitais, mas muito antes disso, ou seja, antes dos infográficos apresentarem considerável perfil técnico. Antes de serem estáticos ou animados (dinâmicos), por exemplo, já havia formas parecidas com a prática infográfica nas cavernas com as pinturas rupestres, nos vasos mesopotâmicos, no ideograma chinês, etc.

Nesta direção, para De Pablos (1998), a significação do nome infográfico circula, atualmente, de maneira controvertida e discutível, pois há quem associe “info” somente à informática e associa “grafia” à animação, contudo, segundo o autor, a infografia que encontramos nos periódicos parece estar assentada num funcionamento mais antigo, conforme referido por ele. Sendo assim, à “info” corresponderia uma noção de informação (mesmo que informática signifique também informação automática), enquanto à “grafia” corresponderia a

noção de gráfica/gráfico, que tem relação com o desenho e com o traço, e não uma relação direta entre info e informática e grafia e escrita/animação, conforme circula amplamente. A infografia comportaria, portanto, dois poderosos elementos: um que abrangeria o formato gráfico, o desenho, e outro se apresentando como formulação escrita, tipográfica que ilustraria com poucas palavras a imagem criada (traçada, desenhada)/fotografada. De Pablos (1998) chega, assim, a sua definição de infografia:

A infografia, então, é a apresentação impressa (ou num formato digital, na tela, como nos modernos sistemas online) de um binômio imagem + texto: I+T. Qualquer que seja o suporte em que se apresente esse casamento informativo: papel, plástico, uma tela... barro, pergaminho, papiro, pedra.

De modo amplo, as considerações do autor acerca da infografia são importantes para a constituição de um funcionamento da relação imagem-escrita. Mesmo que não tenhamos a mesma posição que ele sobre algumas noções - tais como a de que a formulação escrita (texto, conforme o autor coloca) serviria para ilustrar a imagem – seus estudos sobre esse material, ainda na década de 90, já consignam um funcionamento que rompe com uma determinação somente técnica para a infografia, colocando a relação entre a imagem e a palavra como condicionante para a constituição de um homem que se significa pela-na noção de informação.

Diferentemente, Cairo (2008) define a infografia de duas maneiras: como uma representação diagramática de dados e como representação abstrata de uma realidade. A abstração faria, segundo ele, o papel da seleção de informações, ou seja, um movimento que eliminaria ou reduziria as características irrelevantes para que a informação importante se destacasse. Para o autor isto significa que o grau de abstração dependeria de fatores como a familiaridade que o leitor teria com o que estaria sendo representado e seu conhecimento sobre os códigos de representação. Cairo (2008) afirma que “as primeiras infografias da

imprensa foram mapas criados por autores anônimos nos quais se intui certa falta de formação em cartografia”. Para o autor foram manifestações mais artísticas do que jornalísticas. Um exemplo apontado é o de um mapa da tentativa de invasão da baía de Cádiz por tropas britânicas, publicado pelo The Daily Courant em 22 de setembro de 1702.

É possível observar, a partir das afirmações de De Pablos (1998) e de Cairo (2008), o modo como eles conceituam a infografia. O primeiro atribui a ela um funcionamento autônomo, de significar por si, o que indica um efeito de transparência para os sentidos das informações ali produzidas. O segundo a compreende como instrumento, como técnica pura, um meio neutro pelo qual as informações seriam “fielmente repassadas” aos leitores. Essa posição abstrata se alia à posição cognitivista e marcadamente centralizada num sujeito intencional, visto que, para Cairo (2008) a infografia seria um processo de visualização da informação, uma: “ferramenta de amplificação da cognição e da memória”.

Ribas (2005) coloca que não se encontra uma definição consensual de infografia, ora ela é significada como sinônimo de gráfico e mapa, ora se distancia desse conceito. Alguns autores a consideram como um gênero jornalístico, enquanto outros discordam dessa classificação e a mostram como “uma técnica, uma linguagem, uma disciplina, um recurso, uma ferramenta informativa, uma ilustração, uma unidade espacial”. Na web, também não há consenso: sob o rótulo de infográfico são colocados os gráficos interativos, as ilustrações, mapas animados, slideshows e reportagens multimídia, etc. Objetivando delimitar o conceito de infografia com a finalidade de melhor entendimento desse objeto - visto que, segundo a autora, há um “problema conceitual” que se constitui a partir da “má tradução” do inglês para o termo gráfico, como também da utilização do conceito de infografia para designar mapa e do uso destes termos como sinônimos – Ribas (2005) cita alguns autores apresentando um panorama da constituição da infografia no jornalismo, iniciando pela problematização da

nomeação de infografia. Sua conclusão é a de que uma infografia não é um gráfico e tampouco um mapa. A autora aponta que:

[...] o termo *diagram*, traduzido para o português como 'diagrama', e que designa um desenho ou figura que mostra partes de uma coisa, seu funcionamento, ou representa a operação e processos seja mais adequado para denominar o que se constitui como infografia. A terminologia, portanto, seria algo como 'infodiagrama' ou 'diagrama informativo', apesar da redundância. (RIBAS, *online*, 2005).

A informação gráfica na imprensa, segundo Peltzer (1992, p. 75) apareceu praticamente junto com os primeiros jornais, contudo era considerada como uma arte decorativa, ou somente como complemento da informação textual. Essa relação aponta para um funcionamento disjuntivo entre imagem e palavra, ou seja, um funcionamento em que tanto a imagem, quanto a palavra teria um funcionamento redutível a um seu próprio espaço de significação, isto é, imanente, sem relações de sentidos. Em seus estudos sobre o jornalismo iconográfico, o autor propõe classificações que funcionariam numa divisão organizada em sete grupos (seis delas relacionados especificamente ao jornalismo impresso). O jornalismo iconográfico se dividiria, portanto, em: a) gráficos, que seriam a representação visual da informação, os quais abrangeriam uma ou mais correspondências entre uma série finita de conceitos variáveis e uma invariável. Essa representação visual poderia tomar a forma de diagramas que podem ser lineares, circulares, ortogonais, tabelas, entre outros e organogramas que seriam a representação gráfica das relações de uma organização; b) infográficos, que o autor explica como sendo expressões gráficas (mais ou menos complexas) de informações em que o conteúdo são fatos ou acontecimentos e que tomam a forma da explicação de como algo funciona ou de como "é" uma coisa; c) mapas, ou representação geográfica da terra ou de parte dela numa superfície plana apresentando tipos específicos: de situação, de pormenor, mapa meteorológico,

cartograma (mescla de mapa e diagrama), mapa ilustração (funcionamento como ilustração ou referência), entre outros; d) símbolos, que representariam objetos, coisas, pessoas, animais, profissões, desportos, condutas, religiões etc., através de grafismos, silhuetas, figuras, ícones, marcas etc.; e) ilustrações, ou seja, representações gráficas de pessoas ou coisas determinadas que poderiam ser classificadas em retratos (imagem não fotográfica com tratamento gráfico variado); humor gráfico, em que haveria conteúdo de opinião sobre fato ou pessoa e caricatura com o exagero das características pessoais de algum personagem conhecido. Por fim, f) comic informativo, isto é, uma adaptação da linguagem das histórias em quadrinhos à informação dos fatos jornalísticos; g) iconografia animada, que ele define como procedimentos de criação visual de movimento mediante sistemas informáticos utilizados comumente nos videográficos.

Para o autor, utilizar-se-iam neologismos como infográfico, infografismo, infografia para designar toda a informação gráfica. Haveria, também, a questão da tradução literal do termo norte-americano: *infographics* e se trataria de uma questão mais comercial do que acadêmica.

Teixeira (2007), outra estudiosa do assunto, afirma que o uso da infografia tornou-se significativo a partir da década de 80, especialmente com a revolução gráfica promovida pelo jornal USA Today. A autora afirma que outros veículos impressos já haviam utilizado infográficos antes, tais como o Chicago Tribune, contudo foi o USA Today que, utilizando-se de recursos gráficos de qualidade com máquinas sofisticadas, conferiu popularidade à infografia, utilizando-a diariamente, sobretudo em seus famosos mapas do tempo que se tornaram referência para publicações de todo o mundo.

Teixeira (2007) apresenta o relato de pesquisas que tem como *corpora* infográficos² apontando a necessidade do aumento de pesquisas analíticas sobre este material, visto que já haveria uma enorme quantidade de pesquisas bibliográficas exploratórias (algumas na Europa e Estados Unidos e poucas no

² Teixeira (2007) parte das classificações propostas por Valero Sancho (2001; 2003).

Brasil). A proposta de análise (estudo de caso) feita pela estudiosa é determinada por uma metodologia que se vale de tipologias e classificações para seu estudo. Utilizando-se de algumas noções já constituídas em outros trabalhos como as de: proto-infográficos, infográficos enciclopédicos (independente ou complementar) ou jornalísticos (independente ou complementar), reportagem infográfica, entre outros, a autora atesta o funcionamento da infografia enquanto um gênero informativo. Seu objetivo é trabalhar numa produção de conhecimentos sobre infografia que sustente um trabalho pedagógico para os cursos de jornalismo. Tal posição torna visível uma posição sociológica e funcionalista sobre a infografia que se sustenta no efeito de evidência dos dados empíricos e na categorização apriorística de suas formas sem problematizar a maneira como o funcionamento do infográfico poderia estar ancorado num processo de produção de evidências sustentado no discurso da informação.

Para Silveira (2010), a presença dos infográficos na imprensa também se iniciou nas décadas de 1980 e 1990. Haveria três fatores para a sistematização do seu uso nesse período: o primeiro seria a informatização das redações (computadores Macintosh (1984)), o segundo a influência do jornal *USA Today* (1982) – o jornal que inovou com uma acentuada diagramação visual e terceiro a cobertura da Guerra do Golfo (1991), acontecimento que proporcionou a consolidação do formato do infográfico no meio jornalístico. Contudo, na linha aberta por De Pablos (1998), a autora alerta para o fato de que a infografia está presente no jornalismo desde bem antes dos mapas meteorológicos publicados no *USA Today*.

De maneira mais específica, pesquisar o modo como se constitui historicamente a infografia tem nos mostrado que, no campo do jornalismo, um discurso sobre o infográfico é produzido a partir de uma repetição sobre sua utilidade e função. Esta repetição, conforme mostramos a seguir, produz efeitos de sentidos deontológicos sobre a formulação e circulação do infográfico. O dizer “sobre” já é um modo de administração dos sentidos garantido pelo efeito de

evidência de que ao dizer de um determinado modo pode-se garantir o modo como essa compreensão seria produzida. Um efeito pedagógico.

Ao analisar o discurso do jornalismo sobre o infográfico, algumas questões se impuseram: uma primeira diz respeito à relação desse discurso com o discurso jornalístico (jornalístico enquanto espaço logicamente estabilizado em que estão concernidos efeitos de literalidade da linguagem e originalidade dos sentidos). Nessa relação, observamos que a formulação do infográfico seria administrada pelo discurso jornalístico (que já funciona na relação com o discurso da informação), uma vez que o discurso jornalístico se sustenta em pré-construídos³ de literalidade da linguagem e originalidade dos sentidos. Estes pré-construídos são atualizados no discurso sobre o infográfico através de enunciados tais como o de Teixeira (2008, p. 03): “o infográfico, enquanto discurso, deve ser capaz de passar uma informação de sentido completo, favorecendo a compreensão de algo e, neste sentido, nem imagem, nem texto deve se sobressair a ponto de tornar um ou outro indispensável”.

A autora concorda com boa parte dos autores que trabalham na área, especificamente os espanhóis, acreditando que o infográfico deve ser concebido a partir de uma ação conjunta de jornalistas e designers que “devem focar não propriamente a beleza de uma página – como creem alguns – mas a qualidade e a clareza informativa, como um todo”. (p. 04)

É importante observar que Teixeira (2008) propõe uma tipologia para os infográficos, que seria capaz de estabelecer uma diferenciação entre aqueles de natureza jornalística e outros que ela designa como mais genéricos que teriam seu uso disseminado em outros campos e ramos do conhecimento. A autora salienta que seu objetivo de tipologização não é o de impor níveis de importância desses tipos em uma publicação, mas sim o de promover uma compreensão do trabalho

³ Segundo Pêcheux (1997), Paul Henry propôs o termo *pré-construído* para designar aquilo que remete a uma construção anterior e exterior, mas sempre independente, opondo-se ao que é construído pelo enunciado. É o efeito do discurso ligado ao encaixe sintático.

jornalístico “de forma profunda na produção da infografia, o que tende a favorecer a qualidade da informação que é disponibilizada ao público e, conseqüentemente, o tipo de conhecimento que se gera”.

Para Cairo (2009), “o objetivo central da infografia não é fazer as páginas ou os sites mais atrativos. É comunicar informação de um jeito confiável e bem contrastado.” Ou ainda, “a infografia não pode se definir pelas técnicas envolvidas na sua elaboração, mas pelas suas regras e pelos objetivos que persegue. Eles devem ser os mesmos que qualquer outra área do jornalismo: rigor, precisão, seriedade”.

Ao descrever as habilidades indispensáveis de um jornalista visual, o autor salienta que além das habilidades técnicas esse profissional tem que “entender o que significa contar uma história, o que é que se pode e não se pode mostrar, de que jeito devem ser organizados os conteúdos para facilitar a comunicação com o leitor, etc.” (KANNO, 2009).

Afirmações como essas mostram o modo como os autores são tomados na evidência da transparência da linguagem e em seu caráter instrumental que escamotearia as condições históricas de produção do seu dizer. Dizer que seja possível “facilitar” a comunicação da informação aponta para a evidência de um sujeito controlador dos sentidos e que por sua exclusiva força de vontade seria capaz de fazer o leitor entender os “conteúdos”. Concepções de informação, de linguagem e de infografia como essas escamoteiam processos histórico-sociais que atravessam as condições de existência dos sujeitos. Além disso, produzem efeitos de unidade e de universalização sobre as práticas de linguagem.

No Manual de Infografia da Folha de São Paulo, que foi produzido por Mario Kanno e Renato Brandão em 1998, é apresentado o conceito de infografia, sua função, quando deve ser usada e as categorias que a compõem. A finalidade do manual é apresentar um panorama das formas de se fazer infográficos, detalhando seu planejamento e sua organização sempre em consonância com as regras em vigência no jornalismo.

O manual é dividido em sessões que exemplificam o que se “deve” e o que “não se deve” fazer para produzir um infográfico adequado. As sessões, designadas pelo manual como categorias, são divididas em: Arte-texto (ficha, fac-símile, resumo, perguntas e respostas, glossário/cronologia, testes, sobe-desce, escore, frases, lista, tabela, organograma/fluxograma), Gráficos (linha, barra, queijo, digitando gráficos), Mapa (localização, movimentação, dados) e Visuais (selo, passo a passo, storyboard, arte-foto, pôster visual). Seja numa organização visual ou verbal, essas categorias servem para indicar o modo como devem ser produzidos os infográficos.

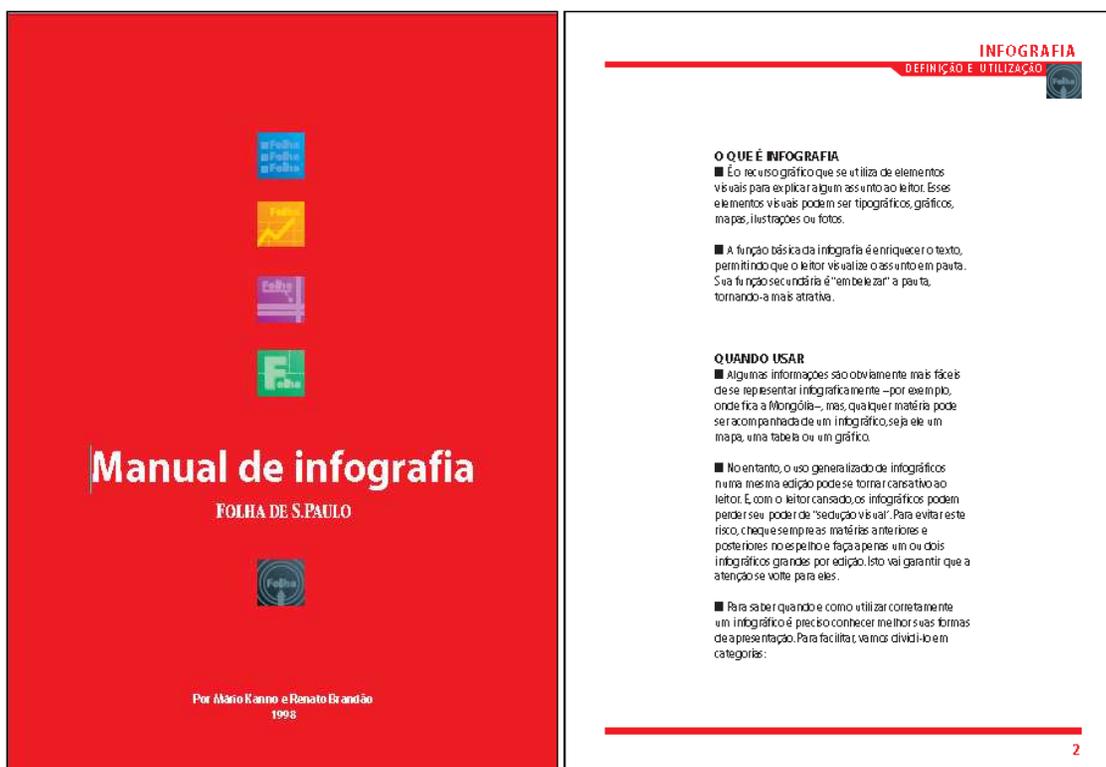


Figura 02. Manual de Infografia da Folha de São Paulo, 1998. (Mario Kanno e Renato Brandão)

INFOGRAFIA	
DEFINIÇÃO E UTILIZAÇÃO	
ARTE-TEXTO	4
- Ficha	5
- Escala linear	6
- Resumo	7
- Perguntas e respostas	8
- Glossário/Conceitos	9
- Tabela	10
- Sobre-desce	11
- Escane	12
- Fones	13
- Lista	14
- Tabela	15
- Organograma/Fluxograma	16
GRÁFICOS	17
- Gráfico de linha	18
- Gráfico de barras	19
- Queixo	20
- Diagrama gráfico	21
MAPA	22
- Mapa de localização	23
- Mapa de investigação	24
- Mapa de dados	25
VISUAIS	26
- Sala	27
- Passo a passo	28
- "Storyboard"	29
- Arte-foto	30
- Fôster Visual	31

Estas categorias serão agora explicadas e detalhadas

3

Figura 03

A partir dessas orientações são mostrados diversos exemplos de utilização da Arte-texto numa correspondência com diversos infográficos que representariam as diferentes formas de apresentação de informações.

A Arte-texto, por exemplo, é designada como forma que ajuda a ressaltar pontos importantes na matéria. Segundo o Manual, para se obter uma Arte-texto “agradável e eficiente” deve-se seguir a seguinte receita: escrever o mínimo necessário, dividir as informações em tópicos, fornecer informação visual (foto, logo, mapa, etc.), quando a matéria merecer investimento deve-se conversar com a Editoria de Arte e usar títulos que sugiram imagens que possam ser exploradas como ilustração, entre outras.

ARTE-TEXTO
DEFINIÇÃO

O QUE É ARTE-TEXTO

- Arte-texto tem este nome porque, na maioria das vezes, o texto ocupa a maior parte do espaço. Desprezado pelos infográficos e sem formato definido na diagramação as “artes-texto” têm salvação e são muito úteis para destacar informações na edição.

QUANDO USAR

- Use para ressaltar pontos importantes da matéria. Artes-texto são ótimo material de apoio para reportagens e, em especial, serviços. Por exemplo: veja o que mudou com a CPMF.

Para obter uma “Arte-texto” agradável e eficiente siga a seguinte receita

- 1º Escreva o mínimo necessário
- 2º Divida as informações em tópicos
- 3º Forneça informação visual (foto, logo, mapa, etc.)
- 4º Sempre que a matéria merecer investimento, converse com a Editoria de Arte e use títulos que sugiram imagens que possam ser exploradas como ilustração.

4

ARTE-TEXTO
FICHA

Concisa e principal características do “personagem” da matéria.

Este “personagem” pode ser uma pessoa, um cão, um animal, um clube ou uma empresa ou um evento

Como as linguagens agit, as fichas localizam rapidamente o foco da matéria e destacam informações que poderiam ter perdidos no texto.

Fichas não devem simplesmente repetir o que já está no texto. Elas precisam acrescentar e sempre que possível destacar a principal informação. Devem ser precisas e não precisam contar toda a vida do “personagem”

Tudo sobre

- Nome completo
- Data de nascimento
- Tipo de trabalho
- Endereço
- Profissão
- Outros dados relevantes

O quadrado (■) é colocado na Editoria de Arte. Não precisa ser digitado.

Não use ítem (j), digite dois pontos (:) para separar as informações

Logotipos valorizam a ficha

O clube

- Nome completo
- Endereço
- Cidade
- Estado
- Corinthians
- Campeão
- Outros dados relevantes

R\$ 226 mil por 22 minutos de jogo

Informações em destaque podem ser usadas para “ilustrar” a ficha

Corinthians

Destaque para os principais pontos

- Destaque para os principais pontos
- Destaque para os principais pontos
- Destaque para os principais pontos
- Destaque para os principais pontos
- Destaque para os principais pontos

Uma ficha de apresentação pode ser bem completa e incluir cores e gráficos

5

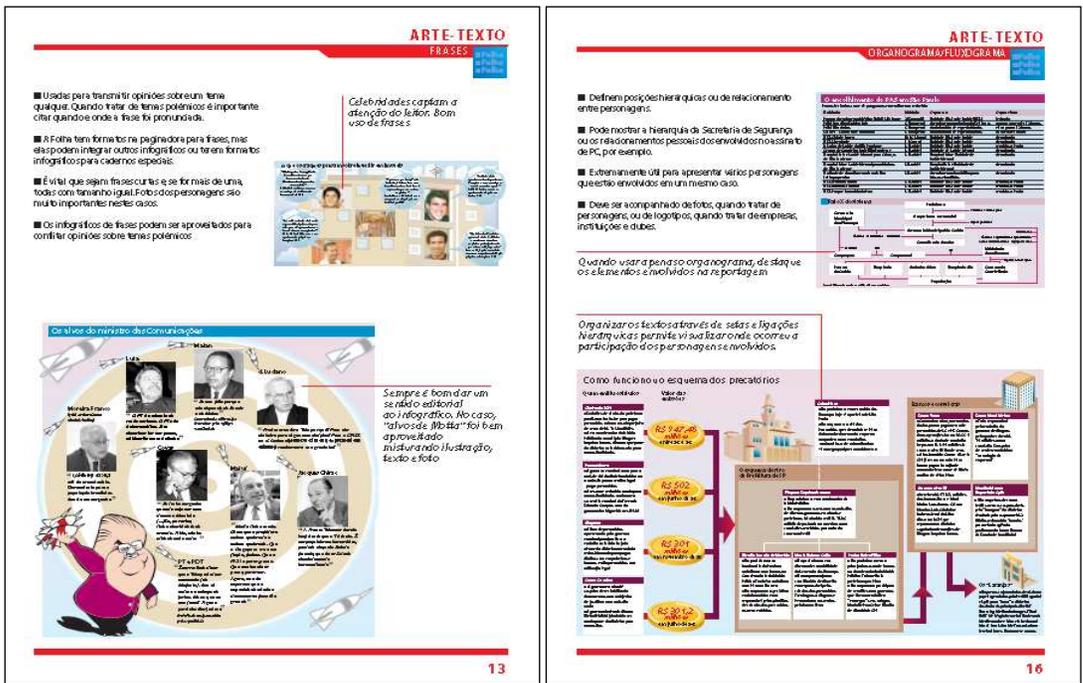


Figura 04

No caso de se mostrar comparações entre grandezas, a orientação do Manual é a utilização de gráficos, pois através deles o leitor poderia ter uma imagem visual, por exemplo, de maior ou menor, de subida ou descida, e assim comparar imediatamente as grandezas em questão. É sugerida uma receita para a obtenção de um gráfico “eficiente”. Dentre os ingredientes mais importantes desta receita estão: colocar somente os dados necessários, visto que números e evoluções em excesso poderiam confundir os leitores, utilizar verbos, utilizar figuras de imagem que possam expressar a tendência do gráfico. Um exemplo é apresentado: “O naufrágio da balança comercial”. Poderia ser usado um gráfico casado com a imagem de um navio afundando e haveria destaque para informações no gráfico que fossem momentos citados na matéria sobre a evolução da balança comercial.

São mostrados os diversos tipos de gráficos que poderiam ser utilizados: de linhas, de barras, queijo, etc. Há orientações técnicas sobre como se

deve montar cada um desses gráficos, isto é, como produzi-los no computador para depois serem adicionados ao infográfico.

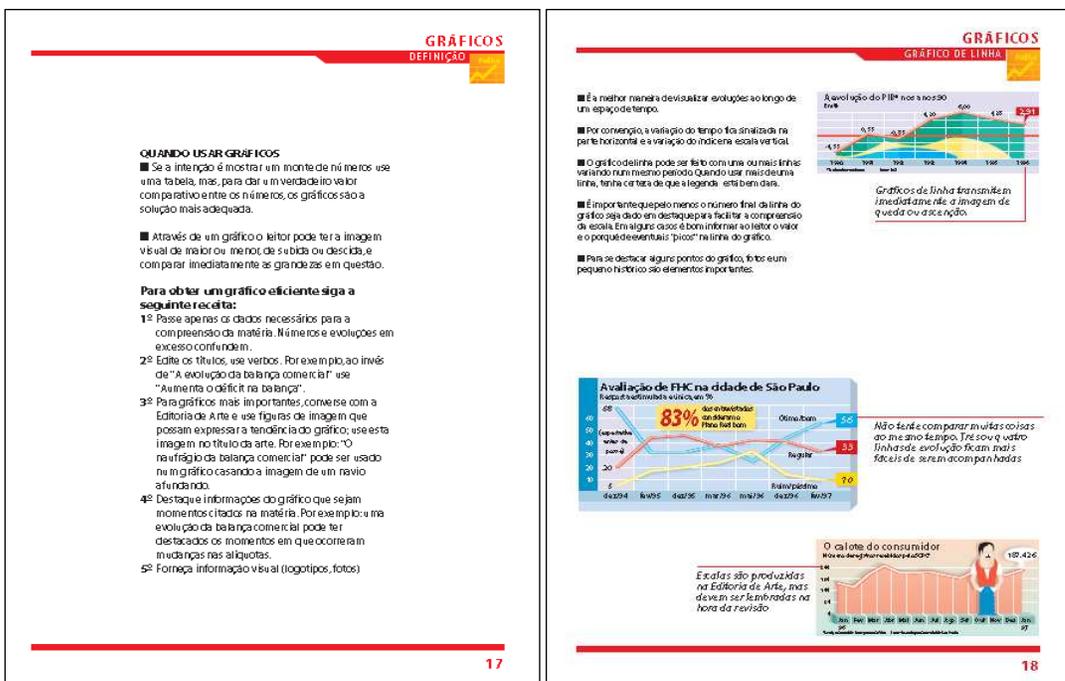


Figura 05

Se a necessidade do infográfico é responder “onde” o Manual orienta a utilização de mapas designados como sendo elementos de forte impacto visual e de grande importância para a valorização de uma reportagem. Na seção são mostrados infográficos comportando diversos mapas, como os de localização (que situam o local de algum acontecimento), os de movimento (que servem para explicitar movimentação/mudança), os de dados que cruzam informações em forma de texto ou gráficos com localizações geográficas, por exemplo. Os diversos tipos de mapas podem compor um infográfico.

MAPA
DEFINIÇÃO

QUANDO USAR MAPAS

- Mapas são elementos de forte impacto visual e de grande importância para a valorização de uma reportagem.
- Sua função básica é responder: onde? Um bom mapa, no entanto, pode ser acompanhado de outros tipos de infografia para responder quem, quando e por quê.
- Na maioria dos casos, as informações para produzir o mapa podem ser fornecidas com antecedência para a Editora de Arte, que ficaria aguardando apenas as informações mais recentes para finalizar o infográfico.

22

MAPA
MAPA DE LOCALIZAÇÃO

■ Funciona como uma ficha, só que destacado o mapa. Utilizado quando se quer valorizar geograficamente o local de uma reportagem.

■ Deve ser usado principalmente para locais desconhecidos. Pode ou não ser acompanhado de texto dando o nome X do local. Deve ter o local principal em destaque.

■ Quando usar não X do local, deve apresentar dados geográficos e sociais. Para facilitar a compreensão destes dados, pode fazer comparações. Por exemplo, população de Londres comparada com a de São Paulo.

Onde fica o gaúpo

- Rio de Janeiro
 - Pernambuco
 - Paraíba
 - Ceará
 - Piauí
 - Maranhão
 - Mato Grosso do Sul
 - Mato Grosso
 - Goiás
 - Tocantins
 - Bahia
 - Sergipe
 - Alagoas
 - Pernambuco
 - Paraíba
 - Ceará
 - Piauí
 - Maranhão
 - Mato Grosso do Sul
 - Mato Grosso
 - Goiás
 - Tocantins
 - Bahia
 - Sergipe
 - Alagoas

Exemplo de mapa de localização com ficha

Onde fica

Se não há, o mapa mantém sua eficiência para o uso de menor espaço.

Onde ficam os rios e as lagoas

- Rio de Janeiro
 - Pernambuco
 - Paraíba
 - Ceará
 - Piauí
 - Maranhão
 - Mato Grosso do Sul
 - Mato Grosso
 - Goiás
 - Tocantins
 - Bahia
 - Sergipe
 - Alagoas

Pontos de referência devem ser colocados no mapa para facilitar a leitura geográfica do mapa

23

Figura 06

No Manual há uma designação específica para “infográfico visual”, que teria a imagem produzindo um efeito de informação importante. O Manual considera que há certa dificuldade em produzir um infográfico visual, pois “nem sempre a imagem visual está clara, pronta”. É comum aparecer, por exemplo, vários outros tipos de infográficos (tabelas, fichas, gráficos) para acompanhar a imagem principal. Contudo, com planejamento e com uma imagem principal “bem escolhida”, segundo o Manual, é possível que o infográfico consiga produzir o “espírito de “conhecer por dentro” a reportagem”. A definição, o selo, o passo-a-passo, o storyboard, a arte-foto e o pôster visual são elencadas como formas específicas de composição do infográfico visual. Para cada uma dessas formas há um exemplo que especifica sua utilização no infográfico.

VISUAIS
DEFINIÇÃO

O QUE SÃO INFOGRÁFICOS VISUAIS

- Neste tipo de infográfico, a imagem é a informação mais importante.
- A parte difícil de fazer em um infográfico visual é que nem sempre a imagem visual está clara, pronta. Exige maior investimento e envolvimento do infografista e da reportagem. Precisa de uma pauta bem objetiva e de mais tempo para pesquisa e acabamento.
- Normalmente ele vai usar vários outros tipos de infográficos: tabelas, fichas, gráficos para acompanhar a imagem principal. Mas a chave de seu sucesso vai ser a escolha da imagem principal, que deve se apresentar o foco da reportagem.

QUANDO USAR

- Todas as grandes pautas merecem um infográfico visual bem elaborado. Ele vai dar o espírito de "conhecer por dentro" à reportagem.
- Planejamento, uma imagem principal bem escolhida, informações de apoio e espaço de sobra para o infografista diagramar com liberdade são os ingredientes de um bom infográfico visual.

26

VISUAIS
SELO

- O selo serve para destacar uma série de reportagens ou uma sequência de páginas de um mesmo assunto.
- Para cobertura de eventos o selo é um recurso muito interessante. Seu ícone, cores, design e outras coberturas que permanecerem no noticiário por um longo período.
- Quando um selo vai acompanhar uma cobertura extensa, logo ou informações infográficas são importantes.
- É importante que seja dedicado a usar o selo em uma pauta relacionada no conteúdo da cobertura ou série de reportagens.



27

VISUAIS
PASSO A PASSO

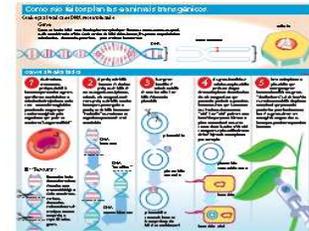
- Definem posições hierárquicas ou de relacionamento entre personagens.
- Pode mostrar a hierarquia da Secretaria de Segurança ou os relacionamentos pessoais dos envolvidos no caso de PC, por exemplo.
- Extremamente útil para apresentar vários personagens que estão envolvidos em um mesmo caso.
- Deve ser acompanhado de fotos, quando tratar de personagens, ou de logotipos, quando tratar de empresas, instituições e clubes.

Passo-a-passo: como fazer as setas



Referências são fundamentais para qualquer tipo de passo a passo. O infografista não consegue adivinhar exatamente onde como são os objetos envolvidos.

Como posicionar as setas em um gráfico



Passo a passo fica mais fácil explicar e é mais fácil dar o assunto em pauta. Use o mínimo de passos necessários!

28

VISUAIS
"STORYBOARDS"

- Quando se pretende mostrar a ação de um fato, um bom recurso é o "storyboard".
- Quanto mais preciso, mais atrativo ele será. Referências como retrato dos personagens, tipo de carros usados, armas usadas, pontos seguros, horário de início, número de pessoas em cena são de fundamental importância.
- Mesmo fotos e fotos dos personagens podem servir para melhor ilustrar um "storyboard".

Como se montar um storyboard



Mapa de localização integrado ao "storyboard" e integração das informações visuais



Referências fotográficas permitem um "storyboard" mais próximo ao estágio dando maior credibilidade.

Se o personagem ilustrado for seu ícone, por exemplo, todas as outras informações ficam mais conectadas.

29

Figura 07

Há também outras orientações em relação à pauta e edição infográfica com detalhamento em fluxograma e organograma das etapas a serem seguidas para a produção dos infográficos. Podemos observar o direcionamento que coloca

de um lado o que se deve e de outro o que não se deve fazer na produção dos infográficos.

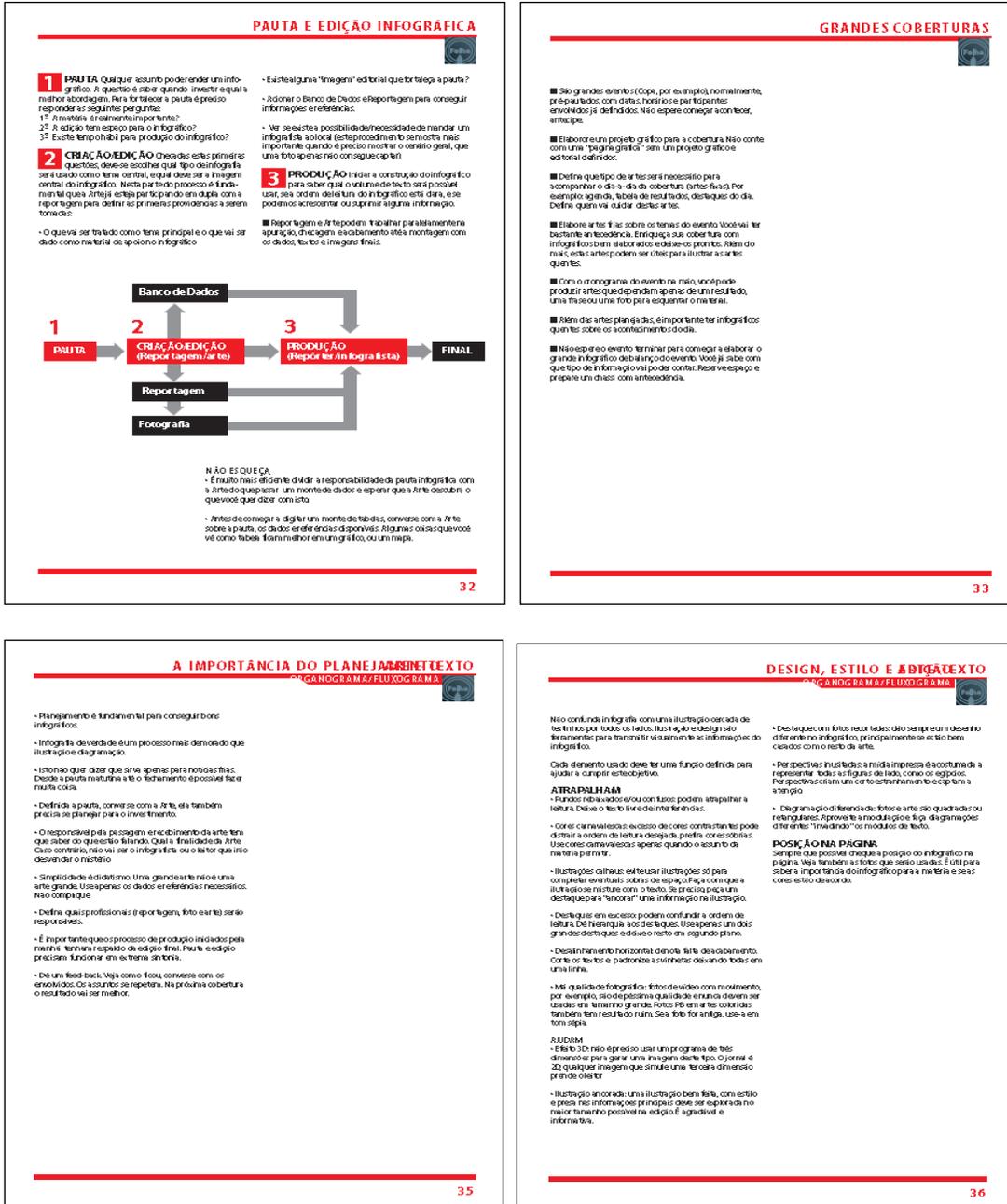


Figura 08

Descrevemos alguns exemplos que materializam o funcionamento:

- Simplicidade é didatismo. Uma grande arte não é uma arte grande. Use apenas os dados e referências necessários. Não complique.
- Não confunda infografia com uma ilustração cercada de textinhos por todos os lados. Ilustração e design são ferramentas para transmitir visualmente as informações do infográfico.
- Cores carnavalescas: excesso de cores contrastantes pode distrair a ordem de leitura desejada. Prefira cores sóbrias. Use cores carnavalescas apenas quando o assunto da matéria permitir.
- Destaques em excesso: podem confundir a ordem de leitura. Dê hierarquia aos destaques. Use apenas um ou dois grandes destaques e deixe o resto em segundo plano.
- Efeito 3D: não é preciso usar um programa de três dimensões para gerar uma imagem deste tipo. O jornal é 2D, qualquer imagem que simule uma terceira dimensão prende o leitor.
- Ilustração ancorada: uma ilustração bem feita, com estilo e presa nas informações principais deve ser explorada no maior tamanho possível na edição. É agradável e informativa. (KANNO e BRANDÃO, 1998, pp. 33, 35,36).

O fragmento destacado mostra-nos que o Manual de Infografia, elaborado para orientar os infografistas da Folha de São Paulo, produz um discurso sobre a leitura, seja no modo de dizer sobre uma ordem da leitura, conforme se vê em “destaques em excesso: podem confundir a ordem de leitura” ou “excesso de cores contrastantes pode distrair a ordem de leitura desejada”, ou também em outros enunciados que produzem efeitos de instrumentalização e transparência da linguagem: “Use apenas os dados e referências necessários. Não complique” ou “Ilustração e design são ferramentas para transmitir visualmente as informações do infográfico”. Este discurso estabelece uma administração para as práticas de leitura, ou seja, uma política de leitura, ou como designa Pêcheux (1994), “uma divisão social do trabalho da leitura”.

Em “Ler o arquivo hoje” (1994), o autor se propõe examinar criticamente o desenvolvimento de questões que já nessa época envolviam a análise dos discursos, textos e arquivos, para questionar as relações entre o aspecto histórico e psicológico ligado à leitura de arquivos. Em sua reflexão, é possível observar uma aguda atenção ao aspecto matemático e informático ligado ao tratamento dos documentos textuais, como também em relação ao avanço das pesquisas em linguística formal.

Para o autor, há uma evolução bastante rápida da pesquisa em linguística sobre essas questões, como também há uma retomada do interesse pelos problemas de tratamento de textos, que se mostram como tangíveis “bancos de dados”, que ele ironicamente designa como sendo um tratamento “culturalmente e politicamente problemático”. Nessa direção, o autor marca uma posição discursiva que se diferencia do modo como se vinham constituindo concepções sobre o arquivo, pois:

O discursivo informaticamente marcado sob a forma dos “dados textuais” não tem, efetivamente, a mesma relação nos procedimentos lógico matemáticos que este outro tipo de dados, de natureza quantitativa, utilizados em economia, em demografia, em história, etc. (Pêcheux, 1994, pp. 49-50).

Pêcheux (1994) coloca que o arquivo pode ser “entendido no sentido amplo de campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” e a partir daí traça um panorama que busca na historicização dos modos de leitura de arquivo à abertura de algumas questões que produziriam uma divisão teórica nessas práticas de leitura. Ele lembra então que duas culturas, a literária e a universitária, como foram designadas pela tradição escolar-universitária francesa, ficaram polarizadas nesse processo.

Os profissionais da leitura de arquivos por um lado seriam os “literatos”- historiadores, filósofos, pessoas de letras – com o hábito de contornar a própria questão da leitura, porque praticariam uma leitura própria, singular e solitária

construindo o seu mundo de arquivos, ou seja, conforme referido em nota: uma leitura em que predomina a decodificação e que repousaria sobre o postulado da evidência e da transparência do sentido.

De outro lado surge em disputa com a primeira vertente outra forma de leitura de arquivos que mostra a existência de um “enorme trabalho anônimo, fastidioso, mas necessário, através do qual os aparelhos do poder de nossas sociedades geram a memória coletiva”. O autor destaca então que desde a Idade Média essa divisão começou no meio dos clérigos, colocando de um lado os autorizados a ler, falar e escrever em nome das pessoas e, portanto, portadores de uma leitura e de uma obra própria, e de outro lado o conjunto de todos os outros, concentrados nos gestos de “cópia, transcrição, extração, classificação, indexação, codificação etc.” que produziam outra forma de leitura, isto é, uma leitura que impunha ao sujeito-leitor seu próprio “apagamento atrás da instituição que o empregava”. Como exemplo o autor evoca que haveria um grande número de escrivãos, copistas e “contínuos”, particulares e públicos, os quais teriam sua prática de leitura sobredeterminada por uma “renúncia a toda pretensão de “originalidade”” e também sobre um “apagamento de si na prática silenciosa de uma leitura consagrada ao serviço de uma Igreja, de um rei, de um Estado, ou de uma empresa”. (Pêcheux, 1994, p. 52).

Pensando a formulação e a circulação do infográfico, poderíamos dizer que tal material se constitui numa convergência que põe em relação estes dois modos de leitura, em razão de uma necessidade social de um “método de tratamento em massa do arquivo textual”, método que buscava tornar os textos facilmente comunicáveis, transmissíveis e reproduzíveis, convergência que tinha na questão da “objetividade” dos procedimentos e dos resultados um ponto crucial, cuja “referência à “ciência” (sob a forma das matemáticas, especialmente das estatísticas como “ciência dos grandes números” e da lógica matemática como teoria das línguas unívocas)” acabou impondo-se como uma evidência, e a gestão administrativa dos documentos textuais, numa junção histórica com os

projetos científicos visando à construção de línguas lógicas artificiais, se impôs também como necessidade. O autor lembra então como o desenvolvimento informático das décadas de 1950 a 1970 veio confirmar esta união, uma vez que esse processo despertara o interesse dos cientistas pelos materiais discursivo-textuais.

No cerne da questão estaria a ambígua palavra de ordem “ler e escrever”, que segundo o autor, visaria ao mesmo tempo à apreensão de um sentido unívoco inscrito nas regras escolares de uma assepsia do pensamento, mas também o trabalho sobre a plurivocidade do sentido como condição de um desenvolvimento interpretativo do pensamento. E seria essa ambiguidade fundamental que estaria na base do funcionamento da informática, visto que a prática de leitura dos literatos poderia levar a uma expansão dos privilégios “literários” da leitura interpretativa também em setores como o político e o publicitário, por exemplo, em que a prática de uma leitura literal mostra-se como insuficiente. De outro lado, poder-se-ia assistir a uma restrição política dos privilégios dessa leitura interpretativa através do “tratamento dos bancos de dados” realizados pelas práticas da informática, principalmente, conforme frisa o autor, se o debate sobre esse processo fosse silenciado.

Tomando posição sobre a necessidade de não se silenciar processos redutores em relação à leitura de arquivo, mas de se promover um trabalho no entremeio das questões sustentadas na materialidade da língua (constantemente ignorada pelas duas culturas e por isso mesmo produzindo uma brecha da qual os políticos se aproveitariam), o autor dirige-se criticamente tanto aos literatos, quanto aos cientistas.

Em relação aos primeiros, o autor aponta que por sua familiaridade mesma com o escrito, estes transportariam uma evidência de leitura que atravessaria a materialidade do texto atribuindo a ele o estatuto de ser linguisticamente transparente. Contudo, o autor ressalva a prática dos poetas, romancistas e escritores (forçados a habitar sua língua sem a necessidade de

reconhecer nela aparições/desaparecimentos de palavras como menções, designações, remissões, etc.) cuja prática estaria sustentada nas concepções psicanalíticas lacanianas que congregam a materialidade da língua como sendo o incontornável do pensamento.

Na cultura científica, que assumiria uma precaução metodológica ignorando o fato mesmo da língua e considerando-a como uma materialidade qualquer, Pêcheux (1994) lembra que também há evidências de leitura, contudo de outra ordem, ou seja, inscritas no espaço lógico-matemático em que “a materialidade da língua é denegada, através das ilusões da metalinguagem universal”.

O foco de Pêcheux (1994), é importante que se diga, recai sobre o primado da materialidade da língua nos gestos de leitura de arquivos, pois seria “esta relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história”, que constituiria o nó central de um trabalho de leitura de arquivo.

Não é demais lembrar o empenho de Pêcheux na construção da Análise Automática de Discurso e, sobretudo, sua paixão pelas máquinas e, em decorrência, pela informática, e seu gesto de pensar estes procedimentos de leitura sem que eles silenciassem as práticas de leitura inscritas nas culturas que ele analisa criticamente.

Da discussão sobre os gestos de leitura, na relação com o discurso sobre o infográfico, é importante acentuar que o Manual de Infografia da Folha de São Paulo, ao enunciar deontologicamente as formas de produção de infográficos e os efeitos que tal produção causaria na leitura, acabam por produzir uma política de leitura calcada no funcionamento ambíguo para o qual Pêcheux chama a atenção nesse texto. Uma política de leitura que privilegia o efeito de literalidade, o consenso. Consenso configurado pelo modo como a imprensa enquanto instituição se constitui na relação com o jurídico, conforme salienta Mariani (1999).

O movimento engendrado pela maneira como se constituem historicamente instituições na sociedade, compreendendo a mídia impressa e eletrônica como instituições, mostra-se um trajeto produtivo para observarmos a constituição do infográfico. Conforme já referimos, Mariani (1999) observa o processo histórico e jurídico da formação do discurso jornalístico brasileiro e busca encontrar as formas pelas quais as instituições historicamente se tornam discursos, ou seja, considera os modos como a historicidade atravessa os processos de constituição da própria instituição discursivizando-a. A autora critica a maneira como a Sociologia entende os discursos institucionais ao correlacioná-los de maneira simplista a formas particulares de interação ou a esquemas tipológicos redutores. Para a autora, essa relação simplista apagaria a heterogeneidade constitutiva da produção dos discursos.

Assim, Mariani (1999) compreende a imprensa – a partir da análise de manuais de jornalismo e campanhas publicitárias sobre o tema - como instituição que teria uma “vocação natural” para a informação. A autora problematiza o mito da informatividade jornalística observando a relação entre informar e opinar (opinião que circularia no espaço já pré-definido pelo jornal) e mostrando o processo de produção de evidências sobre a instrumentalidade da linguagem e a constituição do sujeito jurídico (de direitos e deveres). Desse processo, a autora assevera que na:

(...) relação entre o discurso jurídico e sua força política na constituição do discurso jornalístico [...] este último incorpora o texto da lei, “torcendo” o sentido impositivo ali colocado: a imagem que a instituição jornalística produz de si mesma é a da isenção, fruto da necessidade de preservar a ética. Com isso ela acredita estar informando, embora o fato de agir dentro da lei nada mais seja do que manter-se ajustada ao modelo de sujeito então predominante. (MARIANI, 1999, p. 59).

Para a autora “a instituição jornalística ‘esquece’ que foi obrigada a fundar-se com uma interpretação [...] que assegura, juridicamente, a fronteira

entre o que pode e deve ser dito” resultando desse processo a ilusão do jornalismo-verdade, a ilusão da constituição dos jornais enquanto “testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos”. É possível visualizar, ainda, mais um modo de funcionamento: o da relação do jornalismo com a circulação da verdade. Para Mariani (1999), a imprensa joga “no interior da própria ilusão que sustenta o mito da informatividade para poder dizer/relatar o que lhe interessa”, contudo a autora lembra que o funcionamento da imprensa não é tão simples assim, visto que “os jornais funcionam construindo modelos de explicação/compreensão da realidade”, instituindo ordens e conformando sentidos a partir das instâncias que os dominam, e, sendo assim, na alegação de compromisso com a verdade “a imprensa finge não contribuir na construção das evidências (ou mesmo do sentido literal), atuando no mecanismo ideológico de produção das aparências de obviedade. Daí o seu caráter ideológico e não um pretense compromisso com a verdade” (p. 60). A autora mostra como se produz essa ilusão de imparcialidade no discurso jornalístico ressaltando que a objetividade dos fatos veiculados pela mídia se daria a partir de efeitos de pré-construído da verdade.

Na relação intrincada entre “discurso jornalístico, poder, efeitos de evidência e produção de sentidos”, a consequência da análise de Mariani (1999), no que se refere ao modo como temos pesquisado o discurso infográfico, é a de que “as notícias jornalísticas produzem, sob a ideologia da ideia de comunicação, a ilusão de evidência”. O que queremos mostrar, a partir das questões levantadas pela autora, é que a institucionalização do discurso jornalístico, sustentado no discurso jurídico, com o processo de produção de evidências, sustenta, também, o funcionamento do discurso infográfico.

Mariani (2006, p. 34) salienta que o discurso jornalístico [no qual o discurso infográfico se ancora] se produz embasado num pretense domínio da referencialidade, porque se baseia em uma concepção de linguagem em que a língua funciona como instrumento de comunicação de informações. Desse

processo, decorrem os efeitos de sentido de objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade das informações jornalísticas. O sujeito jornalista ocupa uma posição determinada institucionalmente pela mídia e na injunção à literalidade e transparência da língua, essa posição é determinada pelos esquecimentos que o constituem, ou seja, o da origem dos sentidos e o da literalidade da linguagem.

A injunção à necessidade do rigor, da precisão, da seriedade, da qualidade, da simplicidade, do didatismo, da hierarquia e do estilo, por exemplo, calcadas na instrumentalidade que o infográfico ofereceria para uma “melhor transmissão” das informações estrutura o Manual de Infografia da Folha de São Paulo. Nesse mesmo processo se produz uma oposição entre os potenciais leitores do infográfico, ou seja, se projeta um leitor que necessitaria de informações precisas e simples, apresentadas de maneira didática, mas com estilo, e que não faça confusão com as informações complicadas, nem com imagens com cores excessivas que desviassem sua atenção das informações transmitidas.

Ao dizer que as informações devem ser simples, didáticas e sem complicação se diz também que é possível controlar os sentidos do que seja informação, isto é, tentar torná-los transparentes através de um instrumento neutro. Ao propor a unidade dos sentidos, o discurso sobre o infográfico produz uma homogeneização do mundo e dos sujeitos que se sustenta numa evidência de literalidade que poderia existir nos gestos de leitura. Tal evidência de literalidade permeia a sociedade, pois faz parte da prática jornalística justificar sua existência nas formas empíricas e literais que legitimam a noção de informação.

Os embates analisados por Pêcheux (1994) sobre a divisão social do trabalho da leitura ainda hoje são determinantes na produção de sentidos do discurso sobre o infográfico, o que nos leva a compreender que os efeitos de informação têm uma ligação estrutural com a ideologia de uma língua universal, livre de equívocos. Outro ponto importante a se considerar é o de que o infográfico

é um sintoma que emerge dessa relação de forças, produzindo uma política de leitura baseada no controle e na transparência dos sentidos.

4 A LEITURA E O MOVIMENTO DE TEXTUALIZAÇÃO-TEXTUALIDADE NO DISCURSO DO INFOGRÁFICO

*No dia-a-dia da nossa aldeia
Há infelizes enfartados de informação
As coisas mudam de nome
Mas continuam sendo o que sempre
serão.*

Engenheiros do Hawaii

A forma como as práticas de leitura são organizadas a partir da textualidade espaço-temporal do discurso infográfico é um ponto que se destaca em nosso trabalho. Essa relação demanda algumas especificações em torno de noções teóricas produzidas no campo da análise de discurso, tais como as de texto e em decorrência as de textualização-textualidade, a de leitura e a de efeito-leitor.

Prende-nos a atenção a afirmação de Orlandi (2005) de que justamente no momento em que noções como as de globalização, de novas tecnologias de linguagem, de discurso eletrônico parecem tornar obsoleta a noção de texto é que é preciso que se reflita sobre ela. A autora aponta então a relação constitutiva que se estabelece entre a noção de texto e as noções de formulação, versão, variação e de autor, entre outras. Esta afirmação coloca a noção analítica de texto, constituída a partir dos princípios teóricos da AD, como central nos trabalhos sobre a linguagem.

Orlandi (2005) delegou à noção de texto uma função analítica. Segundo ela, texto, na análise de discurso, se constitui como delimitação imaginária, instaurando na incompletude do discurso um contorno material imaginariamente finito, isto é, uma unidade de análise do discurso que, enquanto tal, é uma superfície linguística fechada em si mesma (tem começo, meio e fim). Seria na

noção de texto que se explicitaria o estatuto técnico (e tecnológico) da produção da linguagem, ou seja, a linguagem como instrumento – a dimensão pragmática da linguagem, suas tecnologias arregimentando a própria imagem que se faz dela. E para ser texto é necessário que haja textualidade, ou seja, o funcionamento do texto em relação a ele mesmo e com a exterioridade. É possível apropriar heurísticamente o estatuto técnico do texto no funcionamento do infográfico, objeto que apresenta um caráter instrumental já em sua constituição, ou seja, se poderia falar de qualquer assunto pelo-no infográfico.

O deslocamento que a autora propõe para a noção analítica de texto decorre do próprio estatuto teórico da noção de discurso, que é o de “efeitos de sentido entre locutores” (Pêcheux, 1997b), pois ao afirmar que na linguagem são produzidos efeitos de sentido e não sentidos literais ficam deslocados tanto a possibilidade do sentido único quanto a dos sentidos múltiplos. É recorrente na obra de Orlandi (2005) a afirmação de que os sentidos não são únicos, tampouco são quaisquer uns, visto que são as condições de produção que (in)determinam os sentidos.

Assim, a noção de texto torna-se abrangente e aberta, pois enquanto dispositivo analítico não se restringe somente ao funcionamento linguístico, mas permite visualizar, como é o caso do discurso infográfico, como é sua constituição, como é formulado e como circula. O que possibilita a análise de infográficos, um objeto discursivo composto na diversidade de elementos significantes, é a compreensão de sua textualidade, ou seja, o modo como seu discurso é administrado, regrado, homogeneizado.

A textualidade funciona no discurso administrando imaginariamente os sentidos, isto é, trabalhando na formulação, pois como as palavras não carregam nelas mesmas os significados é possível afirmar que as palavras significam porque há textualidade, ou seja, “é porque sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa” (ORLANDI, 2005).

Há, ainda, uma relação entre a textualidade e a textualização. Segundo Gallo (2008) é o processo de textualização do discurso que dá origem ao texto, pois não haveria texto enquanto um objeto com uma existência independente da prática de sua produção (ou de sua reprodução). Para a autora, é a prática de textualização que produz o texto e essa prática pode ser mobilizada indefinidas vezes em que o texto será reproduzido em novas leituras. Do mesmo modo Indursky (2006, p. 75) assevera que a textualização é a tessitura dos recortes e das cadeias discursivas. É efeito de textualidade; efeito de homogeneidade.

Assim, é possível compreender o infográfico em seu movimento de discurso a texto, ou seja, como se corporificam os sentidos, como eles se mostram linearizados, estabilizados, contidos, domados, isto é, na relação entre a produção da textualidade e o movimento da textualização. A observação desse processo é produtiva para a apropriação dos efeitos de leitura que são produzidos no infográfico, pois na relação entre discurso e texto parte-se da variância (discurso) para a unidade (texto), “a variância é que institui a textualidade, as margens” (p. 13). Sendo assim, unidade e dispersão estariam em funcionamento e tornariam visíveis os gestos de interpretação. Daí a importância de se observar a textualização desses infográficos em que a ocorrência simultânea da formulação verbal, dos gráficos estatísticos e da ordenação numérica constitui uma base de funcionamento esquemático para este objeto.

Juntamente com a noção de texto estão implicadas as noções de função-autor e de efeito-leitor. Noções que, segundo Orlandi (1996), são muito afetadas pela inserção no social. A função-autor é determinada pela exterioridade e são mais visíveis os procedimentos disciplinares que recaem sobre ela. Por isso, segundo a autora, é uma instância em que há rarefação do sujeito. Para Orlandi (1996), a função-autor é importantíssima para a observação dos movimentos de interpretação, pois nela há maior visibilidade dos efeitos da historicidade inscrita na linguagem. A determinação que afeta a função-autor funciona, pelo menos, de duas formas: por um lado pela sua relação com o interdiscurso, ou seja, não se

“pode” dizer coisas que não tenham sentido; de outro lado, as coisas que tem sentido deveriam ser ditas a um interlocutor determinado, de uma maneira determinada, constituindo, assim, um efeito-leitor. Essas determinações instauram processos imaginários que vão representar o que a autora designa como o “confronto entre a história do dizer do autor e a história de leitura do leitor” (p. 75).

É a função-autor que organiza o texto apresentando-o com começo, meio, não contradição e fim. Para Orlandi (2005), sempre que houver uma organização como essa haverá a projeção da função-autor, pois faz parte da ideologia jurídica que o sujeito seja responsável pelo que diz e faz parte dos pré-construídos do discurso jornalístico, por exemplo, que a posição do jornalista funcione dessa forma. A função-autor produz uma relação organizada - em termos de discurso - produzindo um efeito imaginário de unidade. Se de um lado há uma “função-autor como unidade de sentido formulado, em função de uma imagem de leitor virtual, temos, de outro, o efeito-leitor como unidade (imaginária) de um sentido lido”. (p. 65).

É possível, então, visualizar uma distância (uma lacuna) não preenchida entre o discurso e sua textualização, distância que instaura um espaço de interpretação em que se movimenta tanto a função-autor, quanto se constitui, imaginariamente, o efeito-leitor. A esse processo a autora denomina efeito material da leitura, visto que nele há movência das posições do sujeito e também abertura do simbólico para que se possa entrar no discurso pela textualidade.

A textualidade produzida no discurso do infográfico trabalha a favor da estabilização de sentidos. Contudo, este trabalho que projeta um movimento de estabilização esbarra, também, na fluidez de seu próprio processo de textualização. Vão se formando, assim, lacunas e arestas que nos mostram o jogo entre a contenção e a abertura dos sentidos. É o processo de textualização que nos possibilita acompanhar o movimento contraditório entre a unidade e a divisão do que se mostra (formulação visual) e do que é formulado verbalmente.

4.1 O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM INFOGRÁFICOS IMPRESSOS E ELETRÔNICOS

Em *Análise sintática e paráfrase discursiva*, Pêcheux (1980/82 [2011]) explicita brevemente os princípios e procedimentos que permearam o trabalho discursivo na constituição da AAD-69. O autor focaliza o modo como o tratamento dos *corpora* foi pensado na AAD-69, principalmente no que se refere ao procedimento algorítmico⁴. A necessidade de se trabalhar a partir de um sistema de corpus laminado e heterogêneo que reconstruiria um arquivo textual é destacada e definida no procedimento do que ele chama de “técnica” de corpus. A noção de processo discursivo que colocaria várias sequências em relação também é fundamental.

O autor cita, então, as etapas do tratamento dos *corpora*, colocando a delimitação das sequências discursivas autônomas (SDA) com dimensão superior a uma frase, como essencial, visto que esse primeiro procedimento teria como objetivo a deslinearização e o tratamento das SDAs, pelo algoritmo, como entidades independentes, ou seja, a organização de tais sequências se constituiria como unidade máxima de comparação.

O autor destina à paráfrase sintática, ponto em que a discursividade está diretamente ligada à sintaxe, um papel particular no que ele designa como “algoritmo da análise de discurso”, que funcionaria na forma específica de “solicitações sintáticas de paráfrases”. O autor coloca que as ligações horizontais e as paráfrases sintáticas, são, nesta medida, “aspectos da análise sintática que ultrapassam a problemática estritamente linguística para abordar questões de ordem discursiva”. Isto porque, de um lado, as ligações horizontais guardariam

⁴ Comumente um algoritmo pode ser considerado como a organização de passos necessários para realizar uma tarefa. A Ciência da Computação o classifica, de acordo com a forma como foi implementado, como: recursivo ou iterativo, lógico, serial ou paralelo, determinístico ou não-determinístico, exato ou aproximado, entre outros.

traços do fio discursivo e de outro porque a paráfrase sintática permitiria aproximar estruturas sem fazer apelo ao sentido. Nesta relação, o autor adverte que a questão do sentido não interviria “na análise sintática, mas, sobretudo, no momento da interpretação dos resultados”. (pp. 168-169).

Em relação especificamente à paráfrase discursiva, o autor aponta dois tipos que estariam em funcionamento: a paráfrase sintática com identidade lexical e variação de tipo sintático e a paráfrase de estrutura sintática fixa e variação lexical; em seguida, ele alude a mais um tipo que seria misto e se caracterizaria pela combinação das variações dos dois tipos precedentes.

Frisamos, nessa breve descrição dos procedimentos informáticos da AAD, o modo como Pêcheux desloca a função do algoritmo constituído num modo estritamente técnico e/ou opositivo, próprio do campo lógico da informática, para um modo discursivo de funcionamento, o qual teria sua sustentação nas relações que as SDAs, as ligações horizontais e as paráfrases sintáticas manteriam, nos eixos sintagmáticos e paradigmáticos, umas com as outras. A noção de relação a_ tomada de Canguilhem (conf. PÊCHEUX, 1994) estaria sempre na base destes processos discursivos, mesmo os informatizados.

No primado da relação sobre a segmentação e o trabalho com palavras-pivô (prática criticada por Pêcheux), o autor aponta a possibilidade de sustentar argumentativamente, apoiado no terreno da informática:

(...) a tese segundo a qual as ambiguidades, metáforas e deslizamentos próprios às línguas naturais são propriedades incontornáveis do campo da análise de discurso, que se diferencia por essa razão mesma de toda perspectiva estritamente informacional, documentária ou “intelectiva”. Um corpus de arquivo textual não é um “banco de dados”. (PÊCHEUX, 1981[2011], p. 281)

O autor observa que uma recusa histórica de qualquer linguagem lógica de representação a priori parece cada vez mais justificada no domínio da

informática das ciências humanas, uma vez que há um alargamento (uma entrada) cada vez maior das “línguas lógicas de referentes unívocos, importadas do domínio das ciências naturais, das tecnologias industriais ou dos dispositivos de gestão-controle administrativos”. Contudo, a análise de discurso informatizada não se renderia às evidências empíricas de leitura, ou seja, não seria possível fazer uma “teologia da estrutura escorada em uma concepção ortopédica do conhecimento”, isto é, “a informática como uma prótese de leitura, como máquina de lavar dos textos, aparelho de raio X!”. (p. 282).

Em *Análise de discurso e informática*, Pêcheux (1981[2011]) pontua questões concernentes à leitura observando a relação entre a análise de textos - que se ocuparia dos procedimentos informáticos realizando análises de conteúdo e produzindo, assim, um modo de “leitura artificial”, e ao modo pelo qual a constituição da análise automática de discurso viria estabelecer uma relação diferente com tais procedimentos informáticos. A produção de algoritmos no espaço da AAD, conforme salientamos acima, é um ponto fundamental que mostra o deslocamento realizado pelo autor na relação com a informática. A problemática da leitura aparece fortemente em torno da questão da ideologia e em particular da leitura do que são designados, naquela época na França, como discursos ideológicos. É importante lembrar que o movimento estruturalista fazia frente, em relação à leitura, às concepções dominantes na época, tais como a hermenêutica literária espiritualista (práticas espontâneas da leitura sustentadas na leitura empírico-lógicas da análise de conteúdo), como também ao objetivismo quantitativo (na forma das teorias da informação e das estatísticas e mais atualmente das matemáticas). Foi então no e pelo movimento estruturalista que se abriram as questões sobre a leitura promovendo uma mexida que até hoje ainda deriva seus efeitos contraditórios.

Pêcheux (1981[2011]) passa a descrever os procedimentos informáticos, que pensados heurísticamente, foram a mola propulsora nesse processo de deslocar o modo de compreensão do estatuto da leitura. Em tal

empreendimento, o autor também aponta a existência de uma relação produtiva com o procedimento harrisiano, uma vez que se:

(...) o sentido de uma superfície textual existe no jogo das relações (de equivalência, comutação, paráfrase...) que se estabelecem necessariamente entre ela e outras superfícies textuais específicas, ocorre que o estudo dos processos discursivos (inerentes à estrutura subjacente a estudar) supõe a referência aos conjuntos de superfícies (ou “corpora discursivos”) que o dispositivo informático terá por efeito de colocar em estado de auto-paráfrase potencial, para interrogá-lo sobre a estrutura, generalizando os corpora assim encontrados por suas “condições (sócio-históricas) de produção”. (p.278).

A leitura é um acontecimento que demanda questionamentos por seu funcionamento fluido, inapreensível em sua totalidade. A pergunta de Pêcheux ressoa, incontornavelmente, ainda após mais de três décadas: o que é ler? Isto quer dizer que, mesmo nas condições de produção da vida digital, mesmo com a emergência das atuais tecnologias de linguagem, as quais modificam a relação do sujeito com suas condições histórico-sociais de existência, uma questão que permanece sempre em aberto. E por quê? Porque ler é interpretar, e o sujeito não tem como não significar. Face a um objeto simbólico, o sujeito é levado a dizer o que ele significa havendo “assim injunção à interpretação” (ORLANDI, 2001, p.22). E essa injunção é nossa ferida narcísica, aquela que lateja constantemente nos impelindo sempre em direção aos sentidos, a atribuir sentidos. É no movimento de pensar o que é ler-interpretar que observamos o funcionamento do infográfico na mídia impressa e eletrônica: sua constituição, sua formulação e sua circulação (ORLANDI, 2005) e os efeitos desse processo em relação às práticas contemporâneas de leitura na sociedade.

Em “Discurso: estrutura e acontecimento”, Pêcheux ([1990] 2006) mostra como é possível apreender, a partir da análise do enunciado on a gagné, o “estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é

sim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas” (p. 28). Sempre questionando o funcionamento dos universos logicamente estabilizados, o autor mostra como a conjunção entre as técnicas materiais (gráficos) e as técnicas de gestão social dos indivíduos (estatística) “repousam, em seu funcionamento discursivo interno”, sobre uma proibição da interpretação. Tal proibição funciona sob o modo da oposição, ou seja, “implicando o uso regulado de proposições lógicas (Verdadeiro ou Falso) com interrogações disjuntivas (“o estado de coisas” é A ou não-A?)” e nublando a alteridade constitutiva do discurso. O efeito decorrente do funcionamento desse universo logicamente estabilizado é o de saber do que se fala, “porque todo enunciado produzido nestes espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação”.

O Estado e as instituições funcionariam como pólos privilegiados de resposta à necessidade de “um mundo semanticamente normal” (p. 34). No caso do infográfico, a imprensa, enquanto instituição (MARIANI, 1999), forneceria as respostas à sociedade que, na demanda pelo logicamente estabilizado, constituir-se-ia enquanto logicamente feliz por ter coisas-a-saber e por buscar preencher essa falta de saber através de informações sempre tão disponíveis pela mídia. Isto porque, de acordo com Pêcheux ([1990] 2006), as coisas-a-saber representam tudo o que arrisca faltar à felicidade do sujeito pragmático.

O modo como funcionam no efeito de evidência disciplinas como a lógica, a matemática e a estatística é significativo para a compreensão de como as necessidades da sociedade são produzidas como sendo “inequívocas”, pois para Pêcheux ([1990] 2006) ao invés de necessidades inequívocas, historicamente, a humanidade foi sendo estruturada por vários sistemas ideológicos de racionalidade como a escolástica aristotélica, o rigor positivo e o Direito (como corpo de proposições).

Na análise dos três infográficos a seguir mostramos no batimento entre a descrição e a interpretação como se constituem efeitos de leitura produzidos pela textualidade infográfica. Há uma tensa relação entre o modo de se dizer algo,

o de mostrar como se diz/disse e a produção de efeitos de sentidos do modo como se formulou.

4.2 TEXTUALIDADE INFOGRÁFICA IMPRESSA

Apresentamos o infográfico *Quem venceria um duelo entre um tigre e um leão?* (**figura 9**) que tematiza a relação de força física entre animais na forma de um duelo entre um tigre e um leão. Trata-se de uma simulação em que os dois animais estão dispostos em vários planos e várias posições, encenando uma luta.

Na relação entre a formulação verbal e a visual as imagens chamam a atenção produzindo efeitos de tensão, de guerra. A representação da luta é sustentada pelo efeito de movimento do corpo, o modo como é formulada a posição destes animais no espaço é fluido, pois não obedece a pontos de enquadramento específicos, e é essa fluidez que instaura o efeito de movimento, visto que a formulação visual que os mostra ocupa a maior parte do espaço da página. O efeito de movimento é instaurado pelo jogo de perspectiva entre as imagens dos animais, ora a do tigre aparecendo em primeiro plano (quando vence a rodada) e a do leão em segundo, ora a do leão (quando vence) aparecendo maior (em primeiro plano). Por um jogo de transparência é possível visualizar as imagens dos corpos dos animais em diversas posições. O jogo de perspectiva instaura efeitos quadridimensionais (x, y, z, t) para os corpos, visto que o efeito de movimento é incorporado à imagem. A flecha administra o trajeto de leitura, focalizando a direção para a imagem ser lida, administrando o movimento do olhar do leitor.

>> O VERDADEIRO REI DA SELVA

Quem venceria um duelo entre um tigre e um leão?

Se fosse para apostar, o mais garantido seria você jogar todas as suas fichas no leão! Isso porque ele é mais "treinado" para a briga do que o tigre e possui características anatômicas que lhe dão vantagem. O tira-teima para saber qual deles sairia vitorioso, no entanto, é quase impossível na natureza: os dois vivem em continentes distintos. Os leões ficam nas savanas africanas, enquanto os tigres são encontrados a milhares de quilômetros de lá, na Ásia. No hábitat natural as tretas não rolam, mas em cativeiro os dois felinos já protagonizaram alguns quebra-paus. E, nos poucos registros desse tipo de luta, o leão normalmente levou a melhor, fazendo jus ao título de "rei da selva". Um dos combates mais célebres recebeu o nome de *The Big Cage* — algo como "A Grande Jaula". Os dois animais se engalfinharam trocando patadas e mordidas, num duelo sensacional que a gente recria neste infográfico. Nele você verá quem leva a melhor em vários quesitos. Ficou um duelo simplesmente animal! :-)

YURI VASCONCELOS / ÉBER EVANGELISTA E LUIZ IRIA / ALESSANDRA KALKO

GATO MESTRE

Tigre é maior e mais ágil, mas leão tem "armas" melhores e manda bem na briga

1 TAMANHO

Aqui o tigre leva boa vantagem. Os leões medem, em média, 2 metros de comprimento e pesam, no máximo, 270 quilos. Já algumas espécies de tigres, como o siberiano, chegam a mais de 3 metros e a 300 quilos. Mas será que tamanho vai ser documento nesta disputa?

PONTO PARA O TIGRE
0 x 1
LEÃO TIGRE

2 ARMAS DE DEFESA

Na hora do "vamuvé", os dois agem de forma parecida, tentando abocanhar o pescoço do rival. Mas o leão leva vantagem para se defender: sua juba protege o pescoço das mordidas do tigre. Sem falar que a juba faz o leão parecer maior do que é, o que intimida o rival

PONTO PARA O LEÃO
1 x 1
LEÃO TIGRE

3 ARMAS DE ATAQUE

Além da juba, outra boa adaptação anatômica do leão para a luta são suas patas dianteiras. Elas são mais musculosas que as do tigre e concentram a força do "rei da selva". Como a patada é uma importante arma de ataque, os golpes do leão são mais fortes e eficazes

PONTO PARA O LEÃO
2 x 1
LEÃO TIGRE

4 AGILIDADE

Ao contrário do leão, o tigre tem como ponto forte as patas traseiras, mais musculosas. Essa característica confere mais agilidade ao felino asiático, que é capaz de dar saltos maiores do que o leão. Em relação à velocidade, dá empate: ambos atingem cerca de 80 km/h

PONTO PARA O TIGRE
2 x 2
LEÃO TIGRE

5 INSTINTO

O leão é um animal instintivamente mais preparado para a briga. Isso porque sua função principal é proteger seu bando de fêmeas e filhotes de outros leões. Resultado: ele passa boa parte do tempo nesses duelos. Já o tigre é um felino solitário, que pouco entra em brigas

PONTO PARA O LEÃO
3 x 2
LEÃO TIGRE

6 ESTRATÉGIA

Enquanto o leão é mais calmo e concentrado, o tigre é geralmente nervoso e apreensivo. Essa diferença sugere que o tigre teria menos capacidade de analisar friamente o rival, aumentando sua desvantagem. Ao final desse grande duelo, o vencedor provavelmente seria o leão

PONTO PARA O LEÃO

PLACAR FINAL
4 x 2
LEÃO TIGRE



Assista a dois incríveis vídeos de duelos entre leões e tigres em cativeiro

Figura 9 - EVANGELISTA, E. e IRIA, L./Editora Abril. Quem venceria um duelo entre um tigre e um leão? Revista Mundo Estranho, Edição nº 51 – Maio de 2006.

A formulação verbal sustenta-se num procedimento retórico que põe em cena as causas e consequências produzidas num tipo de luta como este. Uma pergunta é feita para introduzir o tema do infográfico: “Quem venceria um duelo entre um tigre e um leão?” Uma relação com o leitor é instaurada pela projeção imaginária dele na cena da luta. A entrada se dá pelo enunciado: “Se fosse para apostar, o mais garantido seria você jogar todas as suas fichas no leão!” ou “você verá quem leva a melhor em vários quesitos. Ficou um duelo simplesmente animal!”. Na formulação ressalva-se, contudo, que esse tipo de luta foi realizado somente em cativeiro, visto que como os dois animais não pertencem ao mesmo habitat, tais duelos jamais poderiam acontecer. É possível observar a antecipação de possíveis objeções dos leitores em relação à questão de impossibilidade geográfica. Tais ressalvas se materializam nas conjunções concessivas e adversativas como: “no entanto” e “mas”, conforme as formulações a seguir: “O tira-teima para saber qual deles sairia vitorioso, no entanto, é quase impossível na natureza: os dois vivem em continentes distintos.”; “No habitat natural as tretas não rolam, mas em cativeiro os dois felinos já protagonizaram alguns quebra-paus”.

Uma descrição das características de cada animal, ordenadas numericamente, dá visibilidade ao procedimento retórico na forma de uma argumentação. Assim, a característica 1, designada como “tamanho”, inicia o placar atribuindo ponto ao tigre que teria, aproximadamente, três metros de comprimento e quase trezentos quilos (especificamente o siberiano), enquanto que o leão só teria dois metros e perto de duzentos quilos. Contudo, é feita uma pergunta ao final: tamanho seria documento? Na característica número 2, designada como “armas de defesa”, descreve-se um momento específico da luta entre os dois animais descrita como “a hora do vamuvê”, que quer dizer que é a hora em que o duelo começa. Neste momento, o leão levaria vantagem para se defender por causa da juba que o protegeria das possíveis dentadas do adversário. A juba do leão, então, ajudaria a dar-lhe uma aparência maior o que

intimidaria o tigre. No placar o ponto é destinado ao leão. Na característica número 3, “armas de ataque”, o leão continua na dianteira do duelo, pois o foco recai sobre a anatomia de suas patas que seriam mais musculosas do que as do tigre e, por isso, concentrariam maior força. É importante focalizar o modo como a pata é destacada pela flecha vermelha, que indica a direção para onde o leitor deveria olhar a fim de comprovar a existência dos músculos já citados. A patada leonina, desta maneira, seria uma excelente arma de ataque. No placar a luta está 2 x 1 para o leão. A característica número 4, designada como “agilidade”, dá visibilidade à superioridade do tigre por conta da força que ele teria nas patas traseiras, na oposição ao leão que teria força nas patas dianteiras. A força nas patas traseiras lhe possibilitaria dar saltos maiores do que os do leão e isso seria a razão de sua maior agilidade. No placar, a luta empata em 2 x 2. Na quinta característica, a do “instinto”, o jogo vira e o leão volta a emplacar. Como argumento, considera-se a função de proteção à prole que o leão cumpriria em relação ao modo solitário do tigre. O placar avisa: 3 x 2 para o leão. Na sexta e última característica, designada como “estratégia”, o leão novamente venceria o duelo, visto que a ele se atribui maior capacidade de concentração e calma em relação ao tigre que seria nervoso e apreensivo e, portanto, não teria a frieza analítica necessária para vencer a luta. Placar final: 4 x 2 para o leão.

Na formulação dessas características é importante apontar a produção de um “discurso logicamente estabilizado”, tanto na ordenação das características, quanto na forma do placar. Instauram-se efeitos de verdade-generalização-universalização nesse processo, como se só houvesse uma espécie de tigre ou leão no mundo e estes animais só vivessem em cativeiro. Contudo, na atribuição dessas características é possível observar o modo como são atribuídas características humanas aos animais em destaque. Especificamente na característica número 6, “estratégia”, isto é marcante, pois indicar características como calma e concentração ao leão e menor capacidade de análise e pouca frieza para o tigre seria como esperar de tais animais comportamentos racionais.

Na análise do infográfico, o procedimento retórico produz um efeito-leitor que estaria na cena da luta, a produção do efeito-leitor ancorando-se na formulação de perguntas, com a projeção de respostas sobre o tema, e na instauração de um interlocutor pelo pronome você, conforme “Se fosse para apostar, o mais garantido seria você jogar todas as suas fichas no leão!” ou “(...) você verá quem leva a melhor em vários quesitos. Ficou um duelo simplesmente animal!”. Nesse movimento o efeito de relevância é produzido pelo direcionamento de sentidos instaurado pelo esquema pergunta-resposta e também pela seleção do pronome você e não de um nós ou eles, por exemplo. Efeitos de ordenação são produzidos quando da enumeração das características atribuídas aos dois animais, no modo como é apresentado o placar que vai mostrando a superioridade de um deles e também pelas flechas que administram o trajeto da leitura a ser seguido. Na formulação do placar há também a produção de um efeito de síntese, uma vez que fica mostrado-visível no placar o resumo da atuação de cada animal na luta.

Na relação entre o verbal e o visual, observamos que a imagem se sustenta no imaginário do confronto, isto é, o modo como ela foi formulada aponta para estes efeitos de confronto. Se a análise focasse somente o conteúdo, poderíamos dizer que a imagem funcionaria somente como ilustração, contudo a entrada analítica compósita entre verbal e visual, sem separar formas e conteúdos, mostra que a interpretação da imagem não se reduz ao verbal, mas instaura sentidos próprios nessa composição. Se o foco estivesse somente numa produção da informação enquanto conteúdo, diríamos que a imagem não garantiria uma função de compreensão, visto que uma garantia sobre informação recairia na formulação verbal, contudo a leitura do infográfico nos mostra uma complexidade que, quando explorada, nos mostra que não se trata somente da produção de efeitos de informação, pois há um movimento que tensiona a relação entre o que se deseja informar e o que se produz como sentidos na informação.

Assim, ao observarmos o movimento do discurso, questionamos: por que faz sentido perguntar quem venceria um duelo entre um tigre e um leão se essa luta só se daria em um espaço específico que é o do cativeiro e não no espaço livre dos respectivos habitats naturais de cada animal? A simulação da luta sustenta-se no pré-construído da competição, os quais são atualizados em enunciados como: “duelo sensacional”, “duelo animal”, “vence o mais forte”, “jogar as fichas”, “competição entre gigantes”, entre outros. Portanto, a justificação da pergunta na formulação verbal silencia o inverossímil que seria a possibilidade de uma luta num espaço de circulação cotidiana comum aos dois animais! A ocorrência de uma competição como esta não faz sentido no mundo animal, contudo, faz sentido no mundo humano, regido pelas condições de produção da sociedade capitalista em que a busca por ser “o melhor”, “o mais forte” funciona como efeito de evidência. A superação de si e o aniquilamento do outro estão na base desse funcionamento e o processo discursivo mostra como a eficácia ideológica irrompe na textualidade infográfica deslocando sua estabilidade lógica ordenada, esquematizada. Os sentidos estão em movimento, o discurso é movimento, o sujeito é movimento. Essa é uma relação tensa que mostra a constituição de um processo que vem se constituindo na forma de um *movimento de esquematização*⁵.

A análise de outro infográfico (**figura 10**), com uma textualidade produzida pela relação entre gráficos estatísticos e formulação verbal, mostra um processo que põe em relação o que aparece como estabilizado e a possibilidade do equívoco. Também uma pergunta introduz a temática do infográfico: *Como os mais ricos do mundo ganham dinheiro?* O infográfico demanda o olhar para o modo como os gráficos estatísticos são formulados de maneira diferente do que habitualmente se vê, ou seja, uma formulação estatística que se mostra a) nas barras dos gráficos que representam prédios famosos, cuja legenda “Riqueza em

⁵ Detalharemos, em capítulo específico, como se estrutura o *movimento de esquematização*.

construção” aponta, através de cores diferentes, quais são “as maiores fortunas do mundo em US\$ bilhões”; b) na apresentação de um gráfico na forma de mapa mundi com indicações da porcentagem de ricos no mundo que é designado como “O endereço da riqueza” e c) num gráfico de barras com uma formulação comum ao espaço lógico da estatística, que indica a probabilidade da idade dos milionários associando tal idade a um “Valor da experiência”. Depois da pergunta que introduz o assunto temos uma apresentação de um ranking entre estes milionários, cuja fortuna, mesmo afetada pela crise mundial dos anos de 2008 e 2009, ainda continuaria de pé. Assim, milionários do mundo todo são citados como, por exemplo, Bill Gates que mesmo perdendo US\$ 18 bilhões ainda lidera o ranking com uma fortuna avaliada em US\$ 40 bilhões. Fazem parte da lista de bilionários citados dois brasileiros: “Jayme Garfinkel (Porto Seguro) e Rubens Ometto Silveira Mello (Cosan)”, designados como “emergentes que submergiram”, pois suas fortunas também foram afetadas pela crise. Tais bilionários têm o continente de seu domicílio indicado no infomapa, como também, no gráfico principal, a indicação dos países em que atuam, com a nomeação de suas respectivas empresa.

Analisando a pergunta *Como os mais ricos do mundo ganham dinheiro?* é possível dizer que, tanto na relação com o verbal, quanto com o visual, ela não é respondida, pois somente são disponibilizadas informações relacionadas à localização e ao valor destas fortunas. Outra vez questionamos: por que se formula determinada pergunta para não respondê-la? A formulação de uma pergunta como essa cria uma expectativa e uma demanda no leitor, pois funciona como evidente que todos gostariam de saber como se faz para ganhar dinheiro. Contudo, a expectativa é quebrada, visto que a resposta não explica o “como”. E então questionamos: como fica significado o descompasso instaurado por uma pergunta que acaba respondendo outra coisa, ao invés do que é perguntado? O que fica silenciado quando se pergunta uma coisa e se responde outra?

Pêcheux (1990, p. 08), ao historicizar as formas do discurso revolucionário, aponta como as relações entre o “visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades de ausência” estruturam o funcionamento da linguagem, visto que são nessas relações que o simbólico irrompe de forma irremediável para o “animal humano”. No funcionamento da língua, segundo o autor, se inscreve a “eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível” (p. 08). O autor aponta a necessidade, então, de se retornar sobre pontos de resistência e de revolta que se incubariam sob a dominação ideológica. O autor pontua como o confronto dos sentidos marcado na resistência poderia irromper:

Não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras (PÊCHEUX, 1990, p.17).

Assim, é possível ouvir no que a pergunta “Como os mais ricos do mundo ganham dinheiro?” a ausência de outros sentidos que também não estão postos na resposta que foi dada. Nesse processo discursivo, vemos se constituindo um discurso da perda, conforme os enunciados: “os 793 que ainda possuem fortunas acima de 9 dígitos perderam US\$ 2 trilhões”, “Mesmo perdendo US\$ 18 bilhões, Bill Gates, fundador da Microsoft, retomou a liderança do ranking”, “o investidor Warren Buff et e o rei das telecomunicações Carlos Slim, conseguiram perder 40% da sua fortuna em um ano, US\$ 25 bilhões cada”, “E os emergentes submergiram: o Brasil, por exemplo, passou de 18 para 13 bilionários - perderam o posto gente como Jayme Garfinkel (Porto Seguro) e Rubens Ometto Silveira Mello (Cosan)”. Na relação com o discurso da perda, há efeitos que indicam uma hegemonia da riqueza que põe em ausência o modo de funcionamento da sociedade com sua divisão econômica constitutiva. O discurso da perda instaura um corte, uma divisão na relação entre ricos e ricos, pois mesmo os ricos perdendo partes de sua fortuna, tem a possibilidade de continuar sendo ricos. Constitui-se, então, uma apologia à riqueza, pois ao localizar as grandes riquezas e nomear explicitamente quem são “os mais ricos do mundo” deixa-se de olhar o conjunto em que estes sujeitos conviveriam com todos os outros. Constitui-se um efeito de reforço da política do individualismo que impõe a demanda pragmática à sociedade, pois caberia exclusivamente a cada um se esforçar para tornar-se rico. A constituição do sujeito de direito, marcada na contradição entre a submissão e a liberdade, é a que funda a eficácia dessa delegação de responsabilidade para que o sujeito busque “superar”, por seu esforço e vontade, seu estado socioeconômico. Contudo, como bem acentuou Lagazzi (1998), “na prática discursiva a realização da ideologia imprime outros sentidos à resistência. Na determinação material das forças a luta por resistência é por mudança e contra a mudança”.

Pêcheux (1990) nos lembra sobre o modo como as fronteiras, numa sociedade capitalista burguesa, já não são mais demarcadas como eram na

sociedade feudal ou mesmo na socialista (que, segundo o autor, nem chegou a se concretizar). Fronteiras móveis, elásticas e invisíveis imbricaram-se com aquelas existentes, já definidas (bem delimitadas), as quais produziram efeitos contraditórios para as diferentes posições-sujeito. Assim:

[...] de um lado e de outro dessa fronteira, a mesma palavra, a mesma frase não têm, de novo, o “mesmo sentido”: e, como no caso da ideologia jurídica burguesa, sua transposição, deliberada ou não, pode ser uma questão de vida ou de morte: paradoxalmente, a desconfiança dos revolucionários com respeito à fraseologia engendrou a nova fraseologia do discurso-real autoprotetor, nova “frase democrática” que, ao repetir o que todos sabem, permite calar o que cada um entende sem o confessar. (PÉCHEUX, 1990, p. 15).

A pergunta que fica ressoando sem resposta e, mais do que isso, responde outra coisa que nem se perguntou sustenta-se, também, no pré-construído da competição, a qual aparece instaurando a relação competitiva não só entre ricos e ricos, por conta da crise financeira que os afetou, mas também, na contradição não resolvida, por um efeito de retorno à questão que ressoa insistentemente, entre ricos e pobres. É produtivo mostrar que, nesse processo, não só a pergunta, mas a textualidade infográfica afasta o sentido que mostraria uma maneira que seria específica de tornar-se rico. É produzida, também, uma demanda da possibilidade, para alguns, de manter-se rico. A textualidade do discurso infográfico, marcada pelo imbricamento material (Lagazzi, 2009) entre o verbal e a visual, produz um espaço marcado pela reificação. A noção de “fetichismo da mercadoria” possibilita compreender o escamoteamento das relações envolvidas no fenômeno da troca e na organização social.

A textualidade infográfica, sustentada no pré-construído da competição, mostra a luta pela manutenção da propriedade, propriedade que fica metaforizada na imagem dos prédios com seus diversos tamanhos, uma vez que o que teria

mais valor seria que cada um cuidasse muito bem do que é seu, do seu prédio, da sua propriedade. Nesta direção, Naves (2001) assevera que:

(...) a liberdade e a igualdade são determinações do valor de troca, necessárias para que o homem possa ser “comercializado”, isto é, para que a sua força de trabalho possa circular como objeto de troca que ele, como seu proprietário, aliena por tempo certo, concedendo ao comprador o direito de consumir essa mesma força de trabalho no processo de produção. (NAVES, 2001, p.4)

São produzidos efeitos de relevância nesse processo, ou seja, um efeito de evidência garantido pela asserção de haver somente uma maneira de se manter rico, pois ao mostrar apenas a maneira dos ricos permanecerem ricos se afasta a possibilidade de haver uma forma de pobres tornarem-se ricos. Nesse movimento, a relevância atribuída à permanência da riqueza põe em estado de ausência os demais sentidos que sustentam que há também pobreza. Produz-se efeito de relevância, ainda, quando são citados alguns “mais ricos do mundo” em detrimento de outros e no modo como o discurso da perda é destacado, aparecendo de forma relevante em relação ao do ganho.

Efeitos de síntese são produzidos na metaforização dos prédios em gráficos estatísticos e nas porcentagens e valores em dólares atribuídos às empresas que perderam lucros durante a crise financeira. Nesse movimento, prédios e gráficos sintetizariam tanto o objeto de propriedade, quanto o valor do objeto, ao mesmo tempo. As legendas percentuais que acompanham os prédios-gráficos, além de produzirem efeitos de síntese, produzem também efeitos de ordenação e relevância, visto que organizam uma ordem de sentidos garantida pela numeração. De forma crescente ou decrescente é possível visualizar quem perdeu mais ou menos.

A textualidade infográfica funda-se não como uma estrutura totalmente fechada, mas permeada por brechas, uma vez que não há como impedir que outros efeitos de sentidos, fundados na eficácia ideológica capitalista, irrompam

nessa pretensa estabilidade informativa. O que se mostra como garantia da comunicação da verdade (por suas provas concretas na forma de gráficos e porcentagens) não consegue contornar o movimento discursivo que torna visível a divisão no interior da unidade do que fica significado como riqueza. Na contramão do efeito de universalização produzido a partir do sintagma informação-comunicação, também é possível visualizar outras informações, por exemplo, a de que há ricos que lutam para manterem-se ricos, enquanto há pobres que estariam invisíveis, em estado de ausência permanente. Nessa direção, o infomapa estampa a contradição não resolvida entre os países ricos e os países pobres, uma vez que além de possibilitar a localização do “endereço da riqueza” no mapa-múndi é também possível ver, pela formulação visual das bolinhas amarelas indicadoras, a desigualdade econômica entre os países da América do Norte, da Europa e da Ásia na relação com os demais.

No infográfico impresso *O ciclo do etanol* (figura 11) publicado na revista *Veja* de 19 de março de 2008 observamos o modo como, na relação entre a repetição e a diferença, podem ser produzidas leituras específicas.

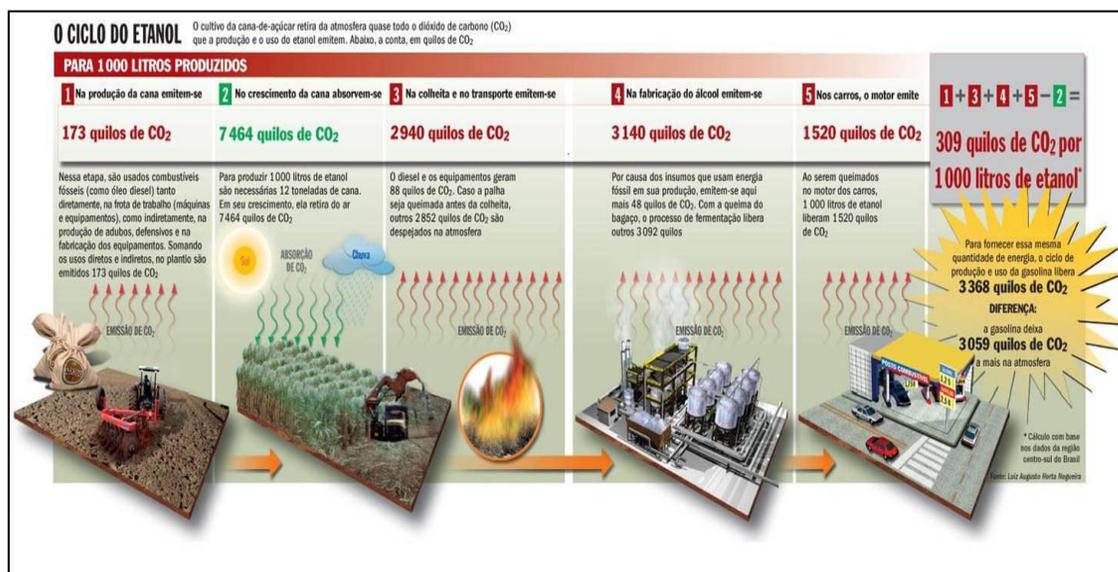


Figura 11 - FRANÇA, R. O ciclo do etanol. Revista *Veja* - Editora Abril, Edição n.º 2052, 19 de março de 2008. Disponível em http://veja.abril.com.br/190308/popup_energia.html

O infográfico integra uma reportagem de onze páginas que tem como título: *70 questões para entender o etanol*. A reportagem está organizada com uma introdução ao assunto (produção, industrialização e distribuição do etanol) e as 70 questões, já com suas respectivas respostas, que objetivam a compreensão do que é, para que serve e como se produz/industrializa e distribui o etanol, entre outras informações, conforme o recorte seguir:

1 O que são os combustíveis "verdes"? São aqueles cuja emissão de CO₂ durante o processo de produção ou no cano de descarga dos carros é menor que a proveniente do diesel e da gasolina.

2 Quais são os combustíveis "verdes"? Os mais viáveis são o etanol e o biodiesel. O hidrogênio líquido e a eletricidade produzida por baterias não emitem nenhum tipo de fumaça quando utilizados como combustíveis de automóveis. Seu uso, porém, ainda é restrito por problemas de distribuição e de pouca autonomia.

3 Qual o menos poluidor? A forma como os combustíveis são produzidos deve ser levada em conta na resposta e não apenas o que escapa do cano de descarga. A produção de hidrogênio exige gasto de eletricidade, o que, por sua vez, requer a queima de carvão e petróleo em termelétricas. Em termos globais, 60% da energia elétrica vem do carvão, a mais poluente das fontes energéticas. [...]

[...] **68 Quanto o Brasil está investindo em tecnologia?** O Brasil investe 100 milhões de dólares por ano, enquanto os Estados Unidos investem 1,5 bilhão de dólares por ano somente em pesquisa.

69 Quanto seria o investimento ideal? O Brasil precisaria investir pelo menos quinze vezes mais do que isso para empatar com os Estados Unidos e se manter na disputa pela posição de liderança.

70 Caso os estados unidos cheguem antes ao Etanol de celulose, o Brasil estará ultrapassado? Não totalmente. Bons acordos podem garantir acesso à tecnologia. As plantas tropicais oferecem mais quantidade de biomassa do que as plantas de regiões temperadas. Até essa vantagem a natureza deu ao Brasil na corrida pelo combustível do futuro. (FRANÇA, 2008).

Iniciamos pela formulação verbal, que por meio de perguntas já com suas respectivas respostas, constitui-se por procedimentos retórico-pedagógicos (discurso autoritário) no modo como organiza o assunto. As formas assertivas do verbo “ser” impedem a possibilidade de outros sentidos, conforme: “O que são os combustíveis verdes? São aqueles que”; “Quais são os combustíveis verdes? Os mais viáveis são”. A textualidade resultante da fórmula: “pergunta = resposta” conforma um espaço logicamente estabilizado para a língua e os sentidos, pois

para cada pergunta, já haveria, inequivocamente, uma resposta fundamentada no/pelo discurso científico.

A explicação do modo como se realiza o processo de produção do etanol - com seus benefícios e problemas (como é sua fabricação nos diversos países, seu rendimento, seu alcance, a economia, a melhoria do meio ambiente), entre outros assuntos - é determinada por um jogo de oposições tais como “é ou não é”, procedimento que não abriria espaço para brechas, pois se constitui pela recorrente estabilidade lógica garantida pela asserção do verbo ser.

No infográfico *O ciclo do etanol* é possível observar o modo como são organizadas as etapas do plantio e colheita da cana para a fabricação do etanol. Há efeitos de ordenação produzidos através da presença da aritmética (**1 + 3 + 4 + 5 - 2 = 309 quilos**), da química: **CO₂, dióxido de carbono**, com as medidas de capacidade: **quilos, litros** e da física: na flechas (forma visual) pela qual indica as formas possíveis de emissão do **CO₂**. O que se compreende como um resultado (produto) do processo de produção do etanol fica significado pela inunção à estabilidade do discurso científico e reiterada pelas convenções da soma aritmética. O funcionamento aponta para a comprovação das cinco fases pelas quais a produção do etanol seria realizada, que é esquematizada da seguinte forma:

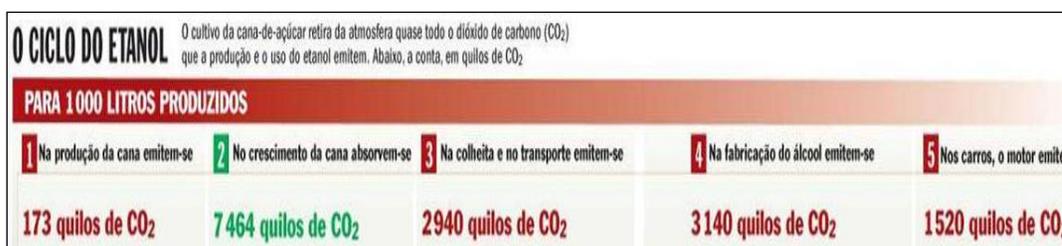


Figura 12



Figura 13

A formulação visual produz efeitos de síntese no modo como apresenta a equação entre as fases de 1 a 5 e seu respectivo resultado. As cores verde e vermelha atualizam o discurso da regulação do trânsito produzindo efeitos de sentidos do que seria liberdade (verde) e perigo (vermelho). Em relação à produção do etanol, a fase número 2 que é a do crescimento da cana está formulada na cor verde configurando a etapa de crescimento como propícia a absorção do gás. Além de livre, a etapa fica significada também como capaz de reduzir a circulação de CO², visto que este elemento seria absorvido pela cana durante seu crescimento. As fases 1 + 3 + 4 + 5 indicam perigo, sustentados pelos sentidos atribuídos à cor vermelha, visto que a emissão de CO² na produção, colheita e transporte da cana, na fabricação do álcool e utilização destes nos carros seria um agravante na poluição do meio ambiente. O movimento produz efeitos de relevância, visto que diferenciar por meio de outra cor a fase número 2 a destaca das demais fases. A formulação visual repete o que foi formulado verbalmente e vice-versa. A textualidade do discurso infográfico produz efeitos que demandam-atualizam-reafirmam uma fidelidade do verbal numa relação contéudística com o visual.

A repetição ocorre não só na reiteração de conteúdos, mas também instaurando diferença, visto que a reversibilidade entre as formulações aponta,

nesse mesmo processo, para a falha constitutiva tanto de uma como de outra. Nem só a formulação verbal ou a visual conseguiria uma saturação dos sentidos, visto que tal saturação é impossível de se pensar discursivamente. Há uma administração de sentidos que instaura uma contenção nos trajetos de leitura fazendo com que a compreensão funcione em termos de complementaridade, isto é, o visual complementaria o verbal e o reafirmaria na direção argumentativa (pela antecipação) da textualidade infográfica. Contudo, de acordo com Lagazzi (2009):

(...) não temos materialidades que se complementam, mas que se relacionam pela contradição, cada uma fazendo trabalhar a incompletude na outra. Ou seja, a imbricação material se dá pela incompletude constitutiva da linguagem, em suas diferentes formas materiais.

A formulação visual do trator, no trabalho da preparação do solo para o plantio, produz esquematicamente o que ocorreria cotidianamente numa roça de cana, ou seja, como seria um fato natural na agricultura, e a forma como é textualizado o processo específico de plantação, crescimento e colheita da cana produz efeitos de relevância para um determinado processo de preparo, que fica significado como o ideal.

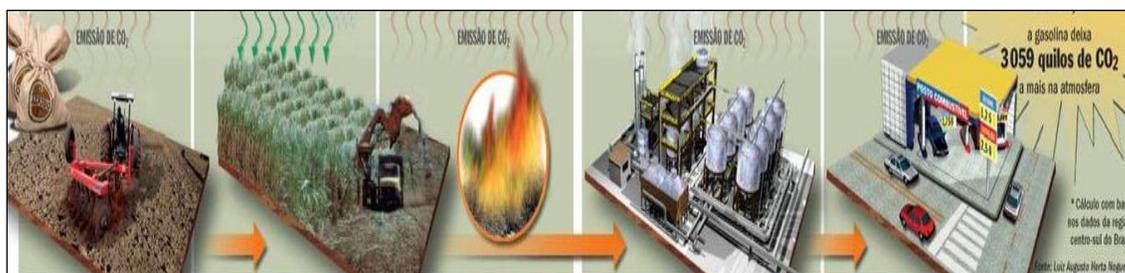


Figura 14

Nesse movimento que esquematiza as condições de produção do processo de produção agrícola é possível compreender o quanto uma ideologia da mecanização nubla tais condições. A textualidade infográfica produz efeitos de sentido de avanços tecnológicos e invisibiliza a imagem do trabalhador manual.

Uma ausência que mostra o quanto a sociedade capitalista funciona no sentido de conter as relações sociais instaurando a reificação.

A textualidade infográfica é afetada pela instituição jornalística, contudo deixa entrever questões sociais que mostram furos no ritual jornalístico. Ao instituir uma direção argumentativa, que se materializa pelo modo de mostrar como o cultivo de cana de açúcar poderia diminuir o impacto da poluição ambiental, positivando o processo mecanizado da produção agrícola na formulação visual, vemos a constituição de sentidos que sustentam um possível descarte do trabalhador, que não é visibilizado nesse processo. Situando-se no espaço do dizível sustentado no politicamente correto da defesa do meio ambiente, a textualidade do discurso infográfico apaga as condições histórico-sociais que determinam as relações de trabalho, no qual as condições de existência do trabalhador rural poderiam ser criticadas. Mesmo se falando do social, isto é, na seleção do tema poluição e meio ambiente, observamos que a textualidade infográfica inibe as relações de forças existentes, nublando o funcionamento do político e projetando a estabilização dos sentidos. Observamos a relação entre a estabilização e o que está sujeito a equívoco no discurso do infográfico e este processo toma corpo no que vemos se constituir como um *movimento de esquematização*.

4.3 TEXTUALIDADE INFOGRÁFICA ELETRÔNICA

Em nosso percurso de pesquisa vimos necessidade de compreender a relação entre o modo de circulação impressa e o de circulação eletrônica do infográfico. Ao invés de nos pautarmos pelas diferenças técnicas entre os dois modos de formulação e circulação, como geralmente os estudiosos da área de arquivística, comunicação e *design* fazem, temos como objetivo, a partir do discurso jornalístico, dar visibilidade ao modo como o infográfico fica significado nessa intrincada relação. Isto porque, segundo Orlandi (2008), “um sentido é como

ele se constitui como se formula e como circula” e sendo assim, o modo como funciona a circulação do impresso e do eletrônico produz consequências sobre o modo como se formula um infográfico.

De acordo com o Conarq – Conselho Nacional de Arquivos, mesmo sendo comum a reversibilidade de sentidos entre documento eletrônico e documento digital, do ponto de vista tecnológico existe uma diferença, ou seja, um documento eletrônico seria acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico (aparelho de videocassete, filmadora, computador) e poderia ser registrado e codificado em forma analógica ou em dígitos binários. Um documento digital (texto em PDF, planilha de cálculo em Excel, áudio em MP3, etc.), contudo, seria um documento eletrônico caracterizado pela codificação em dígitos binários, mas acessado por meio de sistema computacional. Seria possível dizer, então, que todo documento digital é eletrônico, mas nem todo documento eletrônico é digital. Como o infográfico encerra uma gama de formas significantes, utilizamos a noção de eletrônico para nos referirmos aos modos de sua circulação.

Durante as últimas décadas, muito se discutiu sobre uma possível substituição do impresso pelo eletrônico no jornalismo, contudo não é demais lembrar que mudanças são inevitáveis e que o próprio movimento histórico dos meios de comunicação pode nos afastar dessa noção apocalíptica que sustenta a relação impresso-digital em sua forma deslizante real-virtual. Lembramos os acontecimentos históricos do rádio e do cinema, por exemplo, em relação a televisão, ou da própria televisão aberta em relação a TV a cabo e/ou o satélite. Na maioria das vezes, não houve uma substituição maciça de um pelo outro, mas sim uma reconfiguração de funcionamento por causa das condições materiais de existência da sociedade. Não é possível dizer, portanto, que o jornalismo impresso seria ou será destituído pelo eletrônico, mas sim que, devido a uma demanda social diferente, ele tem um funcionamento outro.

Em relação ao impresso, é possível dizer a respeito da infografia que ela faz parte do jornalismo há muito tempo. Segundo autores da área (PELTZER,

1992; DE PABLOS, 1998; VALERO SANCHO, 2001), desde o início do século XIX, ou seja, a partir do momento em que os jornais começaram a utilizar desenhos para contar histórias visualmente. Segundo Valero Sancho (2001), mesmo que no início os desenhos não apresentassem informações atuais, visto que a limitação técnica existia, os primeiros desenhos informativos podem ser considerados ancestrais da infografia. Contudo, nesses primórdios, a infografia significava mais como ilustração ou mero complemento da informação textual do que como informação em si mesma (PELTZER, 1992).

Conforme já apontamos, há um grande número de conceitos propostos para definir infografia, o que mostra a dificuldade em se nomear/especificar um objeto. Fato que se explica em nossa posição teórica, ou seja, o de que não há como colar um nome a uma coisa, uma vez que os sentidos são produzidos a partir da posição ocupada por quem enuncia. Uma impossibilidade de síntese! No caso da relação impresso e eletrônico, um dos primeiros autores que propôs distinções no conceito de infografia jornalística a partir da observação de sua forma de circulação foi Valero Sancho (2001). O autor afirma que a infografia na mídia impressa, “é uma contribuição informativa, realizada com elementos icônicos e tipográficos, que permite ou facilita a compreensão de acontecimentos, ações ou coisas atuais ou alguns de seus aspectos mais significativos, podendo acompanhar ou substituir o texto informativo”. (VALERO SANCHO, 2001, p. 21).

O autor observa que, no jornalismo impresso, a infografia deveria produzir em seu funcionamento um significado total e independente; deveria proporcionar quantidade razoável de informação atual; deveria conter informações suficientes para o entendimento dos fatos; ordenaria o conteúdo utilizando, se necessário, variantes de tipologia; apresentaria elementos icônicos que não distorceriam a realidade; realizaria funções de síntese ou complemento da informação escrita; proporcionaria certa sensação estética; seria precisa e exata. O autor concentra tais características na relação com dois aspectos definidos por ele como essenciais, a saber: a utilidade e a visualidade. Na utilidade, se

enquadrariam as três primeiras características, mostrando o grau de significação, a informação e a funcionalidade que poderia ter a infografia no momento em que é editada. Na visualidade, as demais características corresponderiam à sensação agradável que se obtém ao vê-la (VALERO SANCHO, 2001). A perda de qualquer um destes aspectos reduziria o valor comunicativo da infografia, uma vez que ela deixaria de se integrar ao texto como “elemento de comunicação com certas influências na mensagem escrita” (VALERO SANCHO, 2001, p. 16). No capítulo do discurso sobre o infográfico mostramos como uma concepção instrumental da linguagem sustentada no esquema informacional jakobsiano determina o modo de leitura do infográfico. A proposta de Valero Sancho (2001) inscreve-se nesta determinação, pois discursivamente não seria possível apreender a infografia como um elemento de comunicação, conseqüentemente tendo um caráter comunicativo, e muito menos podendo exercer influência na mensagem escrita, visto que a relação entre o modo de dizer e a produção de sentidos não é uma relação direta, termo-a-termo, mas sempre já atravessada por relações imaginárias e por determinações históricas.

Segundo De Pablos foi a partir da Guerra do Golfo, no início dos anos 90, que houve um desenvolvimento do que ele designa como infoperiodismo. O autor explica que “a base do infoperiodismo é a infografia, mas não se resume a isto, pois implica uma maneira de trabalhar que maximiza o renascimento deste gênero visual impresso, com a ajuda de jornalistas providos de suficiente cultura visual para saber em cada momento o que é mais infograficamente conveniente” (DE PABLOS, 1998, p.43).

No Brasil o infográfico impresso começou a aparecer com frequência em páginas de jornais e revistas de grande circulação no início dos anos 90, a partir de suas reformas gráficas e editoriais. Para fazê-las, os veículos buscaram a consultoria de profissionais oriundos dos Estados Unidos e da Europa, locais onde o uso do design como aliado na qualidade da informação jornalística já era realidade há, pelo menos, 10 anos. Esse objeto comumente é utilizado no

jornalismo para notícias e reportagens de muitas áreas/editorias, desde cotidiano até esportes e ciência, passando por política e até polícia, em alguns casos. O discurso que o inscreve como tendo uma natureza instrumental também aparece nesse processo, pois o modo como é utilizado para abordar temas de diversas áreas o coloca como um lugar vazio, o qual serviria para se poder dizer de qualquer coisa de uma maneira específica, ou seja, por um multi-imbricamento entre palavras, imagens, sons, etc. Contudo, no modo como nossa compreensão vem se constituindo em relação ao infográfico, esse lugar vazio que seria um “canal de transmissão de informações” não tem espaço para se constituir, visto que, a informação não é um produto que circularia indiferente por um canal que seria neutro, pois os meios nunca são neutros (ORLANDI, 2005), mas atravessados pelas condições de produção do que se diz.

O infográfico eletrônico surge praticamente junto com o jornalismo *online*. Primeiro a partir de reproduções estáticas da mídia impressa para, em seguida, incorporar as características da rede. Inicialmente o jornal impresso era apenas transposto para o digital, em seguida o jornalismo eletrônico começou a utilizar o *link* hipertextual, e só recentemente se tornou webjornalismo, ou seja, passou a incorporar, integralmente, os avanços técnicos da Internet. Alguns autores falam em infografia multimídia, isto é, aquela que efetivamente utiliza, além da imagem e do texto escrito, recursos de áudio e/ou vídeo para informar. Haveria, também, as infografias animadas que são aquelas que apresentam movimento nas imagens. Um exemplo seria o de mapas que se abrem em *pop ups*, por exemplo, a partir de cliques específicos ou cores que se intercalam em gráficos de barra ou afins. Há, também, imagens em 3D que giram na tela proporcionando uma visão panorâmica de algo e mostrando em detalhes seu funcionamento.

As mudanças que ocorreram na passagem do impresso ao eletrônico (digital), foram possíveis, em grande parte, pelo desenvolvimento de softwares e de recursos técnicos, tais como os que aumentaram a velocidade de navegação.

É a velocidade de navegação que permite, por exemplo, que um aplicativo como o Flash (software de animação) seja utilizado na infografia e lhe imprima o movimento. A cobertura da queda das torres do World Trade Center, em 2001 é um belo exemplo de infográfico que desencadeou a utilização do Flash. Vários infográficos, em vários sites, foram produzidos sobre esse acontecimento dando a possibilidade ao leitor de avançar e-ou retroceder, através de cliques em *links* específicos, na visualização das imagens.

Conforme já aludimos, a infografia impressa conta com formas significantes tais como texto, gráfico, ilustração, mapa e foto, já no formato eletrônico-digital são incorporados, além das formas do impresso, o vídeo, o áudio e a animação. Chartier (2005), contudo, afirma que “a textualidade eletrônica, o mundo do computador, o mundo numérico apropriou-se de muitas imagens ou palavras que vêm da cultura impressa”. Como exemplo dessa apropriação, o autor cita a palavra “páginas” existentes nos textos eletrônicos, mesmo quando a definição de página (no eletrônico) não tem nada a ver com o espaço branco, cercado, fechado, definido, da página do livro impresso. Lembra também a palavra “imprimir” que circula para os textos eletrônicos. Segundo ele, Bill Gates diria que quando quer ler um livro, ele o imprime. Contudo, tal técnica de impressão, ou do impresso, não teria nada a ver com a técnica dos caracteres móveis e de imprensa, nem com a industrialização da tipografia no princípio do século XIX.

Segundo o autor, estariam voltando, com as novas tecnologias, práticas já instauradas na escrita, mas que potencializadas retornariam sobre a escrita. Uma delas seria seu caráter interativo, pois a técnica eletrônica acostumaría à intervenção do leitor no texto, não somente nas suas margens, mas também dentro do texto (isto quando o texto não está fechado, protegido por securities). Para Chartier (2005) o leitor se acostumaría ao diálogo, a uma relação com o texto bem diferente da com o texto impresso, pois seria uma relação deslocada em que o eletrônico permitiría uma abertura maior em relação à própria formulação textual. Discursivamente, contudo, não é possível existir um caráter interativo calcado no

diálogo. Pensamos que a possibilidade de uma relação interativa se constitui como práticas por sujeitos que ocupam certas posições na relação com um determinado processo de significação. Assim, mais uma vez, as concepções sustentadas no efeito de evidência da instrumentalidade da linguagem e da literalidade dos sentidos nublam a heterogeneidade constitutiva do discurso, ou seja, estancam a constituição de um espaço de circulação de sentidos em que os sujeitos signifiquem em suas práticas. Nessa direção, questionamos se somente a constituição do eletrônico deslocaria a relação do leitor com *as coisas a saber* por conta de que o eletrônico permitiria uma maior abertura para a formulação textual. Reduzir questões complexas a uma ordem do eletrônico é justamente nublar o funcionamento do discurso, é sobredeterminar as condições materiais de existência do sujeito pelo apelo ao tecnológico.

Ao compreender a transferência de certas práticas do eletrônico ao impresso, e vice versa, o que não se pode perder de vista, segundo o autor, é o fato de que há uma diferença radical entre a ordem do discurso lido na textualidade eletrônica e a ordem do discurso da textualidade impressa e, também, em relação aos objetos manuscritos. Contudo, essa diferença radical não se situaria mais, como no tempo de McLuhan, dentro da oposição entre o escrito e a tela, pois, contemporaneamente, teríamos telas com imagens, e “as telas do mundo contemporâneo são fundamentalmente escritas e multiplicam-se os escritos sobre a tela até o excesso, até a preocupação com a ausência de qualquer controle ou domínio possível” (CHARTIER, 2005). Para o autor, contemporaneamente, o objeto que vem permitindo o acesso às imagens, aos sons, aos textos é sempre o mesmo: a tela do computador. Essa máquina faria aparecer, na superfície luminosa da tela, textos que anteriormente estavam distribuídos entre objetos (livros, revistas, panfletos, cartazes, etc.) extremamente diferentes.

Muito mais do que as aporias da relação entre impresso-eletrônico, o que está em pauta, pelo menos em relação à textualidade infográfica, são seus

efeitos nas práticas de leitura. Retomando as questões de constituição, formulação e circulação dos sentidos para especificar o modo como a função-autor se constitui e discutir seu estatuto na relação com a autoria no discurso científico (especificamente o caso da grilagem intelectual) e as políticas científicas, Orlandi (2009) traz produtivas questões sobre a versão.

No discurso do infográfico, os efeitos de sentidos produzidos na forma impressa ou na forma eletrônica são determinados por suas diferentes versões, pois “todo sítio de significação é passível de ser trabalhado por muitas formulações (versões)”. Assim, a versão de um infográfico impresso pode conter elementos significantes da versão do infográfico eletrônico e vice versa. E há várias revistas e jornais que colocam em circulação as duas versões. A diferença entre elas é tênue e difícil de delimitar. Enquanto a versão impressa é formulada para ser visualizada no conjunto, quer dizer, as informações são apresentadas de uma só vez no mesmo espaço significativo pelo imbricamento verbo-visual, a versão eletrônica incorpora, além do imbricamento verbal-visual, outros elementos significantes como o som e o vídeo, elementos que não tem a possibilidade de circularem na versão impressa, mas somente na eletrônica. A possibilidade do movimento também integra a versão eletrônica. A imagem em movimento é estruturante de mídias visuais como a TV e o cinema, porém nos interessa observar como o infográfico eletrônico funciona numa relação que marca a diferença entre o impresso e o eletrônico. Além dos elementos significantes tais como som e vídeo incorporados à versão eletrônica, esta ainda pode conter *links*, o que instaura o movimento do infográfico, demandado pela injunção clique-*link* para seu funcionamento.

A análise do infográfico *O boi em pedaços* mostra-nos o modo como a textualidade infográfica é constituída na versão eletrônica e como a relação clique-*link* nesse funcionamento é determinante, pois a incorporação de elementos que possibilitam a movimentação do infográfico instaura efeitos de leitura diferentes daquele da formulação impressa.

Abaixo mostramos o infográfico em estado potencial de leitura, ou seja, pronto para ser posto em movimento pela relação clique-*link*. No primeiro quadro observamos os cortes de carne organizados numericamente, e tal forma de organização produz efeitos de ordenação, pois uma memória numérica é atualizada nesta formulação. A produção do efeito-leitor neste movimento é determinante para a compreensão da hierarquia proposta para os tipos de carne que serão apresentados com variação de preço. A projeção deste leitor pauta-se no imaginário escolarizado, naquele que (re)conhece o funcionamento da ordenação numérica, seja cardinal ou ordinal. Num quadro à direita há a indicação de que o leitor deve clicar nas peças de carne para saber a variação do preço e o preço atual dos cortes. É pelos cliques que se estabelecem os trajetos de leitura para o infográfico e a cada clique no *link*-corte podemos observar a produção de efeitos de relevância (que é também uma ordenação do dizer!) e de síntese (pela formulação estatística).

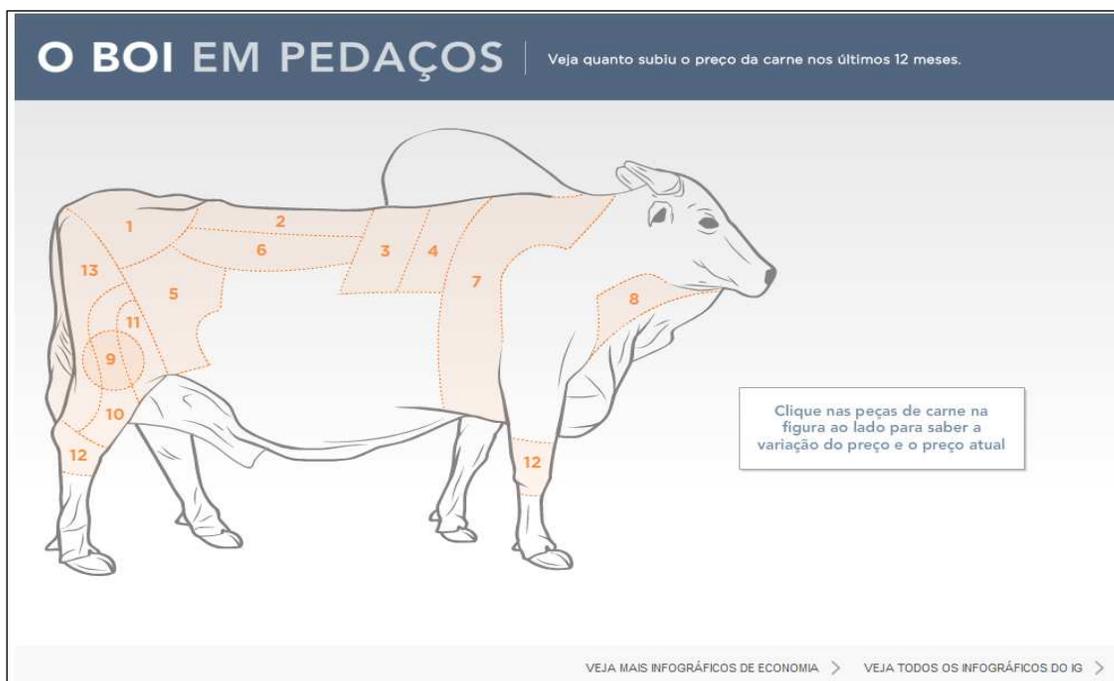


Figura 15 – Infográfico sem ser clicado

CALDEIRA, I. O boi em pedaços. Disponível em <http://economia.ig.com.br/preco-da-carne-deve-se-manter-em-alta-por-mais-dois-anos/n1238096395769.html>

O infográfico compõe uma reportagem que explica os motivos pelos quais o preço da carne bovina se mantém alto por um período maior que dois anos, a partir de informações fornecidas por especialistas. Coloca-se a demanda pela carne bovina como responsável principal pelo aumento de preço, tendo o baixo nível de desemprego, o aumento da renda média da população e o apetite da população como coadjuvantes nesse processo. Como consequência haveria a escassez da matéria-prima e o aumento dos preços.

Vários argumentos ancorados em dados estatísticos são mobilizados para explicar como o ciclo ocorre, por exemplo: “para cada 1% de aumento na renda, o consumo de carne cresce 0,5%”; “Projetamos uma alta da carne em torno de 2% no IPCA de 2011”. Tais argumentos são mobilizados para explicitar o que os especialistas designam como ciclo agropecuário, ou seja, um ciclo de aproximadamente três anos que compreende as etapas de nascimento do bezerro, época de desmame, engorda e conseqüente abate dos animais. Os especialistas atribuem à crise econômica mundial, desencadeada em 2008, a existência de uma oscilação no ciclo. Oscilação que seria causada por um possível atraso no aumento da procura provocado pelo contingenciamento de gastos próprios da crise. A esse processo os especialistas designaram como “desequilíbrio do mercado nacional”. Contudo, não haveria somente desequilíbrio interno, pois a demanda mundial também aumentou no período e vários outros países estariam na mesma situação.

A alta das *commodities* também seria uma das responsáveis pelo desequilíbrio, uma vez que o grão de soja - que responde por cerca de 70% da alimentação de animais como o frango e o suíno - estaria com seu preço inflacionado, o que impediria a substituição da carne bovina por estes tipos de carne que seriam mais baratos.

Outros argumentos ainda são colocados para mostrar a oscilação do mercado interno, um deles refere-se às exportações que aumentaram 16% em 2010 “saltando de US\$ 4,118 bilhões em 2009, para US\$ 4,795 bilhões” em 2010. A isto associam informações sobre o volume de carne nos embarques, que teria sido reduzido. A explicação para isto é que, apesar do aumento do lucro, o setor não teria superado o *record* histórico de produção do ano de 2008, mas se beneficiado da alta do dólar em 18% no período.

O infográfico *O boi em pedaços* foi produzido para mostrar e identificar quais os cortes bovinos foram mais afetados pela alta dos preços. Para saber “quanto subiu o preço da carne nos últimos 12 meses” são mostradas as divisões dos cortes de carne que estão ordenadas por uma numeração crescente, por exemplo: 1 – Picanha, 2 – Contrafilé, 3 – Filé de costela... e dão visibilidade à informações estatísticas na forma de gráficos que mostram a variação do preço de cada corte nos últimos doze meses, ou seja, de janeiro de 2010 a janeiro de 2011. O corte de picanha, por exemplo, teria uma variação de 42,53% no período:

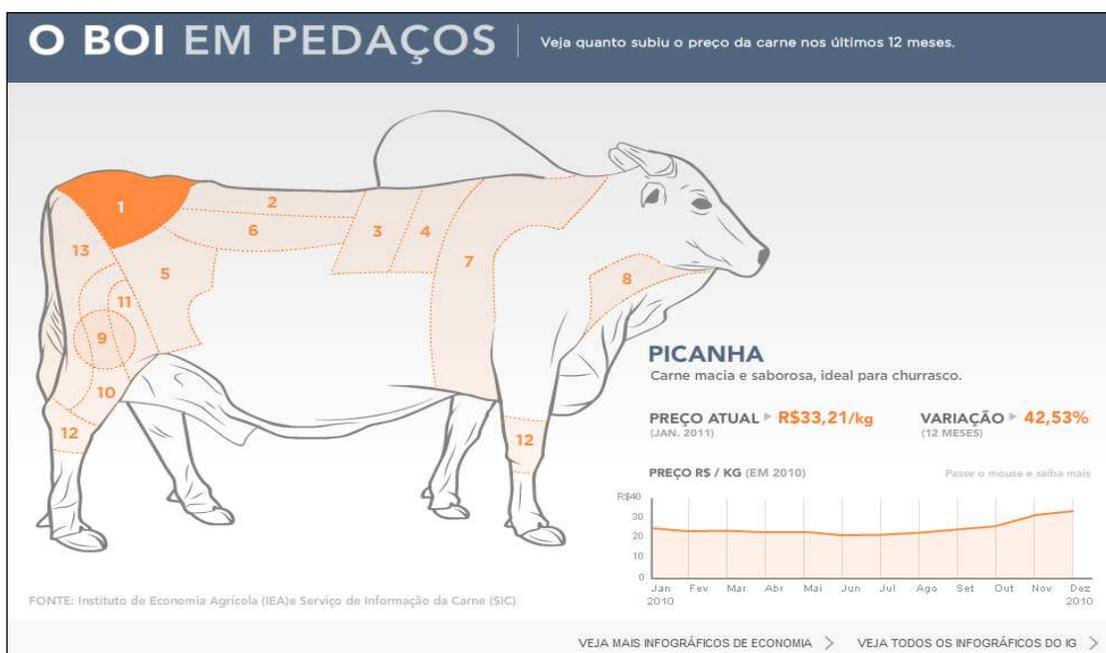


Figura 16 - Infográfico com o corte número 1- Picanha, clicado.

Na explicação de cada corte, além da variação do preço, são especificados, também, o preço atual e uma definição de cada corte, conforme a seguir:

“Picanha: carne macia e saborosa, ideal para churrasco, preço atual R\$33,21/kg”;

“Contrafilé: para bifés, rosbifés e assados, preço atual R\$20,34/kg”.

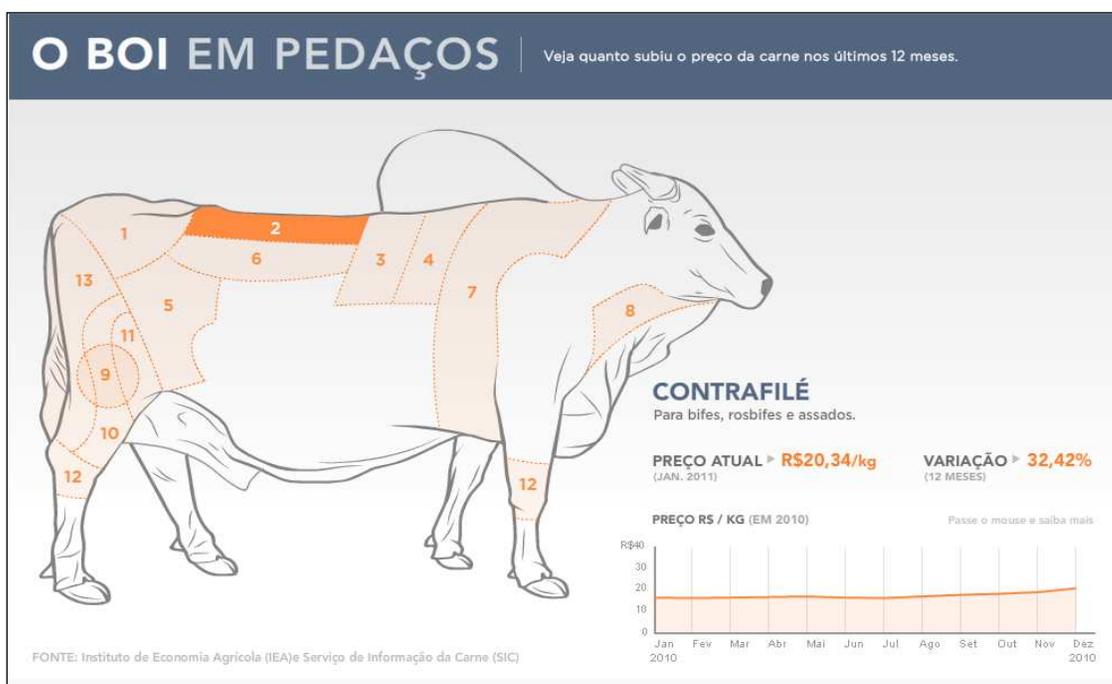


Figura 17

Alguns cortes apresentam informações sobre a qualidade da carne: macia, saborosa, fibras grossas e duras, etc., enquanto outros se referem apenas a utilidade da carne: “para bifés”, “corte utilizado para carne de panela...”, etc.

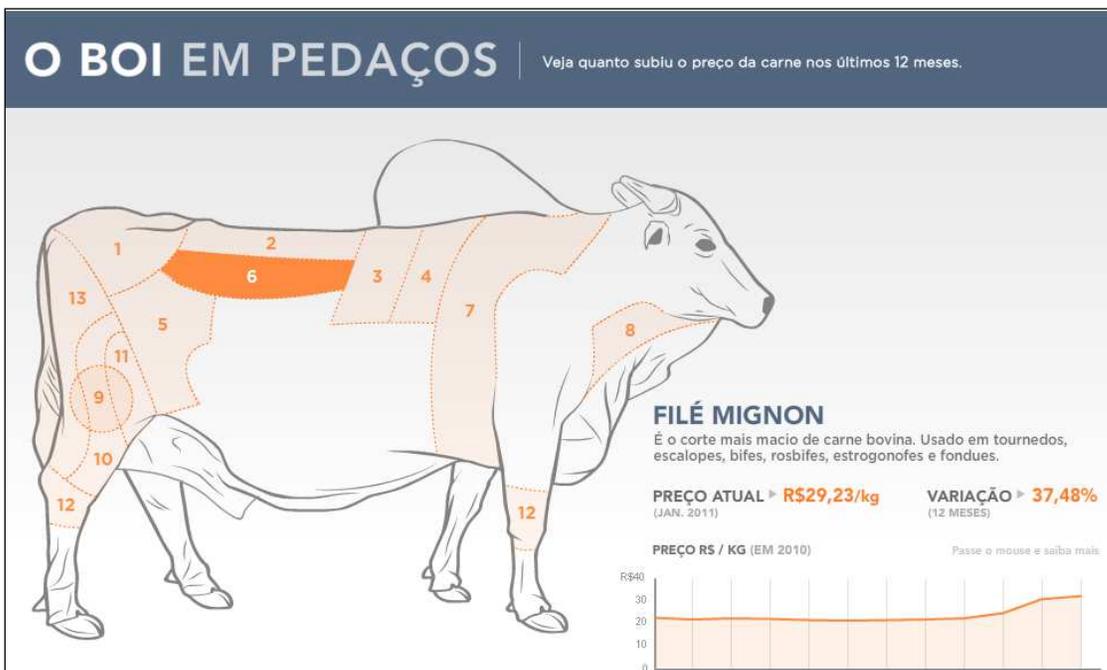
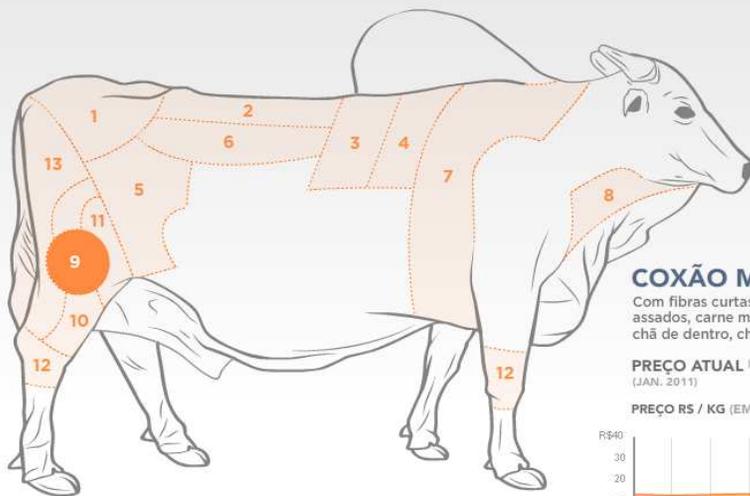


Figura 18

É o gesto de clicar nos *links*-corte que possibilita a abertura de uma página em que estão os gráficos mostrando os dados estatísticos referentes a variação dos preços. Essa relação injuntiva de clicar no *link* produz efeitos de controle sobre o trajeto de leitura. A textualidade infográfica produz, então, um efeito de leitura que demandaria uma prática específica pondo em relação o leitor e o material, prática que seria produzida pelo gesto de clicar nos *links*. Contudo, as informações disponibilizadas nas páginas acessadas estão previamente organizadas e, nessas condições, ao leitor é permitido ler o que já está formulado e que ficará acessível pela iminência do clicar.

O BOI EM PEDAÇOS

Veja quanto subiu o preço da carne nos últimos 12 meses.



COXÃO MOLE

Com fibras curtas e macias é um corte bom para bifes rolês e assados, carne moída e bife à milanesa. Conhecido também como chã de dentro, chã, coxão de dentro, polpa e polpão.

PREÇO ATUAL ▶ **R\$16,58/kg**
(JAN. 2011)

VARIACÃO ▶ **32,64%**
(12 MESES)

PREÇO R\$ / KG (EM 2010)

Passa o mouse e saiba mais

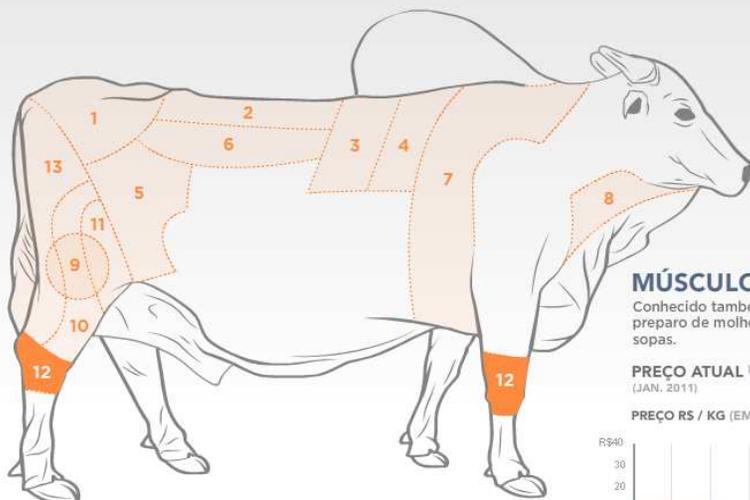


FONTE: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Serviço de Informação da Carne (SIC)

Figura 19

O BOI EM PEDAÇOS

Veja quanto subiu o preço da carne nos últimos 12 meses.



MÚSCULO

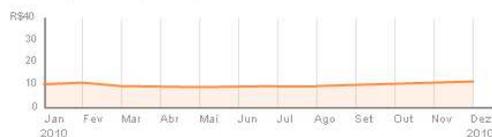
Conhecido também como músculo mole. É indicado para o preparo de molhos, ensopados, carnes de panela, papinha e sopas.

PREÇO ATUAL ▶ **R\$10,16/kg**
(JAN. 2011)

VARIACÃO ▶ **-6,01%**
(12 MESES)

PREÇO R\$ / KG (EM 2010)

Passa o mouse e saiba mais



FONTE: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Serviço de Informação da Carne (SIC)

Figura 20

O que descrevemos acima se sustenta no efeito de evidência do conteúdo e na imaginária racionalidade do sujeito pragmático. No caso específico desta análise o jogo entre procedimentos explicativos e argumentativos reiterados na relação entre a formulação verbal e a visual produzem efeitos de relevância, síntese e ordenação. Os procedimentos explicativos e argumentativos se ancoram no que Orlandi (1998) sustenta sobre a argumentação. Para a autora, diferentemente do que se postula na Pragmática (intencionalidade), a argumentação, pensada discursivamente, tem na relação com as noções de antecipação (sustentada pelo funcionamento das formações imaginárias) e de esquecimento (ligada ao interdiscurso) o seu funcionamento. Assim, segundo a autora: “Argumentar é prever, tomado pelo jogo de imagens. Que se trate de transformar o ouvinte ou de identificar-se a ele, a antecipação joga a partir das diferentes instâncias dos processos discursivos (...)”. (p. 77).

O jogo discursivo entre explicação e argumentação compõe a textualidade infográfica, visto que a produção de um efeito de leitura que joga com um discurso do que se deveria ou não saber-dizer sobre as coisas aí se constitui. Mariani (1999) sustenta a ocorrência desse funcionamento quando problematiza uma “natureza para a informação” atribuída à imprensa. Conforme já referimos com base nos estudos da autora, a imprensa jogaria “no interior da própria ilusão que sustenta o mito da informatividade para poder dizer/relatar o que lhe interessa”. Na alegação do compromisso com a verdade a imprensa fingiria não contribuir na construção das evidências atuando, assim, no mecanismo ideológico de produção das aparências de obviedade. “Dai o seu caráter ideológico e não um pretenso compromisso com a verdade” (p. 60). O jogo entre explicar a argumentar, desta forma, administra as práticas de leitura, ou seja, produz efeitos de leitura sustentados na evidência da falta de informação.

São constituídos, simultaneamente, nesse processo efeitos de relevância, síntese e ordenação. No modo deontológico como é formulado para o que se destinariam os cortes das carnes se materializa uma maneira prescritiva de

enunciar sobre o modo de alimentação, e então é possível compreender a produção de efeitos de relevância. A formulação verbal, ancorada nos verbos “ser” e “poder” - é x, pode (ser) y – mostra o funcionamento:

“COXÃO DURO - Corte utilizado para carnes de panela, bife rolê e ensopados. Moído, **pode ser** usado para hambúrgueres, almôndegas e croquetes.”

“FILÉ DE COSTELA – Corte com fibras mais duras, **é usado** em churrasco ou cozido. Quando apresentado com osso, **é chamado** de bisteca ou chuleta”.

“LAGARTO – Também conhecido como lagarto redondo. Preparo típico é a carne de panela, carne desfiada (carne louca) **podendo ainda ser usado** em assados e rosbifes.”

No movimento entre o que se diz e o que não se diz se constitui uma diferença entre dizer X para não (deixar) dizer Y. Logo, o enunciado prescritivo produz efeito de relevância ao enunciar como algo poderia ser usado, visto que recorta (seleciona) o que “julga” ser mais importante e escamoteia o que define como não sendo. Poderíamos questionar a formulação verbal olhando para outras questões que estão silenciadas: qual a porcentagem da população que come carne diariamente? quais cortes se destinam a que grupos sociais? quem come picanha e filé mignon? O efeito de relevância se constitui no gesto que silencia a existência de outras formas possíveis de se entender o intrincado processo entre as relações de produção e as forças produtivas.

Os efeitos de síntese e de ordenação são produzidos na formulação visual marcada pelos gráficos estatísticos e pela numeração das divisões.

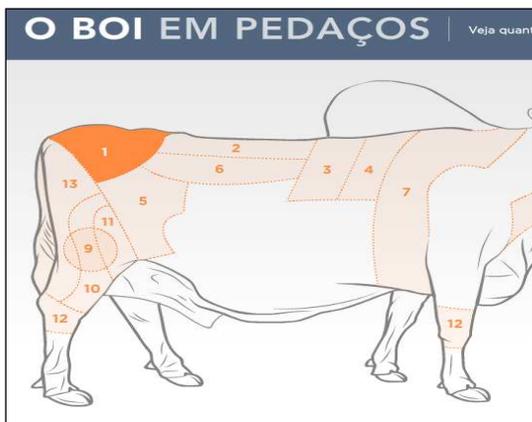


Figura 21 - (ordenação numérica)

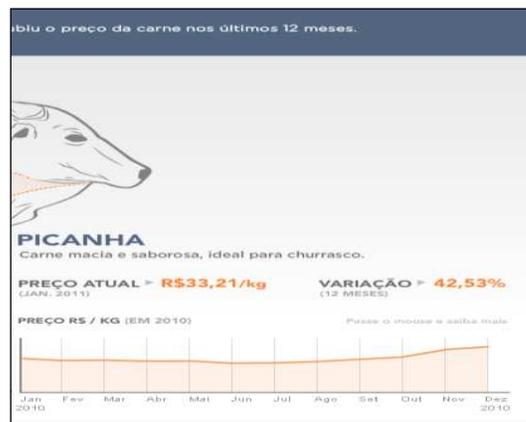


Figura 22 - (gráfico estatístico)

A formulação visual é administrada por procedimentos argumentativos que se materializam no gesto de mostrar, ou seja, uma textualização pelo mostrar é garantida pela repetição do gesto de clicar nos *links*-cortes para se informar da variação do preço da carne bovina, visto que a formulação estatística aparece pelo gesto de clicar. Tal repetição conformaria sentidos estabilizados sobre a variação do preço da carne, uma vez que os dados disponibilizados nos gráficos ao mesmo tempo em que sintetizam as informações sobre tais variações, também produzem efeitos de prova para o que se enuncia. Porém, nesse mesmo processo regido pela repetição alguma coisa escapa.

É d(n)esse escape que gostaríamos de especificar nosso gesto de compreensão, uma vez que na textualidade infográfica seria possível escutar outras formulações além das que se mostram na produção dos efeitos de relevância, síntese e ordenação. Tomando o enunciado: “Com o desemprego nos menores níveis da história do País e a renda média da população avançando, o apetite do consumidor brasileiro pelos cortes de carne bovina vem aumentando”, vemos se produzir um efeito de evidência de uma demanda pela mercadoria (no caso a carne bovina) que decorreria do aumento do poder aquisitivo da população, contudo é possível questionar: quem comeria qual corte? O efeito de evidência sustenta uma política de consumo que tem sua ancoragem no modo como é

estruturada a sociedade capitalista, seja com a imaginária possibilidade da livre circulação das mercadorias no processo de sua produção, seja com a imaginária liberdade do sujeito nas formas que estruturam as relações sociais.

A forma como a variação do preço da carne bovina é formulada na textualidade infográfica já a significa como um produto cuja demanda estaria naturalizada na relação com o imaginário aumento do poder aquisitivo da população. A variação do preço dos cortes nobres como picanha, alcatra e filé mignon seriam maiores (42,53%, 42,38%, 37,48% respectivamente) do que o dos outros cortes “menos-nobres”.

O movimento é reiterado na textualidade infográfica, pois há constante repetição de que os cortes designados como nobres são os melhores e mais saborosos, contudo também os mais caros. Os efeitos de sentido de que os cortes nobres são melhores e mais saborosos produzem uma naturalização para a compra/consumo destes cortes. Nesse sentido, contrariando a afirmação de que a variação do preço ocorreria somente por causa da oscilação do ciclo agropecuário, pelo aumento da demanda ocasionada pelo aumento do poder aquisitivo, ou, ainda, pelas exportações e alta das *comodities*. Seriam, então, os sentidos já circulantes sobre o sabor e textura dos cortes que sustentariam os argumentos textualizados no infográfico.

Como bem frisa Pêcheux (1990) não há ritual sem falhas, desmaios ou rachaduras. Conforme já referimos, do mesmo modo que a textualidade infográfica é produzida na injunção à administração dos sentidos, num mesmo movimento vários processos ficam apagados e, deste modo, o que fica à margem no discurso infográfico também significa em sua textualidade. A formulação estatística que aparece repetidamente na forma de “dados objetivos” na maneira como mostra a variação dos preços da carne bovina produzindo efeitos de síntese, que estancariam a interpretação, não consegue conter os sentidos já circulantes na sociedade sobre o que seria uma “boa” carne (nobre e cara). A numeração dos cortes que produz efeitos de ordenação aponta também para falhas na

estabilidade da esquematização, pois ao selecionar a picanha como o primeiro corte, o contrafilé como segundo, por exemplo, poderíamos questionar porque não se numerou o músculo como primeiro e o lagarto como segundo. Concomitante ao efeito de ordenação um efeito de relevância se produz nesse movimento, visto a seleção dos cortes designados como nobres aparecem nos primeiros lugares.

Assim, no que assombra a estabilidade da textualidade infográfica podemos elencar: as condições de produção da mercadoria, ou seja, da carne bovina, mas não só suas condições determinadas pela oscilação do ciclo agropecuário que se ancora num funcionamento estabilizado pelo biológico-natural, mas as condições histórico-sociais tais como a (falta de) política estatal de incentivo ao agronegócio, as relações de trabalho (relação patrão-empregado) que permeiam esse processo, os movimentos sociais que se constituem transversalmente ao tema do consumo (especificamente na relação com a agroindústria) como, por exemplo, o discurso ambiental (injustivamente a militância vegetariana), o da agricultura familiar (relação latifundiário-pequenos proprietários; sem-terra), e principalmente a questão da fome. Diante da reiteração do dizer sobre a carne, um arsenal de relações sociais fica suspenso no modo como a textualização infográfica organiza o processo de produção agropecuário. Imaginariamente as informações são produzidas para a sociedade, contudo esta sociedade é reduzida a uma sociedade hierarquizada que tem na relação de forças seu funcionamento estruturante. O que a formulação infográfica tenta conter é a contradição, ou seja, a tentativa da garantia da estabilidade dos sentidos fica atrelada ao modo como são mostradas as provas (gráficos estatísticos) da variação do preço da carne, o que produz o efeito de verdade que nubla a visibilidade da contradição.

O modo como esta rede de relações emerge, corporificando os sentidos, é garantido pelo que temos observado se constituir como um *movimento de esquematização*.

5 PRÁTICAS DE LEITURA NO DISCURSO DO INFOGRÁFICO E A CONSTITUIÇÃO DE UM MOVIMENTO DE ESQUEMATIZAÇÃO

*E eu, o que faço com esses
números?*

Eu, o que faço com esses números?

*A medida de amar é amar sem
medida*

Velocidade máxima permitida

*A medida de amar é amar sem
medida.*

Engenheiros do Hawaii

Problematizando as práticas de leitura, vemos que no curso indefinido da injunção à interpretação buscamos, também, preencher as faltas que ela demanda, e esse preenchimento, no caso do objeto aqui discutido, o infográfico, se realiza por meio de um procedimento específico, que designamos como *movimento de esquematização*.

Conforme já enunciamos anteriormente, nós, os “simples particulares”, temos uma “imperiosa necessidade de homogeneidade lógica” e, conforme assevera Pêcheux ([1990] 2006), de nada adianta negar essa necessidade que se materializa em disjunções e categorizações lógicas, visto que a necessidade de “um mundo semanticamente normal, isto é, normatizado”, começa desde muito cedo, já na relação que o sujeito tem com seu próprio corpo, principalmente em relação à “distribuição entre bons e maus objetos, arcaicamente figurados pela disjunção entre alimento e excremento”. (p. 34).

A injunção à interpretação se materializa na leitura, e nesta medida, o gesto autoral de Pêcheux (1981/1982 [2011]) na constituição da AAD-69, na

demanda pela constituição de procedimentos técnicos que abrissem a possibilidade de se realizar outras-específicas formas de leitura distintas das práticas estritamente subjetivistas e formalistas em vigência, imprime sua consequência na forma como o autor se apropria do algoritmo.

Como Pêcheux mesmo assegura: um arquivo não é um banco de dados. Isso muda radicalmente o modo de se compreender a produção dos sentidos, pois olhar o arquivo como objeto discursivo, isto é, na sua rede de relações, abre o campo de questões concernentes à ligação entre discurso e informática. É desta forma que Pêcheux (1980/82 [2011]) subverte a função algorítmica, focalizando as propriedades em seu funcionamento e mostrando a possibilidade de relações a_. O procedimento técnico, que ele apresenta já deslocado de uma função opositiva, buscaria nas relações que as SDAs, as ligações horizontais e as paráfrases sintáticas mantêm umas com as outras, específicos modos de leitura configurados pela possibilidade de abertura dos sentidos. E isto não é pouca coisa.

Segundo pudemos compreender no discurso *sobre* o infográfico, tendo uma textualidade esquematizadora como referência neste material, este seu modo de formulação possibilitaria a “facilitação” do entendimento de informações e isto proporcionaria ao leitor formas de se informar “mais em menos tempo”. Nesse processo, é possível observar como se produz uma posição-sujeito leitor específica⁶ ancorada no efeito de concretude do empírico, da racionalidade e da verdade, que se constituiria na evidência da apreensão e do controle dos sentidos das “coisas-a-saber”.

Observando a relação entre o que é da ordem da administração dos sentidos e o que funciona na movência do discurso, compreendemos que há um *movimento de esquematização* que é estruturante do discurso infográfico, sendo produzido a partir da imbricação simultânea de a) formulações verbais, b) tabelas

⁶ Conforme detalharemos adiante.

e gráficos estatísticos, setas, pontilhados e c) ordenação numérica e alfabética, que produzem, simultaneamente, *efeitos de relevância*: ao selecionar temas e formas de dizer sobre esse tema, inevitavelmente são deixados outros de fora e tal gesto produz relevância ao que foi selecionado e posto em estado de leitura; *efeitos de síntese*, conforme a formulação visual administrada nos-pelos gráficos estatísticos e nas-pelas imagens; e *efeitos de ordenação*, conforme o placar materializado no infográfico sobre o duelo de animais, as flechas que indicam os trajetos de leitura a serem seguidos e a própria formulação estatística. Contudo, a pretensa estabilização da textualidade infográfica esbarra na fluidez dos sentidos que irrompem, por exemplo, pelo jogo de respostas que desestabiliza as perguntas realizadas, ou, ainda, pelo deslize que produz as ressalvas sobre a luta em cativeiro, e mesmo na tentativa de contenção da interpretação das imagens através das flechas.

Longe de fechar as questões sobre a leitura na forma da facilidade e da velocidade, nosso objetivo foi o de dar visibilidade à incompletude constitutiva do dizer no discurso do infográfico. Nosso gesto analítico considera que há furos na textualidade esquematizadora, visto que sua unidade é um efeito imaginário fundado na falta constitutiva do sujeito e da língua e na contradição histórica não resolvida, a qual impossibilitaria a síntese, conforme sempre frisa Lagazzi (2010, p. 154).

As análises realizadas instauram questões sobre a leitura e os sentidos, visto que apesar da formulação infográfica buscar se constituir no fechamento dos sentidos, alguma coisa acontece e impede a constituição dessa ordem. Assim, demandados pelo questionamento sobre as práticas de leitura na sociedade, as dúvidas irrompem de forma irremediável, e elas permanecem: *como os diferentes objetos simbólicos produzem sentidos? como tais objetos são lidos? como propor procedimentos analíticos para a leitura de tais objetos?*

E então podemos dizer que, apesar da administração dos sentidos produzida pela textualidade infográfica, nas três análises apresentadas

procuramos por brechas nas quais poderia irromper o equívoco, a contradição, o que não está logicamente estabilizado, mas tensionado na relação constitutiva entre a fluidez (o movimento) e a contenção dos sentidos (a esquematização). Desta maneira, apesar do efeito de evidência “de que isto só pode ser isto” produzido na textualidade infográfica, o *movimento de esquematização* acontece na tensão constitutiva que estrutura a produção de sentidos no infográfico, ou seja, um complexo funcionamento com sentidos imaginariamente administrados e regidos em sua textualidade, mas não tendo como escapar do incontornável real da história que irrompe de maneira impiedosa, conforme assevera Pêcheux ([1990] 2006).

O processo discursivo mostra que há brechas na textualidade infográfica e que essas brechas desestabilizam o arranjo hierárquico, a síntese e a ordenação, contudo o efeito de esquema se mantém. A linguagem funciona tensionada entre a estabilização dos sentidos e a possibilidade do equívoco. O próprio conceito de discurso mostra esta tensão produzida na relação entre estrutura e acontecimento. O processo de produção de sentidos funciona sob essa injunção. Quando Pêcheux ([1990] 2006) mostra a relação entre os objetos discursivos de talhe estável – como os produzidos nos domínios da matemática e das ciências da natureza, por exemplo – e os objetos com formulações irremediavelmente equívocas, perguntando sobre o modo de funcionamento desse real: “- uns devem ser declarados mais reais que outros? - há um espaço subjacente comum ao desdobramento de objetos tão dessemelhantes?” (p. 28) -, vemos o espaço tensionado do funcionamento da linguagem, a que nos referimos, tomar corpo. E no infográfico este corpo tensionado do dizer se materializa no *movimento de esquematização* pelo equívoco e pela brecha, que permeiam?/atravessam? os efeitos constitutivos da textualidade infográfica, especificados a seguir.

Os *efeitos de relevância* são produzidos na relação entre o que se realça diz e o que não se diz. Um movimento entre realçar X para deixar de dizer

Y é constitutivo deste efeito. Assim, um enunciado prescritivo, por exemplo, produz efeito de relevância ao enunciar como algo poderia ser usado, visto que ao selecionar dizeres sobre tal objeto, no caso do infográfico, no mesmo movimento também abafa outros dizeres. O *efeito de relevância* decorre do jogo entre realce e apagamento das maneiras possíveis de formulação, sendo que somente uma fica posta em evidência. Como já enunciamos, ao se selecionar temas e formas de dizer sobre determinado tema, inevitavelmente são deixados outros de fora e tal gesto produz relevância ao que foi selecionado e posto em estado de leitura. É a contenção de sentidos que aparece neste efeito, administração dos sentidos que instaura um jogo complexo entre a presença e a ausência, sendo que o que fica em estado de presença provoca efeitos de saturação de sentidos sobre o que é dito ou mostrado.

Os *efeitos de síntese* são produzidos por uma formulação que põe em funcionamento uma geometrização do dizer. Por geometrização do dizer referimo-nos a formas de organização específicas do infográfico sustentadas em tabelas e gráficos estatísticos, desenhos, fotografias e também num modo específico de formulação verbal do infográfico que aparece como um bloco, um resumo. Estes efeitos podem ser compreendidos como um modo específico de retirada do que seria desnecessário e/ou redundante na leitura. *Efeitos de síntese* são produzidos, por exemplo, quando a formulação verbal é reiterada na formulação visual e vice-versa. A reiteração entre o verbal e o visual produz um modo de especificação para o que se formula. Esta forma de especificar, além de produzir efeitos de relevância, também produz *efeitos de síntese*. Podemos dizer que os efeitos de síntese são produzidos a partir de um mostrar algo, ou seja, sua ancoragem é realizada na formulação visual.

Os *efeitos de ordenação* são produzidos a partir de marcas específicas como a numeração ordinal (1, 2, 3...), as setas, os pontilhados e enumeração com letras do alfabeto (a, b, c...). O modo de ordenação incide sobre a formulação verbal pela maneira como se enumeram características, itens, trajetos, resultados

(o que também indica efeitos de relevância), e também na formulação visual, no modo como as setas e pontilhados indicam o trajeto de leitura a ser seguido, ou ainda na forma como são organizados os gráficos e tabelas indicando quem ou o que está à frente ou atrás de alguma coisa.

É importante que se diga que os efeitos explicitados não funcionam isoladamente, mas simultaneamente, sendo que a dominância de um em relação a outro só será possível se posta em relação às condições históricas de permitirem tal formulação. O efeito de leitura produzido pela textualidade infográfica se ancora na tensão do vai e vem do *movimento de esquematização*. E esta tensão se materializa na contenção dos dizeres e ao mesmo tempo na fluidez de seu movimento, constitutivos dos *efeitos de relevância, síntese e ordenação*. Ao dizer também se deixa de dizer, ao ordenar se aponta também para a desorganização e para a indistinção e ao sintetizar-esquematizar são silenciadas as possibilidades de movimento.

Podemos compreender a relação movimento-esquematização a partir da relação entre produto e processo conforme postulada por Orlandi (1990) quando teoriza a forma material. A autora, na crítica ao conteudismo, elabora a noção de perfídia da interpretação e a sustenta mostrando seu funcionamento no complexo e contraditório movimento da linguagem, sendo que para estabelecer esta compreensão é necessário que se olhe para os processos de sua produção e não somente para seus produtos, ou seja, um presumível conteúdo. Isto porque para a autora, definimos os sentidos pelos seus conteúdos (produtos), na maneira recorrente de perguntar: o que x quer dizer? Contudo, as questões que nos possibilitam compreender os processos de significação seria: como está significando? como produz sentidos?

A perfídia a que a autora se refere funciona pela oposição engendrada pela relação da Linguística com as Ciências Sociais, especificamente entre forma e conteúdo. Essa relação desliza para a oposição formalismo/conteudismo. Para recuperar o que o formalismo havia excluído – o sujeito e a situação – pensa-se o

conteúdo do sujeito, o conteúdo da situação e o conteúdo do sentido. A Análise de Discurso critica o formalismo e o conteudismo, desfazendo o falso dilema entre forma e conteúdo, visto que há um engano, segundo a autora, em se colocar o conteúdo como se fosse a saída para o formalismo, quando na realidade ele é a contrapartida da mesma coisa.

Para Orlandi (1990) a forma material não se confunde com a forma empírica, que é o produto, a realidade resultada do processo, a que produz a ilusão referencial representada pelas perguntas: o que isto quer dizer? o que o autor quer dizer? Ou seja, uma busca pelo (único) “sentido” do texto em sua presumível verdade. Também não se confunde com a forma abstrata, representada pelos elementos de um sistema, tendo a língua em seu funcionamento autônomo, imanente, sem relação com a exterioridade (em que se excluem o sujeito e a situação). Forma que se faz visível na análise linguística e nos exercícios formais sobre a língua, tais como: repita comigo, identifique, circule, etc., ou ainda no modo de formulação do discurso jornalístico, como, por exemplo, na produção da notícia, capitaneada pelo modelo do *lead*. As formas materiais, segundo Orlandi (1990), são as formas que a articulação ideologia-inconsciente assumem em determinadas condições de produção e circulação dos discursos. Essa é a relação material entre linguagem e exterioridade.

O *movimento de esquematização* torna visível, então, uma dupla forma de funcionamento. Estabilidade e deslocamento. Texto e discurso. Esquematização e movimento. A complexidade contraditória que mostra a abertura do simbólico, e também a emergência do político.

5.1 SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE UMA POSIÇÃO-SUJEITO LEITOR DE INFORMAÇÃO INFOGRAFADA

No que vimos apresentando sobre o *movimento de esquematização*, estruturante do discurso infográfico, colocou-se como produtiva a compreensão da

especificidade das práticas de leitura instauradas por esse material. Tais práticas de leitura estão afetadas por pré-construídos que sustentam uma necessidade de leitura “competente-literal-verdadeira” de informações. Ao darmos visibilidade à textualidade infográfica observamos a constituição do que estamos designando como uma posição-sujeito leitor de informação infografada. O modo de estruturação do discurso infográfico marcado por formulações verbais, tabelas, gráficos estatísticos e ordenação numérica e a produção de efeitos de relevância, síntese e ordenação abrangidos nesse *movimento de esquematização* é determinante para a produção da posição-sujeito leitor da informação infografada.

O processo de constituição da referida posição-sujeito relaciona-se com a emergência de diferentes políticas de escrita/leitura que estão sendo produzidas na contemporaneidade, as quais afetam a relação desse sujeito com essas práticas. Nesse sentido, é importante dar visibilidade e historicizar as formas simbólicas de escrita e leitura na *sociedade da informação*, já que esse funcionamento mobiliza maneiras outras do sujeito se relacionar com a língua e com a escrita, diferentes formas de produção de sentidos.

Buscamos mostrar, portanto, a constituição desta posição-sujeito leitor de informação infografada tanto na textualidade infográfica impressa, quanto na eletrônica. O modo de leitura do impresso e do modo eletrônico instauram práticas específicas. Apesar dessas especificidades, é possível visualizar a constituição de uma mesma posição-sujeito leitor de informação infografada.

Considerando que a posição-sujeito jornalista é fortemente afetada pelos efeitos do discurso da informação e esta afetação projeta um efeito-leitor consumidor de informações, a textualidade infográfica é determinada pela demanda de uma leitura de quantidades de informações, as quais serviriam para organizar a vida e resolver os problemas da sociedade. Esse movimento produz, portanto, essa posição-sujeito que se significa na identificação com os efeitos de sentido sustentados pela formação discursiva que reitera a evidência da quantidade de informação.

Para mostrar como são constituídas as posições-sujeito, partimos de Orlandi (2001), especialmente através da exemplificação produzida sobre a forma-sujeito histórica que, segundo a autora, depende da conjuntura da época, sendo diferente, por exemplo, na Idade Média e na contemporaneidade. Isto mostra que a relação do sujeito com a exterioridade não é direta, pois passa pelas formações imaginárias que se constituem a partir das condições de produção do dizer.

A submissão à língua, na história, é que torna o indivíduo sujeito, pois quando nascemos não inventamos uma língua, mas entramos no processo discursivo que já funciona na sociedade. É desse modo que nos submetemos à língua subjetivando-nos (ORLANDI, 2001). A autora afirma que pensar a subjetividade, discursivamente, permite que ela nos mostre como a língua acontece no homem, pois a subjetividade se estrutura no acontecimento do discurso. Acontecimento significativo que permite compreender a interpelação do indivíduo em sujeito, pela ideologia (PÊCHEUX, 1997a). Para Orlandi (1999, p. 11), esse processo acarreta “dois deslocamentos paralelos: o de sentido e o da própria língua, posta esta em relação com a história”.

O sujeito funciona como posição entre outras, isto é, se projeta de uma situação social (empírica) para uma posição-sujeito (discursiva), o que nos coloca diferenças para a compreensão do sentido e da própria linguagem. A natureza da subjetivação, segundo Orlandi (1999), não permite que se quantifique o sujeito, pois ele não é mais nem menos assujeitado. Entender a natureza da subjetividade coloca em questão a relação constitutiva do sujeito com o simbólico, pois “não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significativo” (ORLANDI, 1999, p. 11).

Haroche (1992, p. 179), retomando a discussão de Althusser sobre a constituição da forma-sujeito, coloca a possibilidade da constituição de diferentes formas-sujeito, e, para isso, remete, em nota de rodapé, à M. Miaille (1976) que, ao discutir a relação entre o sujeito-de-direito e a noção de indivíduo, nos apresenta exemplos ancorados no escravagismo e no feudalismo para retrair a

história desse sujeito-de-direito nos diferentes modos de produção. O autor (citado por Haroche, 1992) coloca que, no escravagismo, o escravo não seria um sujeito-de-direito, mas faz parte de um conjunto de bens sob a autoridade do mestre; no feudalismo, as relações são explicadas pela existência de um laço de dependência pessoal entre o servo e o senhor, e não pelas relações econômicas. Declarar que os homens são sujeitos-de-direito livres e iguais não constitui um progresso em si, mas sim uma indicação de que o modo de produção da vida social mudou. Diz o autor que “não é ‘natural’ que todos os homens sejam sujeitos-de-direito. Isto é o efeito de uma estrutura social bem determinada: a sociedade capitalista”.

Refletir sobre a noção de informação e a produção da posição-sujeito leitor de informação infografada, nestes termos, é atribuir ao modo como a mídia produz um efeito de evidência da necessidade de informar-se, a emergência da ideologia do sujeito-de-direito idêntico e autônomo, que teria o direito de informar-se para, imaginariamente, saber controlar seu conhecimento e sua vida!

O *movimento de esquematização* que estrutura o infográfico, com sua sustentação no discurso jornalístico, produz uma concepção de língua transparente e instrumental que resultaria numa pretensa logicidade dos sentidos. Na injunção à literalidade e transparência da língua, a posição-sujeito de informação infografada é determinada pelos esquecimentos que a constituem, ou seja, o da origem dos sentidos e o da literalidade da linguagem.

Produtiva na Análise de Discurso, a noção de esquecimento ancora essa reflexão. Pêcheux (1997a) afirma que tal processo se dá de duas formas: pelo esquecimento número **um**, que é ideológico, e o esquecimento número **dois**, que é da ordem da enunciação (formulação). Assim, o esquecimento número **um** seria da ordem do inconsciente e resultaria no modo pelo qual se é afetado pela ideologia. A ilusão de ser origem das palavras conforma o funcionamento desse esquecimento, bem como também reflete o sonho adâmico, isto é, o do sujeito

inaugural, que é o de estar dizendo, pela primeira vez, todas e quaisquer palavras fazendo-as significar por seu controle e conforme sua vontade.

O esquecimento número **dois** é da ordem da enunciação (da formulação) e produz a impressão da realidade do pensamento, ou seja, tudo o que se diz só poderia ter um sentido x, que seria literal. Essa *ilusão referencial*, conforme pondera Orlandi (2001), funciona por um efeito ideológico que instaura uma relação direta entre a linguagem, o pensamento e o mundo, estabelecendo a relação natural entre a palavra e a coisa. O esquecimento número **dois** é parcial, isto é, reformulável, pois é possível voltar ao modo como se diz para reformular como foi dito. Nesse movimento, observa-se o funcionamento da língua em seu jogo sintático, pois, segundo Orlandi (2001, p. 35), “o modo de dizer não é indiferente aos sentidos”.

O fato de significar-se pelos esquecimentos não atesta um funcionamento negativo dos sentidos, mas estruturante do sujeito. Estes esquecimentos não são voluntários, da ordem do psicológico, mas constitutivos do movimento dos sentidos e dos sujeitos. Orlandi (2001) salienta que esses esquecimentos não são defeitos, mas uma necessidade para que a linguagem funcione, e por serem estruturantes não há acesso deliberado a eles, mas flagrantes de seu funcionamento.

A formulação infográfica se sustenta na noção discursiva de esquecimento, pois se relaciona tanto ao esquecimento número **um** que é o esquecimento ideológico, ou seja, a produção de evidências, quanto ao número **dois**, que se relaciona ao eixo da formulação. Orlandi (2005) coloca que formular é “dar corpo aos sentidos”. Para a autora, na formulação, pelo equívoco (falha da língua na história), corpo e sentido se atravessam. Desta forma, como o homem é um ser simbólico, “este tem seu corpo atado ao corpo dos sentidos [e este] corpo do sujeito é um corpo ligado ao corpo social e isto também não lhe é transparente” (ORLANDI, 2001, p. 09-10). E é dessa forma que a autora reafirma que na formulação há um investimento do corpo do sujeito presente no corpo das

palavras, pois é o momento em que o sujeito diz o que diz e se assume autor representando-se na origem do que diz, com sua responsabilidade, entre outros gestos, e sua determinação exterior, fato que funciona na ambiguidade de ser determinado pela exterioridade e determinador-formulador de seus dizeres. Para Orlandi (2005, p. 10) é na formulação que essa contradição se realiza, pois é a formulação que dá o contorno material ao dizer instaurando o texto. A formulação se faz num ponto em que atravessa o interdiscurso, fazendo se movimentar a memória discursiva. A noção de formulação é, assim, “a atualização, a textualização da memória” (2001, p. 16).

A textualidade infográfica, assim, materializa um modo como o sujeito da enunciação identifica-se com o sujeito universal, ou seja, atesta o modo de funcionamento da primeira modalidade do assujeitamento, conforme sustenta Pêcheux (1997a). E sendo assim, a textualidade infográfica produz um efeito-leitor de quantidade (de informação) sustentado no pré-construído de que *quanto mais informação, melhor*.

É produzido não só o efeito-informação, mas, sobretudo, o efeito de informação visual, pois mesmo com a formulação verbal o modo de organização espacial do infográfico mostra a emergência da formulação visual. Esta espacialidade, que estamos designando como sendo uma geometrização do dizer, trabalha na produção de um efeito-leitor que praticaria uma leitura sofisticada, cujo deslocamento do olhar através da superfície (impresa ou digital) a ser lida seria condição para a compreensão do que se lê. A prática de leitura atribuída ao sujeito-leitor, neste funcionamento, se desloca daquela prática com ancoragem estrita no tipográfico, pois a imbricação material que compõe o infográfico demanda a produção dessa outra forma de ler.

Partindo do princípio de que o efeito-leitor produzido neste processo se ancora num efeito de sofisticação para a leitura, o saber sobre algo, sustentado pelo efeito de completude do preenchimento visual do infográfico, é determinante para a projeção de um efeito-leitor que teria autonomia, visto que tal saber estaria

esmiuçado no infográfico, estaria, além de escrito, mostrado e encenado. Estaria dado. Caberia ao leitor adquiri-lo por meio de uma leitura competente, pois “todos” os elementos estariam disponíveis para que ocorresse a informação (*sic*). Conforme já salientamos, no movimento dos sentidos que produzem efeitos de evidência para a noção de informação estão ancorados, além de efeitos de conteúdo, efeitos de controle de sentidos.

É nesse processo, cuja relação de forças tensiona uma política (desigual) de leitura baseada no controle e na transparência de sentidos, como já afirmamos, que emerge a posição-sujeito de informação infografada. Ela se constitui ancorada na projeção do efeito-leitor do infográfico.

A produção do discurso sobre o direito à informação atravessa e sustenta a constituição desse efeito-leitor. Contraditoriamente, porém, se produzem, simultaneamente, o discurso sobre o direito e a escassez da informação. Uma retroalimentação que põe em jogo o excesso e a falta, como já referimos anteriormente. Um discurso circular, cuja circularidade é garantida e reforçada pela instrumentalização que o infográfico permitiria ao seu leitor.

Nesse intrincado jogo de forças em que a política de leitura do controle e da transparência dos sentidos tem seu reinado, mais peças se incorporam cotidianamente. Marcas como o funcionamento do clique, do *link* e do *zoom* que estruturam a textualidade infográfica e atestam a força com a qual a produção de evidências sobre a necessidade de o sujeito adquirir, por sua própria conta, grande quantidade de coisas-a-saber é a pedra de toque. O efeito-leitor produzido pelo discurso do infográfico é o de leitor de conteúdo, aquele conteúdo que funciona pela acumulação, como se sua apropriação se desse por memorização e não por identificação de sentidos. A seguir mostramos em algumas análises como se processa este funcionamento.

6 A RELAÇÃO CLIQUE-LINK-ZOOM: EFEITOS DE LEITURA NA TEXTUALIDADE INFOGRÁFICA

*Pelo espaço-tempo viaja a palavra
Deletando os vácuos do
esquecimento
Das placas de barro de antigos
sumérios
Chega ao livro impresso salta pra
internet*

*Mas cadê você que não me tecla mais
A rede emudeceu sem tuas palavras
Mas cadê você, refaça a conexão
Crie outros nós entre nós.*

Engenheiros do Hawaii

O clicar faz parte do funcionamento do infográfico eletrônico, aconteça pelo *mouse* ou pelo toque na tela, como no caso dos equipamentos *touch screen*. A injunção ao clicar num *link* é marca estrutural da textualidade infográfica eletrônica. Enquanto a textualidade infográfica impressa é estabilizada, a relação entre o clique e o *link* produz a movimentação dos elementos significantes (imagens/desenhos/fotografias, vídeos, gráficos, som) na textualidade infográfica eletrônica. A relação do sujeito com a máquina (mouse, teclado, tela), isto é, com a forma tecnológica disponível (sua interface), é determinante para o funcionamento do infográfico eletrônico. Conforme o discurso sobre o infográfico, informações disponibilizadas para acesso ficariam à espera do clique para serem lidas, contudo o funcionamento do infográfico eletrônico não fica totalmente restrito ao clique. Há infográficos eletrônicos que são postos em funcionamento por um único clique, outros funcionam pela necessidade de clicagem em sequência, e ainda há os que demandam cliques aleatórios. Tecnicamente, o campo da infografia designa este processo como sendo uma relação entre a máquina e um

banco de dados, que daria condições de por em circulação o infográfico eletrônico. As informações seriam disponibilizadas como texto, imagem, som, gráficos estatísticos, vídeos, etc. e o acesso a elas seria viabilizado por meio dos *links*.

O clicar tem se imbricado nas práticas de leitura da sociedade contemporânea, cada vez mais digital (NEGROPONTE, 2006). A leitura no infográfico eletrônico é afetada pelo clique, e o trajeto de leitura que vai se formulando pelo gesto de clicar pode não produzir os mesmos efeitos de sentido para os diversos clicadores, pois existe a possibilidade de se clicar somente em um *link* e de se abandonar a leitura, assim como também é possível clicar numa sequência de *links* e viajar pelo labirinto da rede digital.

Como já adiantamos, o clicar instaura a possibilidade do movimento dos elementos significantes, contudo ao mesmo tempo em que a formulação eletrônica produz o efeito de ser aberta, visto que a injunção ao clicar produz uma textualidade específica, o banco de dados já é um recorte pré-selecionado, à disposição da possibilidade do clique. Não há garantia de que a leitura destes textos disponibilizados através dos *links* traga somente novidades (novas informações) ao leitor, pois a produção de diferentes efeitos de sentido está determinada pelas condições de produção da história (de vida) do leitor, como também das condições de produção de sua leitura (ORLANDI, 1996). O domínio da técnica (do saber-fazer, manusear) é significado como imprescindível nesse processo. Contudo, reiteramos, não é porque há o domínio da técnica de clicar-tocar, em se tratando da leitura de um infográfico eletrônico, que se produzirá, necessariamente, conhecimento.

A linguagem tem sido discutida de maneira produtiva no seu modo de funcionamento no ciberespaço. Questões sobre os gêneros digitais (MARCUSCHI, 2005), o hipertexto (XAVIER, 2002), a corpografia (DIAS, 2004), o *link* (MORELLO, 2003), entre outras, tocam a materialidade da linguagem, em sua injunção à interpretação. Sejam abordagens formalistas, sociologistas ou

materialistas, a questão do sentido sempre se impõe trazendo com ela a (in)compreensão de uma sua (im)possível deriva.

Abordar a relação entre o clique e o *link* põe em cena o ciberespaço e suas formas de funcionamento que, nas últimas décadas, deslocaram o modo como a linguagem era analisada. Um destes deslocamentos é o que se relaciona à concepção tradicional de texto. Buscando historicizar a concepção de texto, Indursky (2006), a este respeito, lista alguns pré-construídos que sustentam as evidências do que seja um texto: “sabemos, desde sempre, que texto é verbal, que deve apresentar-se de forma escrita, que esta forma deve apresentar clareza, e precisa ter começo, meio e fim” (INDURSKY, 2006, p. 35). O objetivo da autora é colocar estes pré-construídos em suspenso e problematizar a noção de texto, fazendo um percurso crítico pelos diferentes enfoques teóricos inscritos nos estudos da linguagem que trabalham com essa noção.

À luz das diferentes teorias (no caso a linguística textual, a teoria da enunciação, a semiótica e a análise de discurso), segundo a autora, a noção de texto significa diferentemente. Para a estudiosa, o fato do sentido de texto mudar de acordo com o aparato teórico com o qual se trabalha quer dizer que “também não é idêntico o trabalho que sobre ele pode ser realizado” (p. 36).

Conforme já apontamos em outra parte desta pesquisa, Orlandi (2005) refinou teoricamente a noção de texto na Análise de Discurso delegando a ela uma função analítica. Segundo a autora, texto se constitui como delimitação imaginária, instaurando na incompletude do discurso um contorno material imaginariamente finito, isto é, uma unidade que, enquanto tal, é uma superfície linguística fechada em si mesma (com começo, meio e fim). Enquanto o discurso é conceituado como dispersão de sentidos, o texto se destaca como unidade, isto é, uma unidade imaginária que administraria os sentidos nesta dispersão.

Comumente, é pela noção de hipertexto (e em extensão as de *hiperlink* e *link*) que se sustentam os estudos sobre as práticas de leitura no ciberespaço. Embora o hipertexto já tivesse aparecido nas discussões de Vannevar Bush com a

publicação de *As We May Think* - com a tese de que o pensamento humano não funciona de maneira linear, mas sim através de associações - ou de Ted Nelson com seu utópico sistema *Xanadu* (hipertexto aberto, auto-evolutivo destinado a vincular toda informação passada, presente e futura do planeta), para Castells (2003) o que permitiu à internet abarcar o mundo foi a criação do *www* (World Wide Web, sistema de compartilhamento de informações) por Tim Berners-Lee.

Para Levy (1993, p. 33), “tecnicamente, um hipertexto é uma rede composta de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens ou partes de imagens, sequências sonoras, referência a documentos complexos que podem ser eles mesmos hipertextos”. O autor salienta que os nós não estão ligados linearmente, mas que cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. O hipertexto se organizaria, então, através de seis princípios abstratos: princípio de metamorfose, de heterogeneidade, de multiplicidade e encaixe de escalas, de exterioridade, de topologia e de mobilidade dos centros.

Não é nosso interesse explicitar cada um destes princípios, mas para o que pretendemos sustentar, que é questionar a concepção de hipertexto, compreendemos que essa concepção encontra a direção de seu sentido (como sendo não-linear, aberta, etc.) na relação com uma concepção de texto tradicional (conf. Indursky, 2006), ou seja, uma concepção de texto como objeto fechado a qualquer possibilidade de deslize de sentidos, fechado na demanda por um conteúdo específico e previsível, na busca por um sentido já previamente “dado”. Orlandi (2010), em relação à estruturação em redes atribuída ao ciberespaço, assevera que:

É interessante observar que o usual, quando se fala do digital, é falar-se em redes. No entanto, face à questão da memória, a filiação a redes é fato da memória discursiva, o interdiscurso. Já a memória metálica, técnica, não produz redes em profundidade, mas serialização na/de superfície. Repetição e quantidade, em sua forma binômica. (ORLANDI, 2010).

Isto quer dizer que pela noção de texto (e decorrente dela a de textualidade e textualização) proposta por Orlandi (2005) e reiterada por Indursky (2006), a concepção de hipertexto, no modo como circula amplamente nas teorias da pós-modernidade, não teria o mesmo valor (no sentido de Saussure) do que uma noção discursiva de texto, uma vez que hipertexto como “rede composta por nós ligados por conexões” só teria seu sentido de não-linearidade a partir de uma oposição a um núcleo que seria o texto linear e não a partir do movimento dos sentidos na história, conforme sustenta a teoria materialista do discurso.

Ainda em relação ao hipertexto, destacamos que a forma de seu funcionamento se dá através de referências específicas denominadas *hiperlinks* ou simplesmente *links* (os nós das conexões), contudo estes não funcionam a não ser pelo gesto de clicar. O *link* só funciona (só abre outro espaço) se for clicado, e quem o clica é um sujeito.

Analisando a formulação eletrônica de verbetes para a Enciclopédia Discursiva da Cidade, Morello (2003) assevera que são relações de sentidos que constituem a relação entre definir e *linkar* e sendo assim estes sentidos não se fecham, mas movimentam-se. Isto implica pensar as condições de produção dos sentidos nos hipertextos, seus efeitos sobre a navegação e sobre os processos de leitura do sujeito. Para Morello (2003), o imprevisto (aquilo que não se formulou, que poderia ser formulado, que fica silenciado) explode a perspectiva de construção de uma semântica estável afetando os mecanismos de estruturação de *links* e, portanto, das definições possíveis. A autora questiona como na relação com o imprevisto pode-se sustentar a possibilidade de *links* e definições? Para ela, na perspectiva discursiva, isto supõe colocar em cena o domínio do imaginário de unidade, em suas faces desdobradas com o simbólico e o real. No seu entender, um vínculo/*link* não se faz jamais fora da possibilidade de haver algo imaginariamente definido.

Das considerações de Morello (2003) sobre a relação entre *links* e definições, a compreensão do *link* como um mecanismo discursivo é muito

produtiva, pois o desloca de uma concepção estritamente técnica. A autora argumenta que se a proposta de uma ligação/*link* “explicita uma demanda simbólica para se fechar um sentido em um texto, ela explicita também e inseparavelmente, uma abertura por e para um sentido outro que ali faltou”. É uma lógica contraditória de abertura/fechamento de sentidos que aí se funda e caracteriza um *link*. Desta maneira, a analista afirma que menos que uma opção, um *link*/ligação decorre de processos de linearização dos sentidos e marca uma tensão específica de pontuar e deslocar outros sentidos para que um possa ser dito. Nesse funcionamento, o *link*, ao mesmo tempo, mostra e marca a relação do dizer com a heterogeneidade que o constitui, sendo, portanto, um mecanismo discursivo de dupla face.

No complexo processo de leitura do infográfico eletrônico, a organização do espaço se altera, e a relação clique-*link* instaura o movimento de textualização. Se tomarmos a relação entre a formulação impressa e a eletrônica teremos um exemplo produtivo do que ocorre: enquanto na versão impressa o infográfico apresenta uma textualização esquematizadora em que para cada formulação visual há uma correspondente formulação verbal ligada a ela por um traçado, conforme o destaque no infográfico impresso Sondas Espaciais, na versão eletrônica os (hiper)*links* ficam potencialmente à espera do clique que o acionará e o direcionará para um outro espaço. Poderia a forma do traçado da formulação impressa ser equiparado a um *link*? Enquanto no impresso as formas significantes são compostas e são mostradas de uma só vez num mesmo espaço (conforme **figura 23**), no infográfico eletrônico há casos em que sua composição pode ser semelhante à do impresso, como também há casos em que a relação com o espaço é outra, pois para cada clique há a possibilidade da abertura de um novo espaço que se sobrepõe ao anterior.

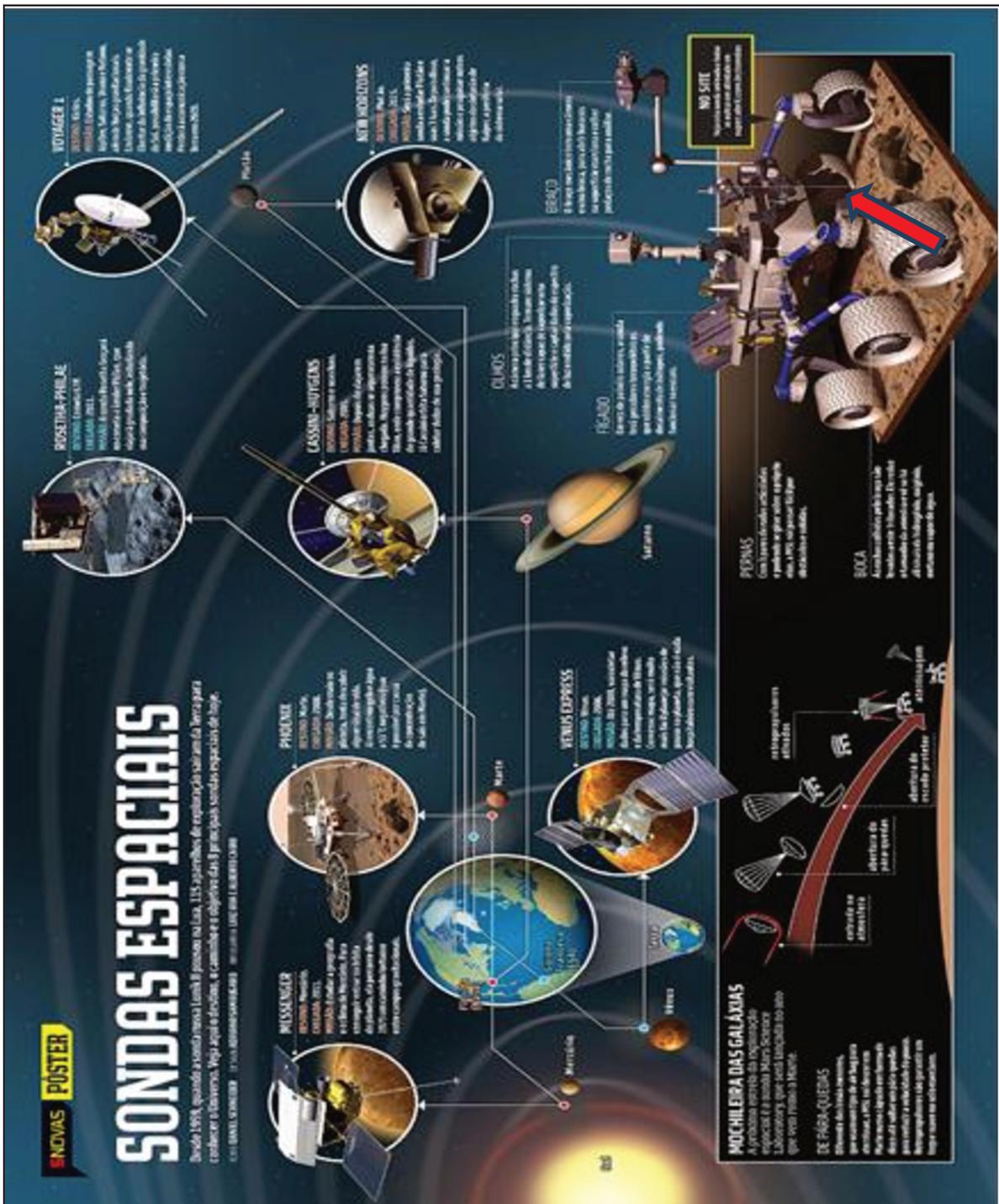
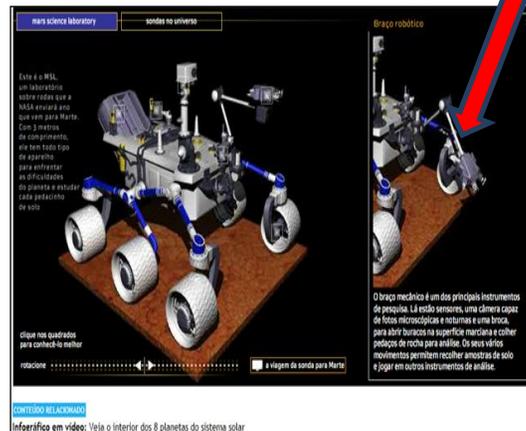


Figura 23 – SCHNEIDER, D. Sobre as sondas espaciais. Revista Superinteressante, EDIÇÃO 257, outubro de 2008.



Figuras 24 e 25 – Revista Superinteressante. Sondas no Universo, Edição nº 257, outubro de 2008. Consultoria: Alberto Cairo e Luiz Iria Ilustração e Modelagem 3D: Alberto Cairo; Desenvolvimento: Douglas Kawazu e Fabiane Zambon; Texto: Daniel Schneider; Edição: Rafael Kenski. Disponível em http://super.abril.com.br/multimedia/info_345143.shtml.

Quando já no outro espaço, as possibilidades são inúmeras: se for um *link* para detalhar uma parte de uma imagem, por exemplo, a parte detalhada da imagem aparecerá num tamanho maior pelo efeito de *zoom* (**figuras 24 e 25**). O *link* materializa uma janela que funciona produzindo uma sobreposição de espaços. Nesse movimento, por estar focado na tela, o olhar do leitor não se desloca, mas é o outro espaço, sobreposto ao anterior, que produz um efeito de deslocamento do olhar. No infográfico impresso há a necessidade de deslocamento do olhar pela página. Nessa leitura, o olhar é administrado pelo *movimento de esquematização* que se dá em presença (conforme **figura 23**).

A compreensão do funcionamento do *zoom*, tanto na textualidade infográfica impressa, quanto na eletrônica é produtiva para observarmos o modo como se constitui o *movimento de esquematização* no infográfico. Podemos afirmar que o *zoom* é uma regularidade da textualidade infográfica. O *zoom* permite tornar visível o que está “difícil” de ser visualizado e nesse movimento ele produz uma delimitação do que pode ser visto, isto é, faz enquadramentos, realiza aproximações e distanciamentos em relação ao objeto focado. Podemos ter o

zoom in que traz a imagem distante para bem próxima e o *zoom out* que leva a imagem próxima para longe. Uma ordem de (in)visibilidade é instaurada com o *zoom*, e esse funcionamento é determinado pelo *movimento de esquematização*, uma vez que ao submeter o olhar do leitor ao efeito de ordenamento do visível, ao especificar uma parte em detrimento de outra (efeito de relevância) ou, ainda, produzir reiteração de sentidos na circularidade entre formulações verbais e visuais (efeito de síntese), a textualidade infográfica produz a ilusão da estabilização dos sentidos.

No infográfico impresso *Sondas Espaciais* a especificação-detalhamento se dá em presença, ou seja, num mesmo espaço de leitura, conforme observamos na **figura 23**. A textualização da forma impressa e da eletrônica (*Sondas no Universo*) apresentam especificidades no modo como mostram as diversas sondas espaciais que gravitam no espaço. Enquanto na textualidade impressa o detalhamento de uma imagem aparece no mesmo espaço de formulação, na textualidade eletrônica tal detalhamento é possibilitado através do clique no *link* que materializa outro espaço em que é possível visualizar o detalhe da imagem. O funcionamento do *zoom* é diferente em um e outro, uma vez que o movimento está ausente da textualização impressa.

No infográfico eletrônico *Sondas no Universo* é o *mouse* ou o teclado que possibilita um jogo de perspectiva desencadeado pelo movimento da imagem dos planetas. Nas figuras abaixo é possível visualizar a representação do sistema solar de longe, numa distância média e numa distância próxima.

O jogo de perspectiva⁷ que observamos adquire movimento por causa da interface eletrônica. É como se o leitor pudesse aproximar a imagem e entrar nela

⁷ A noção de perspectiva é definida como projeção em uma superfície bidimensional de uma determinada cena tridimensional, isto é, ela seria produzida a partir da relação entre o ponto do observador (delimitado por sua altura) e uma linha (imaginária) do horizonte. A noção de projeção assinala que existem como conjunto de elementos que possibilitariam a perspectiva: um observador (ponto imaginário localizado no espaço) e um objeto observado.

para visualizá-la em detalhes, ou também como se pudesse se distanciar para entendê-la em sua presumível totalidade.

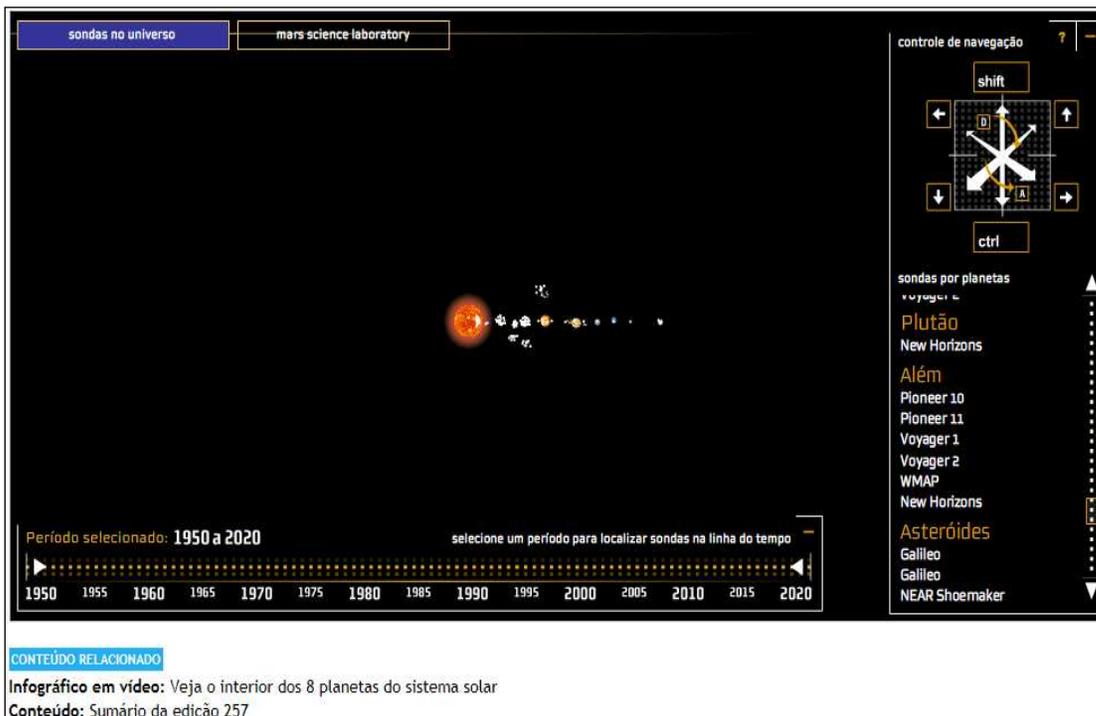


Figura 26



Figura 27



Figura 28

O movimento de vai e vem (próximo ou distante) produz efeitos de perspectiva quadridimensional (x, y, z, t), contudo são efeitos, pois as imagens são visualizadas em duas dimensões (x, y) que é o que a tela possibilita. O efeito de perspectiva quadridimensional instaura, ainda, um efeito de completude, pois simula a possibilidade de se ler, ao mesmo tempo, isto é, simultaneamente, o todo e a parte. No que temos trabalhado como *movimento de esquematização*, a relação parte-todo pode ser compreendida sustentada pelo funcionamento da memória metálica, em sua repetição e produtividade. Os efeitos de completude e de saturação também são produzidos nesse processo. É o *movimento de esquematização* que organiza espacialmente os elementos significantes no infográfico. O efeito de simultaneidade que permeia a leitura da parte-todo reitera o efeito de preenchimento, estruturante do discurso infográfico. O espaço de textualização do infográfico aparece sempre como repleto, cheio, como se não coubesse mais nenhuma informação. Visualmente não há espaços em branco na textualidade infográfica. Podemos nos perguntar, então, *o que o excesso produz na textualidade infográfica?* Podemos pensar que o modo como o efeito de excesso é produzido na textualidade infográfica reforça a produção do efeito de completude. Nestas condições de funcionamento, *como se constitui a relação entre preenchimento e excesso, entre completude e saturação?* Estes efeitos, que se inter-relacionam, são estruturantes da textualidade infográfica e mostram a injunção à administração dos sentidos, mas também à falta que constitui todo dizer. Não deixar espaços em branco (o efeito de preenchimento) é uma forma de mostrar uma completude no infográfico, ou seja, a possibilidade de produzir um efeito de totalidade de sentidos, como se não fosse mais necessário dizer nada além do que já está dito. Contudo, o preenchimento e a completude apontam para o que excede, que é também o que satura, o a mais. Enquanto os efeitos de preenchimento e completude são integrantes da formulação do infográfico, os

efeitos de excesso e de saturação apontam para o desejo de tudo poder ser dito, e, concomitantemente, para a falta estruturante do sujeito.

O efeito de especificação é uma regularidade que aparece na análise do infográfico *Os efeitos do crack no organismo*. Há um jogo de transparências (*zoom in*) que põe em relação o corpo e os órgãos (coração, pulmão, cérebro), ou o corpo e a circulação sanguínea mostrando um funcionamento ancorado no que é interno ao corpo, mas também coloca em relação o que ocorre internamente no corpo com o que está fora, ou seja, a projeção do aparelho cardíaco mostrando o funcionamento do coração e as alucinações, em decorrência da ação da droga no cérebro.



Figura 29



Figura 30

O jogo de aproximações e distanciamentos instaura a repetição, visto que na relação entre o dentro e o fora, o que ocorre é a reiteração de uma formulação a outra, especificando o que será mostrado, seja interno ou externo ao corpo. Nesse movimento, primeiro o funcionamento do corpo é explicado pela formulação verbal, em seguida o funcionamento é mostrado na formulação visual, em que ocorre uma simulação do funcionamento do corpo. Na sequência a aproximação que produz o efeito de especificação do órgão “comprova” suas funções na relação com o funcionamento geral do corpo. O processo que se mostra pela relação entre o geral e o específico reitera o *movimento de esquematização* produzindo efeitos de relevância e de ordenação simultaneamente. Há uma produção de efeitos de leitura em *zig zag* e funil que é condicionada pelo *movimento de esquematização*, conforme veremos a seguir.

O infográfico *Sondas no Universo*, da Revista Superinteressante mostra algumas especificações do funcionamento da relação clique-*link*. O infográfico é composto por duas partes. Na primeira parte há uma formulação verbal que

explica o que é uma sonda espacial, quantas já foram (e ainda serão) lançadas e qual a sua finalidade. Há, nesta formulação verbal, um questionamento (com sua respectiva resposta) para o leitor sobre a possibilidade de existir vida em outro planeta, como por exemplo: “Já existiu vida em Marte?” Para responder à pergunta a NASA lançaria, até o final de 2009, um ‘laboratório móvel’ com a última tecnologia de ferramentas de exploração espacial. O questionamento produz um efeito retórico, visto que as informações possíveis a partir dele já estão disponíveis no infográfico. A pergunta se refere à imagem de uma sonda designada como **robô MSL** (o mais moderno desse tipo, sendo um laboratório sobre rodas) e a explicitação de cada parte da máquina. Para acesso à explicitação de cada parte do robô há a seguinte indicação: **clique nos quadrados para conhecê-lo melhor**, e então é necessário clicar sobre cada *link* que dá acesso a explicações tanto visualmente, quanto verbalmente para seu funcionamento. Há a possibilidade de rotacionar (girar) a sonda para visualizá-la em todos os ângulos e para fazer essa rotação há uma linha serrilhada com duas flechas, uma apontando para a esquerda e a outra para a direita. Para rotacionar a sonda é preciso que o leitor segure firmemente o *mouse* (ou pressione firmemente o *pad mouse*) puxando-o para o lado que quiser ver, de maneira detalhada, as peças do robô. Há também um *link* que direciona o leitor para assistir ao vídeo *A viagem da sonda para Marte* disponibilizado no *Youtube* (ao clicar no *link* o leitor é diretamente levado ao site do *Youtube*, conforme **figuras 31 e 32**). No vídeo, há uma simulação da aterrisagem da sonda em Marte, bem como a apresentação de todas as ações que o robô poderá realizar em termos de exploração e pesquisa espacial.



Figura 31



Figura 32

Abaixo três formas possíveis de visualização da sonda **MSL**, pelo dispositivo que permite a rotação, na **figura 33** o robô visto de frente, na **figura 34** rotacionado em 90 graus, na **figura 35** destacando o braço robótico (com movimento):

mars science laboratory
sondas no universo

Este é o MSL, um laboratório sobre rodas que a NASA enviará ano que vem para Marte. Com 3 metros de comprimento, ele tem todo tipo de aparelho para enfrentar as dificuldades do planeta e estudar cada pedacinho de solo.

clique nos quadrados para conhecê-lo melhor

rotação
▶
◀

SONDAS

no universo

Já existiu vida em Marte? Para responder essa pergunta, A NASA LANÇARÁ, NO FINAL DE 2009, UM "LABORATÓRIO MÓVEL" COM A ÚLTIMA TECNOLOGIA DE FERRAMENTAS DE EXPLORAÇÃO.

A sonda irá estudar o clima e a geologia da superfície e recolher dados úteis para uma futura missão tripulada. Veja ao lado os principais recursos desse robô, a mais avançada das dezenas de máquinas que a humanidade já mandou ao espaço.

Acompanhe também toda a história das sondas em uma fantástica viagem pelo Sistema Solar.

NAVEGUE PELO ESPAÇO

CONTEÚDO RELACIONADO

Infográfico em vídeo: Veja o interior dos 8 planetas do sistema solar

Conteúdo: Sumário da edição 257

Figura 33

mars science laboratory sondas no universo

Este é o MSL, um laboratório sobre rodas que a NASA enviará ano que vem para Marte. Com 3 metros de comprimento, ele tem todo tipo de aparelho para enfrentar as dificuldades do planeta e estudar cada pedacinho de solo.

clique nos quadrados para conhecê-lo melhor

rotação:<|>.....

a viagem da sonda para Marte

SONDAS

no universo

Já existiu vida em Marte? Para responder essa pergunta, a NASA LANÇARÁ, NO FINAL DE 2009, UM "LABORATÓRIO MOVEL" COM A ÚLTIMA TECNOLOGIA DE FERRAMENTAS DE EXPLORAÇÃO.

A sonda irá estudar o clima e a geologia da superfície e recolher dados úteis para uma futura missão tripulada. Veja ao lado os principais recursos desse robô, a mais avançada das dezenas de máquinas que a humanidade já mandou ao espaço.

Acompanhe também toda a história das sondas em uma fantástica viagem pelo Sistema Solar.

NAVEGUE PELO ESPAÇO

CONTEÚDO RELACIONADO
Infográfico em vídeo: Veja o interior dos 8 planetas do sistema solar
Conteúdo: Sumário da edição 257

Figura 34

mars science laboratory sondas no universo

Este é o MSL, um laboratório sobre rodas que a NASA enviará ano que vem para Marte. Com 3 metros de comprimento, ele tem todo tipo de aparelho para enfrentar as dificuldades do planeta e estudar cada pedacinho de solo.

clique nos quadrados para conhecê-lo melhor

rotação:<|>.....

a viagem da sonda para Marte

Braço robótico

O braço mecânico é um dos principais instrumentos de pesquisa. Lá estão sensores, uma câmera capaz de fotos microscópicas e noturnas e uma broca, para abrir buracos na superfície marciana e colher pedaços de rocha para análise. Os seus vários movimentos permitem recolher amostras de solo e jogar em outros instrumentos de análise.

CONTEÚDO RELACIONADO
Infográfico em vídeo: Veja o interior dos 8 planetas do sistema solar
Conteúdo: Sumário da edição 257

Figura 35

Para ir para a segunda parte do infográfico é necessário que se clique num *link* designado como **navegue pelo espaço** (conforme **figura 33**). Nessa segunda tela, sobre a imagem do espaço universal, há um *menu* explicativo (conforme **figura 36**) que orienta o leitor para a navegação no infográfico. O *menu* apresenta três possibilidades de navegação pelo espaço: com o teclado, com o *mouse* e o teclado combinados e somente com o *mouse*. Tais orientações são determinantes para a leitura do infográfico, pois caso o leitor não consiga manusear o *mouse*, ou navegar pelas teclas, não terá acesso às informações sobre as sondas.



Figura 36

É apresentada uma linha do tempo (**figura 37**) que apresenta a história das sondas espaciais mostrando as datas dos lançamentos de várias, relacionando-as com a localização de cada uma no universo (**figuras 38 e 39**).



Figura 37

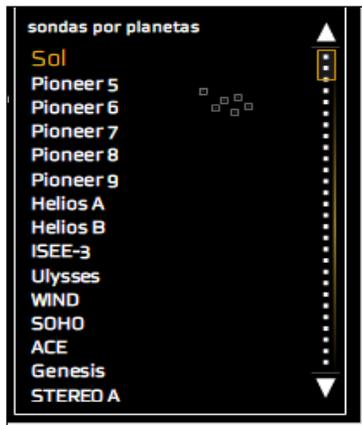


Figura 38



Figura 39

Relacionando as explicações da formulação verbal com as imagens das sondas e do espaço na formulação visual, o espaço físico do universo é apresentado conforme o imaginário científico em circulação. O infográfico detalha a organização espacial simulando a representação do universo (**figura 40**) de maneira a produzir no leitor um efeito de realidade. Também há um *link* logo abaixo do infográfico que ao ser clicado direciona o leitor para assistir um vídeo chamado *No interior dos planetas* em outra janela no próprio *site* da revista (**figuras 41 e 42**). Nele constam explicações científicas sobre a composição geológica dos planetas.

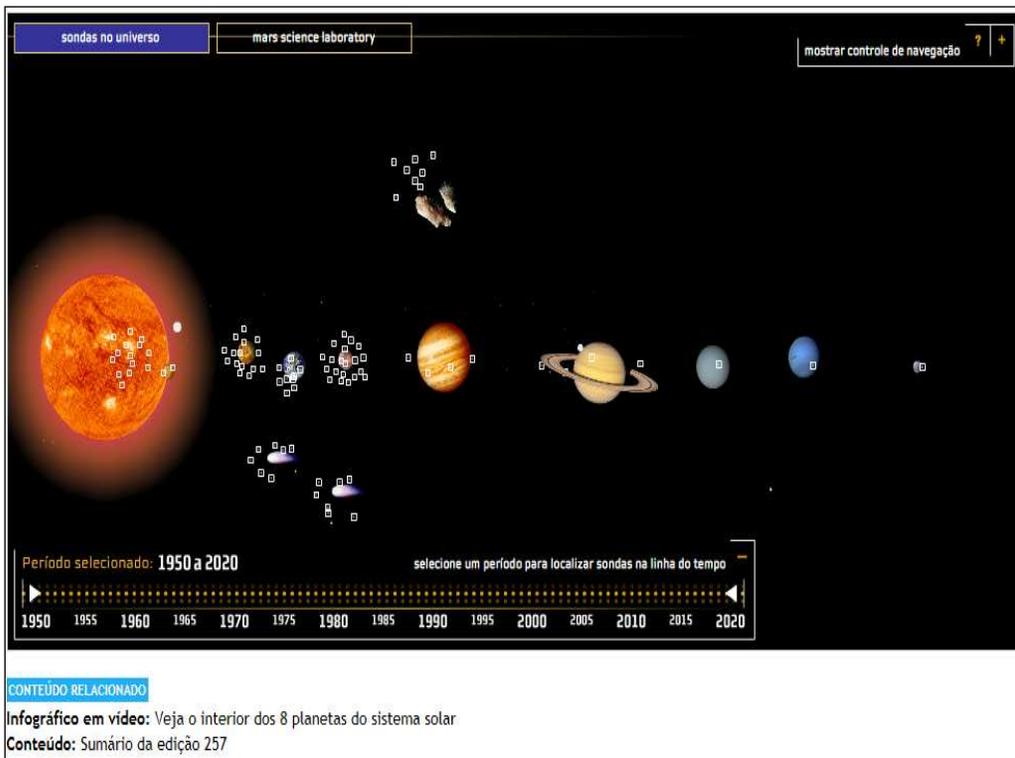


Figura 40



Figura 41



Figura 42

A análise do infográfico “Os efeitos do *crack* no organismo” possibilita mostrar, ainda, o funcionamento da relação clique-*link* na composição do trajeto da leitura eletrônica. O infográfico foi formulado para compor a campanha “*Crack* nem pensar”, organizada pelo grupo Zero Hora – Clic RBS. A empresa, designada como sendo a mais antiga afiliada da Rede Globo, tem a liderança midiática da região sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e algumas cidades do Paraná), com mais de seis mil colaboradores, sendo considerada a segunda empresa que mais emprega jornalistas no Brasil⁸. A página eletrônica que hospeda a campanha traz inúmeros materiais produzidos tais como: palestras institucionais, cartazes, vídeos, selos, camisetas, gráficos, e infográficos, entre outros. Na página da campanha também se encontram *links* para blogs, enquetes, especiais, redes sociais, etc. Todo o material fica disponibilizado livremente para o uso de qualquer organização ou pessoa física que queira aderir à campanha, em qualquer parte do Brasil. Trata-se de um projeto de longo alcance, visto que sua divulgação acontece num dos maiores jornais do Rio Grande do Sul.

⁸ As informações estão disponíveis no site da instituição http://www.rbs.com.br/quem_somos/index.php?pagina=grupoRBS. Segundo a Wikipédia, em 2008 o grupo foi investigado pelo Ministério Público de Santa Catarina sob a acusação de oligopólio e favorecimento na obtenção de concessões de rádio e TV no Rio Grande do Sul, contudo, segundo divulgação do site Direitos Humanos (<http://www.direitoshumanos.etc.br>), a ação foi julgada improcedente.

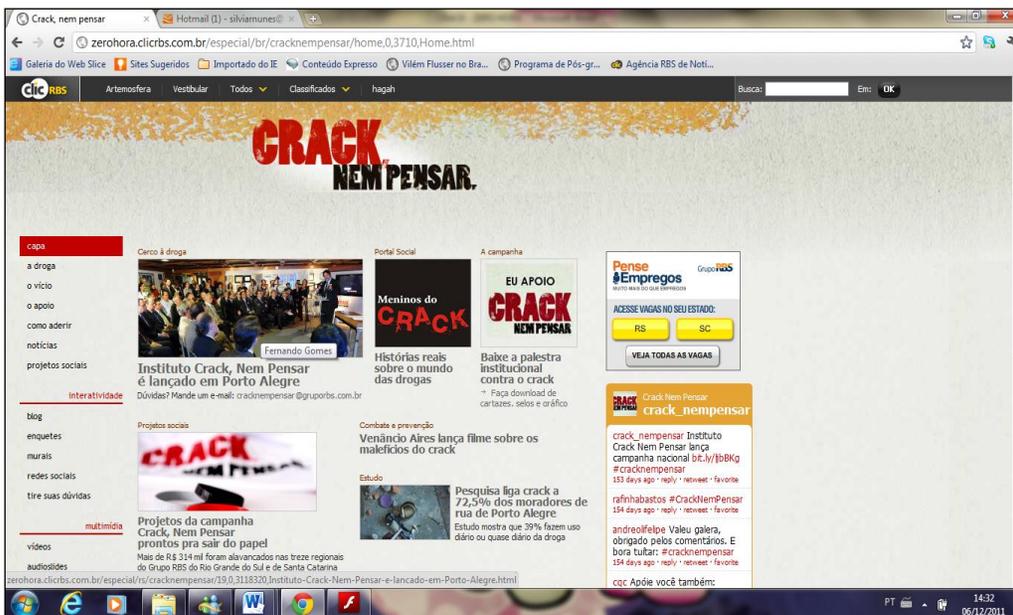


Figura 43

O infográfico “Os efeitos do *crack* no organismo” é um dos materiais que compõe a campanha. O *link* que disponibiliza o acesso a ele fica na página principal da campanha e nesse *link* um enunciado convida o leitor a conferir “quais os efeitos do *crack* no organismo”. Na mesma direção, outro enunciado lembra “os perigos a que estão expostos os usuários da maldita pedra” e outro *link*, em tamanho menor, alerta: “como proteger seu filho”. Juntamente às formulações verbais, a formulação visual mostra uma das cenas do infográfico com a imagem do “usuário” no momento em que utiliza a substância. Sobre a imagem, um enunciado: “a droga”. Abaixo dos enunciados há o símbolo de um vídeo, que dá acesso ao infográfico, e em seguida a formulação verbal: “em vídeo, saiba mais”.

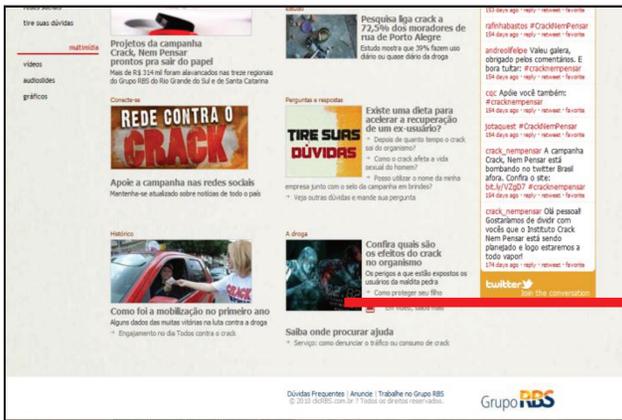


Figura 44



Figura 45

Clicando-se no *link* somos levados à página que contém um texto introdutório em que se explicam os efeitos do *crack* no organismo.

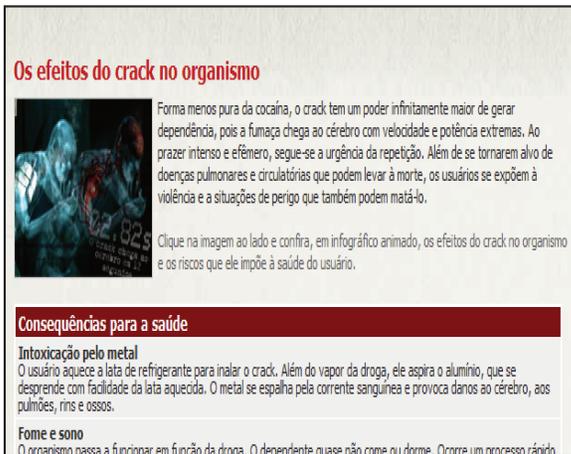


Figura 46

Na mesma página há outro *link* que traz o seguinte enunciado: “Clique na imagem ao lado e confira, em infográfico animado, os efeitos do *crack* no organismo e os riscos que ele impõe à saúde do usuário”, dando acesso ao infográfico, abrindo-o numa outra página.

Observamos a imbricação material entre a formulação verbal e a visual.

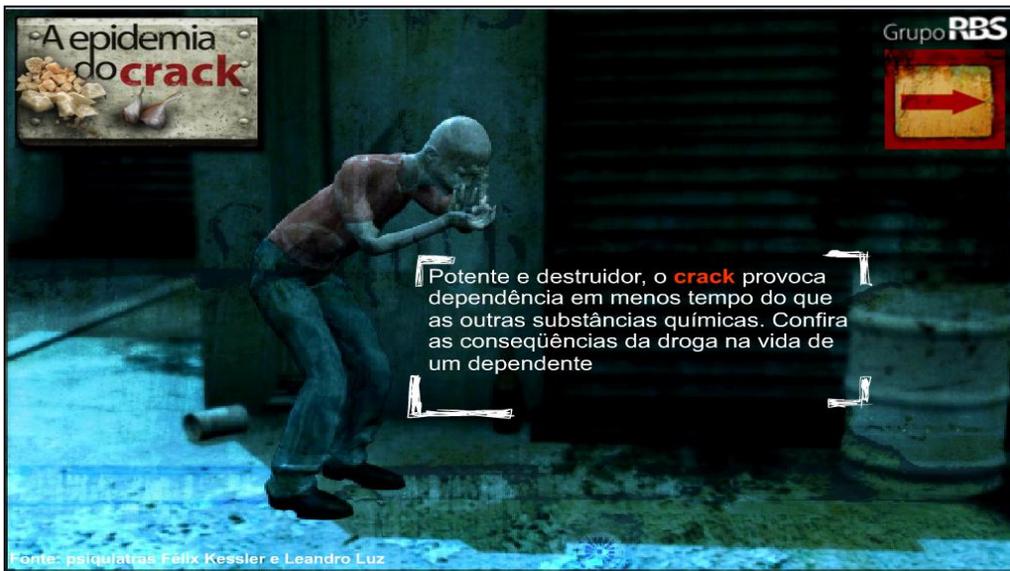


Figura 47

No canto superior esquerdo o título do infográfico: “A epidemia do *crack*”, em que a palavra *crack* aparece grafada na cor vermelha e juntamente ao enunciado há a representação das pedras da droga. Uma simulação da ação da droga no corpo humano é formulada por meio da relação entre enunciados e imagens em movimento. Repetindo a formulação verbal, um enunciado que designa o *crack* como “potente e destruidor” convida o leitor a conferir “as conseqüências da droga na vida de um dependente”, agora na formulação visual. Na mesma cena, o corpo é mostrado numa posição inclinada no gesto de acender um cigarro. O local em que ocorre tal cena é representado como um beco sujo e escuro. A reiteração da formulação verbal pela visual produz efeitos de verdade, efeitos de estabilidade para os sentidos, na direção de um processo de estereotipia.

A noção de estereótipo tem sido trabalhada por Amossy & Herchberg Pierrot (1997). Segundo as autoras haveria uma relação constitutiva entre o pré-construído e o estereótipo. Apoiada nas questões levantadas pelas autoras, D’Oliveo (2010) compreende que o estereótipo, considerado como uma ideia pré-

estabelecida e já pré-afirmada pelo sujeito e/ou um grupo social sobre determinadas temáticas, mostra o funcionamento de um sujeito sempre-já interpelado na linguagem. Assim, o pré-afirmado comandaria não só o que ainda está para se afirmar como também o que já é afirmado construindo, assim, um efeito de verdade imediato. É dessa maneira que a estereotipia condicionaria os discursos por meio de construções histórico-sociais que já estariam sustentadas pelo efeito do pré-construído.

Na teorização do pré-construído, partindo das questões desenvolvidas por Henry (1992), Pêcheux (1997a) assevera que o pré-construído:

(...) remete simultaneamente “àquilo que todo mundo sabe”, isto é, aos conteúdos de pensamento “do sujeito universal” suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma “situação” dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do “contexto situacional”. (p. 171)

Além disso, o autor considera o *efeito de pré-construído como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito* ao mesmo tempo em que é “sempre-já-sujeito”⁹. Tal discrepância indica a existência de uma estranheza-familiar entre um fora situado antes, em outro lugar, independentemente e o sujeito identificável, responsável por seus atos. Esta discrepância, que funciona “por contradição”, poderia ser identificada, por exemplo, em brincadeiras, anedotas, etc. que seriam, de fato, regidas pela contradição inerente a esta discrepância.

O pré-construído teria como característica essencial, portanto, a separação entre o pensamento e o objeto do pensamento, com a pré-existência deste último, uma vez que o real existe independente do pensamento. O pré-construído é apresentado como o “sempre-já-af” da interpelação ideológica que imporia a realidade e seu sentido sob a forma de universalidade (mundo das coisas) (p. 102; p.154). O funcionamento do pré-construído na relação com a

⁹ É Pêcheux quem coloca a ênfase.

estereotipia põe em cena um movimento de cumplicidade e identificação, ou seja, a possibilidade de se pensar do lugar do outro garantindo a eficácia do sujeito universal.

Pensado discursivamente, então, o estereótipo funcionaria como uma “representação” do imaginário social, sendo que a representação, para a AD, não se constitui numa relação direta entre palavras e coisas, linguagem e mundo, e, justamente por isso, sempre falamos que a representação é imaginária”. (D’OLIVO, 2010).

Visto que a reiteração entre a formulação verbal e visual é recorrente, o que é pré-afirmado numa formulação adquire seu estatuto de verdade imediata por conta de seu funcionamento, ou seja, a encenação das consequências da dependência química funciona como pré-afirmado no efeito de universalização do sentido (aquilo que todo mundo sabe, ou seja, que o consumo de drogas traz diversas consequências negativas para a saúde), e a reiteração de uma formulação na outra cristaliza o efeito de verdade deste pré-afirmado. Assim, a formulação visual da ação da droga, do beco e do próprio ato de acender o cachimbo de *crack* produz o efeito de verdade pelo modo como a simulação pelo visível funciona como comprovação do que foi afirmado anteriormente.

Há um *link*-flecha no canto superior direito do infográfico¹⁰ que dirige o trajeto da leitura de maneira sequencial, da esquerda para a direita, ou seja, no sentido horário, movimentando as formulações verbo-visuais que são diferentes em cada página. Simultaneamente à formulação visual que explica o modo como o *crack*, em 12 segundos, “ativa o centro de prazer do cérebro”, ocorre uma simulação visual desta ação mostrando através de um jogo de transparência específico entre corpo e órgão, o modo como os órgãos humanos seriam afetados: a inalação da fumaça afetaria o coração e o cérebro, que são mostrados ligados pela corrente sanguínea que circula levando o oxigênio de um para o

¹⁰ Sobre o *link*-seta há logomarca do grupo RBS.

outro. É o discurso do cuidado com o corpo humano e da garantia da saúde, já estabilizado (estereotipado) no social, que sustenta o modo como é discursivizada a visibilidade da ação da droga no organismo. Na simulação do funcionamento do corpo humano, os órgãos (veias, artérias, coração e cérebro) se movimentam, isto é, trata-se de uma imagem em movimento produzindo efeito de realidade para o funcionamento do corpo.



Figura 48

Clicando-se no *link*-flecha somos levados para outra página em que um enunciado traz a questão da “fissura” e suas consequências. Repetindo a formulação verbal que introduz o tema da campanha, tais consequências levariam o dependente a tornar-se agressivo, mentir, roubar, se prostituir para adquirir a droga. Na sequência, é simulada uma cena de roubo, contudo o assalto é realizado sem arma, isto é, mostra-se o movimento do usuário que rapidamente puxa a bolsa de uma mulher e, imediatamente, já tem a droga nas mãos utilizando-a. Na sequência, mostra-se o dependente numa posição muito fletida e

um enunciado observa que ele quase não come, nem dorme e a desnutrição é muito comum (enunciado que repete a formulação verbal do texto introdutório).

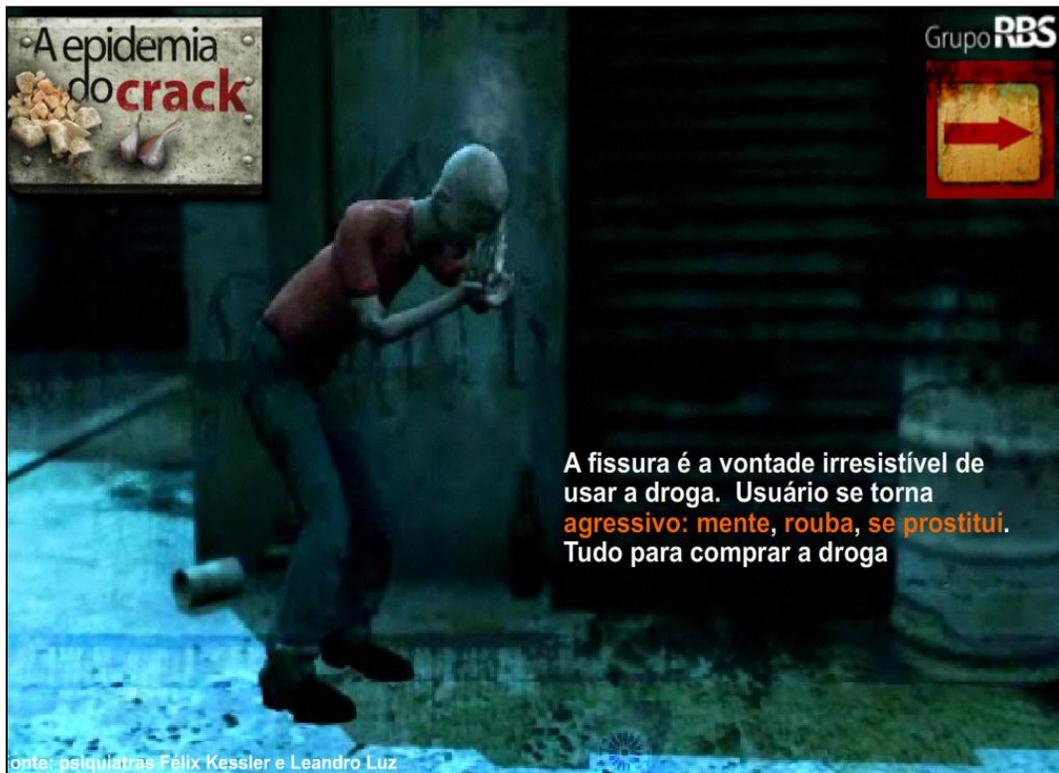


Figura 49



Figura 50

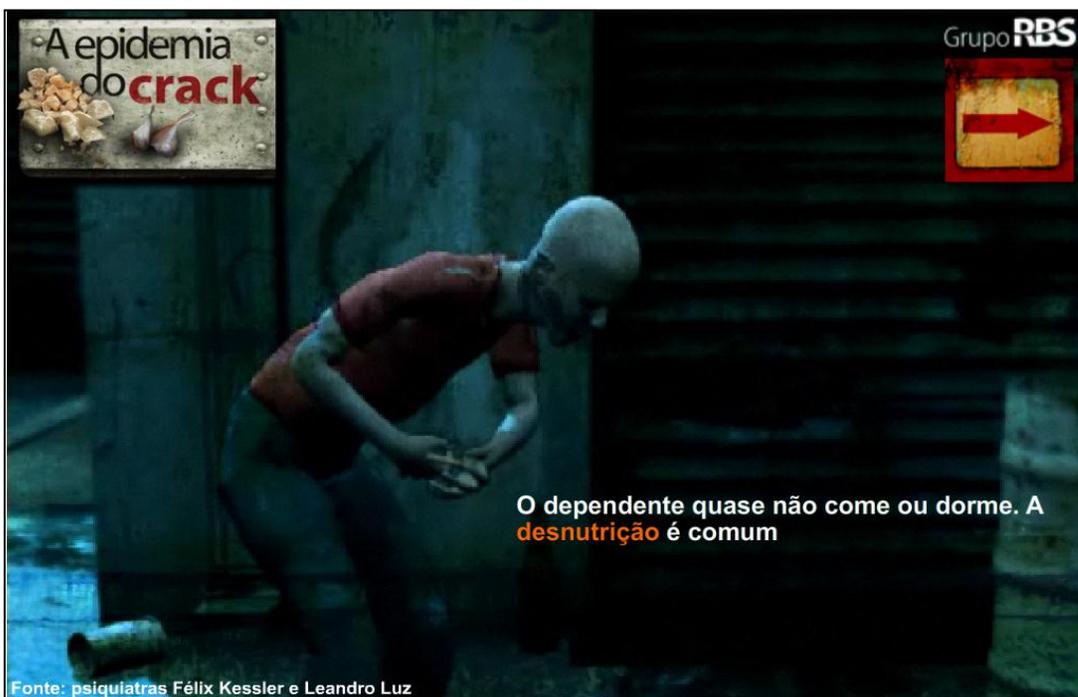


Figura 51

Após clicar no *link*-seta abre-se outra página em que há outra simulação repetindo, agora visualmente, o modo como a droga afetaria os pulmões, causando os problemas respiratórios. O pulmão emerge no jogo de transparência estabelecido pela relação corpo-órgão de forma destacada. Um enunciado explicita que o dependente ficaria vulnerável a doenças como pneumonia e tuberculose.



Figura 52

Na outra página um enunciado explica que problemas cardiovasculares (infarto) poderiam ocorrer. O coração aparece se movendo no ritmo da pulsação através do jogo de transparência com a visão geral do corpo. Simultaneamente são projetadas algumas imagens que simulam os sinais vitais do corpo humano em um aparelho de frequência cardíaca.

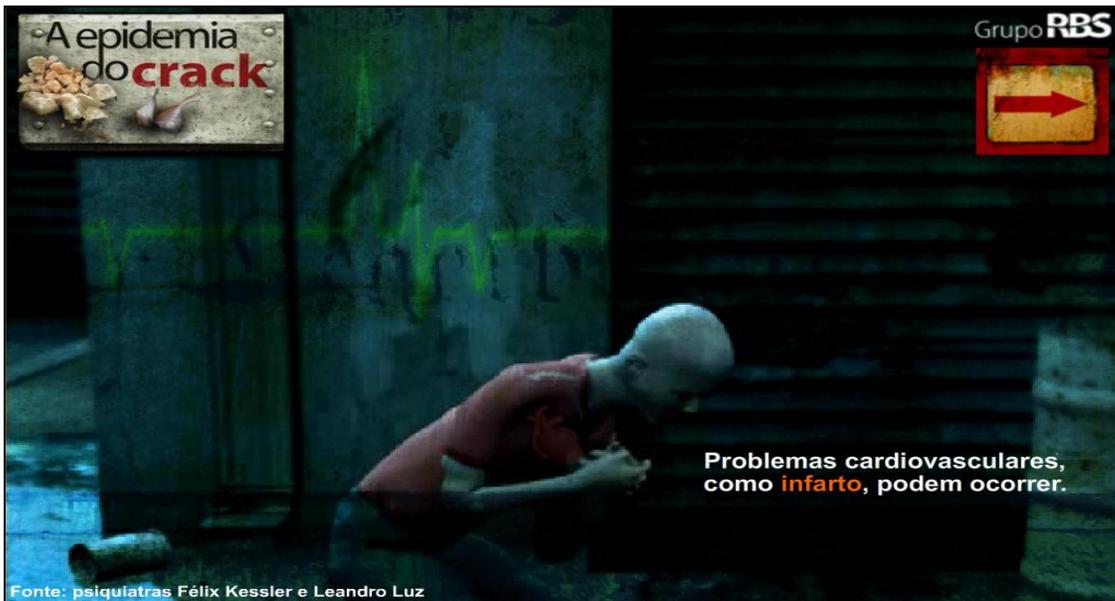


Figura 53

Na página seguinte são projetadas formas visuais que representam alucinações (monstros) e o corpo do usuário aparece ainda mais fletido. O enunciado explica que “o usuário sofre com deficiência de memória e concentração, oscilações de humor, psicoses, paranoia, alucinação e delírios”. Destaca-se a imagem do cérebro que seria afetado durante esse processo. Na sequência, o corpo do usuário aparece no movimento de cair e em decorrência o corpo vai ao chão, de bruços, simulando efeitos de morte. O enunciado explica que os usuários podem morrer não só pelo enfraquecimento geral dos órgãos, mas também pela exposição à violência, no contato com os traficantes e em acidentes de trânsito. Contudo, em relação ao último argumento, não há imagens que demonstrem como ocorreria a morte.

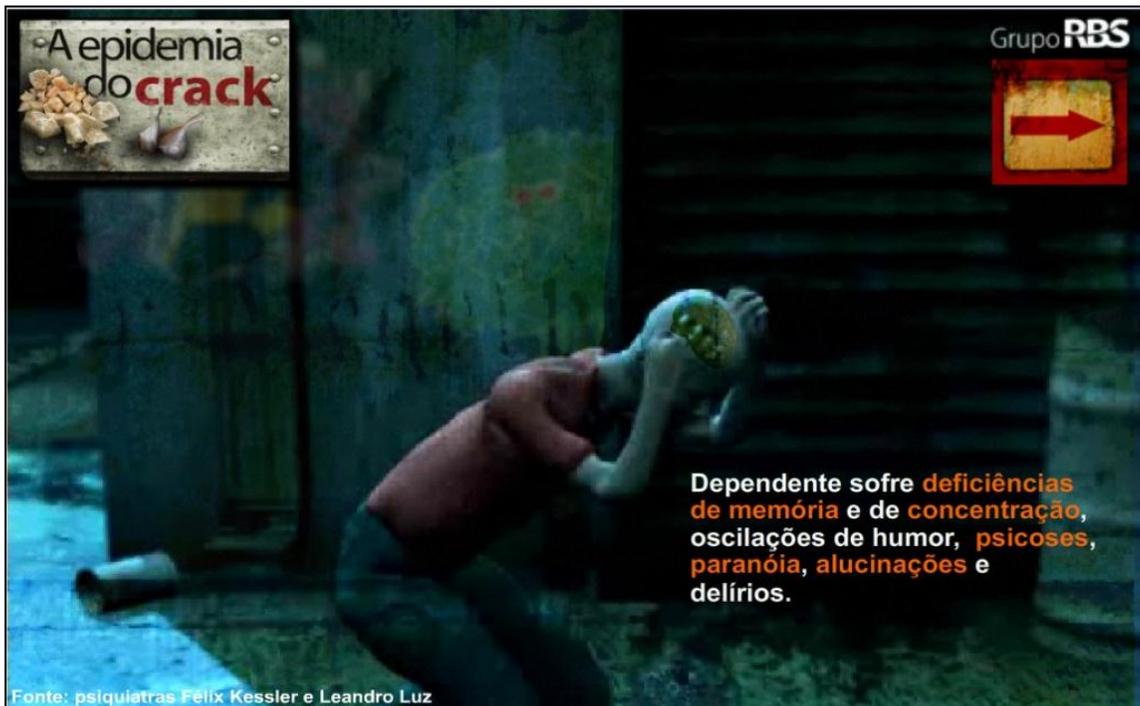


Figura 54

No último espaço disponibilizado pelo infográfico há o enunciado “ajude um dependente” e informações com os números de telefone de serviços nacionais de orientação e combate às drogas. Um *link* com o enunciado “reveja a animação” coloca a possibilidade para o leitor repetir a animação infográfica.

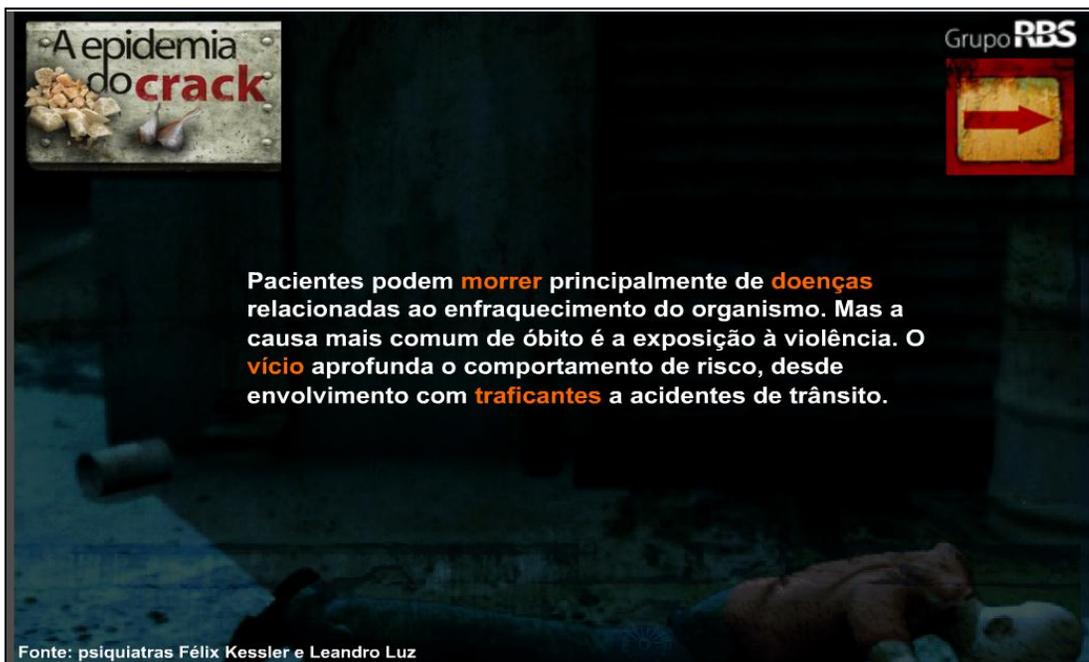


Figura 55

A textualidade do discurso infográfico do *crack* se sustenta no discurso científico ancorado na explicitação do funcionamento do corpo humano. O processo é regido pela reiteração de formulações, tanto na relação verbal-verbal, quanto na relação verbal-visual. No primeiro caso, pelo modo como os enunciados formulados na textualidade infográfica retomam informações já formuladas no texto introdutório sobre a campanha, isto é, no retorno às explicitações sobre as consequências do uso da droga. Também é possível observar a ocorrência no retorno do modo como as imagens que mostram o funcionamento do corpo humano reiteram a formulação verbal.

O modo como a estereotipia funciona na textualidade infográfica sobre o *crack* produz efeitos de simplificação, efeito sustentado no discurso da prevenção de drogas que transfere à vontade do sujeito a responsabilidade exclusiva por se drogar, manter-se drogado e/ou se “libertar” das drogas.

O *movimento de esquematização* sustenta este funcionamento produzindo efeitos de síntese, pelo funcionamento da reiteração. Tal efeito é

produzido pelo modo como a reiteração entre a formulação verbal-verbal e verbal-visual é construída, sendo que o funcionamento visa produzir uma estabilização de sentidos como se tudo fosse uma coisa só. E é o procedimento reiterativo que garante o efeito de síntese verbal e/ou visual.

No funcionamento, como já apontamos, a repetição sustenta um efeito sequencial produzido pelo gesto de clicar no *link*-seta e também o processo que descreve o modo como o sujeito se vicia no *crack*, ou seja, se ancora na circularidade dos eventos que produz a visualização da ação da droga no organismo, conforme se segue:

→ fumar a droga - sentir-se bem - viciar-se/ficar dependente – sentir fissura – roubar/prostituir-se – definhar – morrer.

O ciclo de eventos coloca a questão da droga como um processo de causa e consequência, isto é, ela fica significada numa relação direta em que para cada ação, haveria uma reação, até chegar ao final trágico que seria a morte.

A relação clique-*link* orienta a direção da leitura no infográfico, uma vez que não é possível retornar à primeira “cena” sem se avançar até o final da sequência narrativa. Nessas condições, o clique fica condicionado à prévia programação de um funcionamento sequencial. Não é um funcionamento que possibilite ao leitor clicar aleatoriamente em *links*, mas somente na sequência de *links* já pré-formulada.

Compreendendo amplamente o funcionamento da injunção clique-*link* no infográfico eletrônico, observamos que ela é produzida na e pela relação do sujeito com a máquina, nas condições da vida digital (NEGROPONTE, 2006), pois em outras condições de produção, por exemplo, como na dos primórdios da imprensa, com a prensa móvel de Gutemberg, ou nas da datilografia com suas técnicas de destreza no movimento manual, esta injunção clique-*link* não se produziria. Portanto, a relação clique-*link* compõe o processo de produção da leitura

eletrônica, com a participação de sujeitos determinados pelas condições do ciberespaço.

Sendo o *link* considerado um mecanismo discursivo de dupla face (MORELLO, 2003), o movimento engendrado pela injunção clique-*link* produz específicos trajetos de leitura no infográfico eletrônico. Primeiro pela seleção do trajeto (o conjunto de *links* em disponibilidade) realizada pelo sujeito quando lê o infográfico. A possibilidade de seleção dos *links* produz um efeito pragmático/performativo, em que a posição-sujeito leitor do infográfico fica, imaginariamente, na posição de selecionar o trajeto que quisesse. Nesse movimento se constitui um efeito de controle sobre seu próprio percurso de leitura, contudo conforme já vimos em Morello (2003) o *link* ao mesmo tempo em que mostra o trajeto a ser seguido marca, também, os trajetos que ficaram de fora, trajetos que são impossíveis de demarcar pelas determinações específicas do modo de produção da cada leitura, bem como pela propriedade fundante da linguagem: a incompletude. E é por isso que há somente efeito de controle sobre o trajeto de leitura percorrido pelo leitor.

O imaginário que circula de que o hipertexto seja uma rede composta por nós ligados por conexões de forma não linear produz efeitos de que a rede abarcaria uma totalidade de informações disponíveis na internet e que tais informações seriam infinitas. Contudo, no infográfico eletrônico, o que fica disponibilizado para acesso (seja como texto, imagem, som, etc.) não é infinito, mas delimitado pelas condições de produção do discurso eletrônico. Isto quer dizer que em um determinado ponto estes elementos significantes começam a ser repetidos.

Retomando a análise sobre o infográfico *Sondas no universo*, tanto a formulação verbal, quanto a visual sustentam-se na circularidade, ou seja, há diferentes *links* que ao serem clicados levam a mesmos espaços de leitura, seja

pela palavra, seja pela imagem¹¹. Pode-se ler as informações sobre a sonda *Pioneer 5*, por exemplo, tanto pelo clique no *link* que está disponível na linha temporal (**figura 37**) que restringe a lista de sondas lançada em determinado período, e no caso coloca historicamente o lançamento da sonda em 1960, quanto pela lista com os nomes de sondas (**figuras 38 e 39**) disponibilizada em relação aos planetas, satélites, asteroides, cometas e o além. Em todas estas maneiras de acesso às informações sobre a *Pioneer 5* (e num funcionamento semelhante sobre as demais sondas), a formulação que é acessada pelo *link* leva a um mesmo espaço que contém uma mesma formulação visual. Outra vez o procedimento de reiteração produzindo efeitos de quantidade. Esse efeito é um dos efeitos que sustenta a ideologia da informação, pré-construído do discurso infográfico.

A incorporação de elementos significantes tais como o som, o vídeo, o clique-*link* na textualidade infográfica eletrônica produz modos específicos de significação, visto que o que determina a produção de sentidos, em última instância, são as condições histórico-sociais de produção do discurso, nesse caso, do discurso da informação.

Em relação ao funcionamento do ciberespaço, Dias (2004) afirma que há uma “mudança importante na noção de língua e escritura, consequência do uso do computador e das redes de relacionamento construídas pela internet”. Segundo a autora, no “espaço fluido da internet as categorias identitárias produzem outros sentidos, que estão traçados na escrita, no modo de grafar”. Grafia (verbal), imagem (visual), sujeito, língua estão constitutivamente ligados e significando nesse processo. Para a autora, a ordem discursiva no ciberespaço traz implicações e consequências para a compreensão do funcionamento da língua, pois esta se desloca de seu eixo de funcionamento abstrato calcado na representação e passa a formular-se como *corpografia*, visto que “há, na escrita ciberespacial, uma inscrição do corpo na língua, o corpo acontecendo na

¹¹ O funcionamento circular também pode ser compreendido no infográfico sobre a Insônia e no do *crack*.

significação. Essa é a marca do novo. O corpo estaria textualizado nas letras fragmentadas escritas na tela, nos emotions, na grafia acrônima, agramatical, esquizo” (DIAS, 2004, p. 140). Assim, a estrutura linguística não seria mais determinada por um funcionamento fechado e homogêneo, as práticas de leitura, no ciberespaço, também são afetadas por formulações diferentes que produzem posições-sujeitos diferentes. Questionamos, então, *como o sujeito se significa pelo gesto de ler e clicar, tocar (teclar, digitar)*¹²?

Tomar o infográfico como observatório do funcionamento da linguagem e do sujeito e analisar a circulação dos sentidos produzidos nesse processo implica em considerar desde já sua forma material, pois como observa Orlandi (2005):

Nada é indiferente na instância do significante. [...] Os diferentes materiais e as diferentes superfícies determinam diferentes relações com/de sentidos. Escrito, ou oral, letra ou sinal, superfície plana ou multidimensional, parede, papel, faixa, letreiro, painel, corpo. Textura, tamanho. Cor, densidade, extensão, tudo significa nas formas de textualização, nas diversas maneiras de formular. Jogo da formulação, aventuras dos trajetos que configuram sua circulação. Acaso e necessidade. (ORLANDI, 2005, p. 205).

Buscando tornar visível a especificidade da posição-sujeito leitor da informação na textualidade infográfica eletrônica reiteramos a relação entre o clique e o *link*¹³, visto que para a leitura dos infográficos eletrônicos é determinante que haja um gesto¹⁴ que os coloque em funcionamento, ou seja, há uma injunção [do sujeito] a se clicar em *links*.

¹² Conforme Dias (2004), o gesto simbólico de “teclar” desliza para “copiar”, “colar”, “clicar”, “entrar”, “sair”, “desconectar”, “enviar”, etc.

¹³ Cujá compreensão se ancora nos estudos de Morello (2003).

¹⁴ Conforme proposto por Pêcheux (1997) em que gesto significa “ato em nível simbólico”: tais como assobiar, jogar uma bomba numa assembleia.

Sobre a injunção¹⁵ clique-*link*, compreendemos que tal gesto se efetua no sentido de obrigatoriedade e pressão das circunstâncias. Mais especificamente, em relação ao *link*, seria afirmar que, estruturalmente, pelas condições de produção do discurso eletrônico (ORLANDI, 2010), o sujeito clica-toca-tecla em *links*.

No sistema operacional Windows, o mais utilizado atualmente, é possível relacionar-se com o computador sem utilizar o *mouse* ou o *touch pad*¹⁶, mecanismos que funcionam especificamente pelo clique, contudo a relação demandaria uma técnica complexa e o conhecimento de atalhos específicos para a utilização do teclado.¹⁷ Essas formas alternativas são formas menos utilizadas no espaço digital, pois o *mouse* e o *touch pad*, por sua interface acessível, tornaram-se mais comuns. Embora tais formas alternativas (e complexas) também sejam utilizadas como procedimentos de interface, nesse momento focamos o clique, buscando mostrar a relação entre a técnica e o sujeito.

Partimos do princípio de que o gesto de clicar-tocar-teclar é estruturante da relação do sujeito com a máquina sendo que tal gesto inscreve simbolicamente o sujeito nessa relação. Propriedade que funda uma evidência: quando se está navegando, lendo em tela, falando com alguém no MSN ou *Facebook* há injunção ao clicar! O gesto de clicar tem funcionado sob o efeito de evidência em relação às práticas de leitura da sociedade contemporânea em sua vida digital

¹⁵ Sobre a noção de injunção, de acordo com o dicionário Michaelis (*online*), esta significa: sf. (lat. *injunctio*) 1. Ato ou efeito de injungir. 2. Obrigação imposta; imposição. 3. Pressão das circunstâncias. Nos estudos textuais refere-se, comumente, à relação entre texto instrucional e texto injuntivo designando uma ação requerida, desejada (TRAVAGLIA, 2002). No campo do Direito, observa-se a etimologia do termo injunção que vem do latim *injunctio* - *onis* que significa ordem formal, imposição. Tal palavra procede de *injungere* que significa mandar, ordenar, impor uma obrigação. Sua finalidade, no Direito, é a de realizar concretamente em favor do impetrante o direito, liberdade ou prerrogativa, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o seu exercício, ou seja, é o modo pelo qual se pode exigir a viabilidade do exercício dos direitos e das legalidades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à cidadania, à soberania, etc., na falta de norma regulamentadora.

¹⁶ Interfaces de entrada do computador.

¹⁷ Por exemplo: a tecla *tab* permite que haja movimentação alternada entre os comandos, as teclas *alt + tab* fazem com que haja alternância entre as janelas abertas, a tecla *esc* permite que se cancele alguma tarefa, as teclas *alt + F4* permitem que se fechem janelas.

(NEGROPONTE, 2006). Clica-se com a finalidade de ler o que está no im-previsto do *link*.

A injunção ao clicar pode ser compreendida ao observarmos o quanto pode ser significativo o gesto de deletar algo que lemos e que não concordamos ou quando adicionamos ou mesmo excluimos alguém de algum *site* de relacionamento¹⁸. Afirmamos, então, que a injunção a clicar em *links* se produz como forma material (ORLANDI, 1990), aquela que não é só linguística (um funcionamento formal, abstrato), nem somente empírica (com seu conteúdo-produto), mas é, sobretudo, forma junto com conteúdo, processo histórico de significação em que o sujeito, a história e a linguagem, estão materialmente pensados e implicados. O sujeito se significa nessa injunção que é possibilitada pelas condições de produção do discurso eletrônico.

Na análise do infográfico *Insônia* (Veja.com) mostramos a constituição dessa posição-sujeito leitor de informação infografada capturada pelo efeito da quantidade. Partimos da relação entre o enunciado verbal que está em destaque: *O problema atrapalha o sono – e a vida – de uma parcela considerável de brasileiros. Entenda suas razões, prejuízos à saúde e também as maneiras de tratar o mal*, e as formas significantes visuais que estão em composição neste material.

A palavra **insônia**, grafada em caixa alta (INSÔNIA), indica a possibilidade do trajeto de leitura e põe em destaque o tema do infográfico que é a Insônia.

¹⁸ Agradeço a Marcos Barbai o significativo exemplo.



Figura 56

O enunciado formulado na sequência da palavra **insônia** direciona os sentidos sobre o assunto colocando que ela é um problema que atrapalha o sono e a vida de grande parte das pessoas e que a finalidade das informações no infográfico seria para que se entendessem as razões que levam à insônia, como ela afeta a saúde das pessoas e os tratamentos disponíveis para a cura do *mal*. Contudo, à medida que percorremos as informações disponibilizadas no infográfico, observamos que as causas que levam à insônia aparecem apenas mencionadas e não problematizadas. Desta maneira, a **insônia** fica significada como uma doença e não como consequência de causas específicas advindas de questões psicológicas (depressão, ansiedade), físicas (apneia) ou sociais (problemas financeiros, sentimentais, etc.).

Após a introdução, a expressão LEIA MAIS (em caixa alta) aparece na forma de *link* fazendo a ligação com uma série de outras informações sobre o mesmo assunto. Uma foto grande disposta no lado esquerdo do infográfico apresenta a imagem de uma mulher numa posição desconfortável, num lugar em que, comumente, é significado como um dos mais confortáveis: a cama. A

disposição das mãos segurando firmemente o travesseiro, as pernas encolhidas, a cabeça tentando se afundar no travesseiro, entre outros detalhes, são imagens que põem em circulação sentidos de que há um corpo que está tenso e em desconforto numa cama com fronhas e lençóis brancos e macios, que seriam próprios ao descanso e na qual o corpo deveria estar em posição confortável.

A textualidade infográfica produz efeitos de leitura em *zig zag* e em funil, pois há uma organização dos elementos significantes na tela que demandam uma leitura em ir e vir, um deslocamento do olhar. Num primeiro momento a palavra **INSÔNIA** grafada em letra maiúscula captura o olhar, logo abaixo a imagem da mulher na cama, o olhar é deslocado para cima novamente para a leitura do enunciado que introduz o tema e em seguida o deslocamento do olhar vai para o lado direito em que vídeos e *links* estão organizados para dar acesso a outras páginas com mais informações.

A textualidade infográfica reitera o *movimento de esquematização*, visto que há produção de efeitos de relevância na forma como o deslocamento do olhar é demandado primeiro para a parte superior do infográfico, em seguida para o meio, novamente para a superior e em seguida lateral. O efeito de relevância e também o de ordenação se produzem simultaneamente no funcionamento do clique-*link*, pois ao mesmo tempo em que formulações são disponibilizadas na primeira página do infográfico, as demais só ficam acess(á)íveis pela relação clique-*link*. A produção de efeitos de leitura em *zig zag* e funil está condicionada pelo *movimento de esquematização*, que possibilita a leitura da parte e do todo ao mesmo tempo, bem como produz um estado de leitura específico, isto é, a possibilidade de se ler o que está no im-previsto do *link*.

Na relação entre a formulação verbal e a visual no infográfico sobre a **insônia**, observamos também como cada uma trabalha a incompletude na outra (LAGAZZI, 2009). A formulação verbal: *INSÔNIA O problema atrapalha o sono – e a vida – de uma parcela considerável de brasileiros. Entenda suas razões, prejuízos à saúde e também as maneiras de tratar o mal*, produz efeitos de

sentidos negativos na relação com a formulação visual, descrita (reproduzida) anteriormente. Por meio de palavras como *problema, mal, atrapalha e prejuízos* há um deslize de sentidos para a formulação visual (imagem digitalizada) e vice-versa. Tais palavras reiteram - em relação à imagem de desconforto do corpo da mulher na cama - efeitos de sentidos negativos para insônia, em que a formulação visual significa-se na repetição das palavras: *problema, mal, atrapalha e prejuízos*, as quais significam pelo pré-construído negativo (doença, mal). Nesse processo, observamos a incompletude da língua e a da imagem, pois nenhuma consegue atribuir uma totalidade de sentidos para **insônia**. Além disso, compreendemos o *movimento de esquematização* que produz efeito de relevância nesta prática de leitura em vice-versa, ou seja, o que é relevante fica constantemente reiterado.

É o pré-construído negativo que instaura o trajeto dos sentidos, uma vez que conforme já observamos em outra parte da pesquisa, o discurso jornalístico, espaço em que o infográfico é formulado, é determinado pela injunção à referencialidade, questão que afeta a formulação deste material, pois o imaginário de natureza referencial produzido pela formulação visual é determinado pelo efeito ideológico de que a realidade (o mundo) seja transparente, podendo ser representada “fielmente”, para isso bastando mostrá-la (numa imagem (foto, desenho...), num vídeo, etc.). *Efeito ideológico elementar*, como diriam Althusser e Pêcheux (1997b), constituído por uma injunção pragmática à linguagem que coloca em relação direta a palavra e a coisa, e também a possibilidade de controle dos sentidos pelo sujeito.

O discurso jornalístico tem discursivizado o mundo pelo visual, uma discursivização que é afetada por efeitos ideológicos do que deveria, ou não, ser especificamente esse mundo. O mundo dos insones, na textualidade infográfica, fica significado negativamente, uma vez que o *movimento de esquematização* simula-sintetiza (efeito de síntese) este mundo de maneira a produzir uma estabilidade de sentidos ancorada nos pré-construídos negativos que sempre-já sustentam o discurso sobre a insônia. A própria constituição da palavra “in-sônia”

nos indica essa forma de significar pelo negativo, ou seja, pelo “in” de insônia o pré-construído de que o sono é bom e vital fica negado já na estrutura da palavra, tal como em analfabeto (SILVA, 1996) que é significado pela falta.

Outros seis *links* direcionam o trajeto de leitura do infográfico. É importante observar que esses *links* são já, e ao mesmo tempo¹⁹, informações sobre o tema da reportagem: *origem dos problemas, riscos à saúde dos insones, os tratamentos indicados, recomendações para amenizar o mal, arquivo Veja - reportagens da revista, Vídeos – entrevista com o Dr Sergio Tufik*. Há, também, várias sugestões para o compartilhamento das informações na rede através de sites como *twitter, Del.icio.us*, etc.

Um pouco abaixo, outros dois *links* direcionam a dois vídeos que são divididos em duas partes: *Parte 1 – O drama dos insones* e *Parte 2 – Combate à Insônia*. O primeiro deles já aparece pronto para ser exibido bastando clicar na figura que indica *play* para o início. A quantidade de *links* e de informações nessa formulação aponta para questões interessantes que discutiremos a seguir.

Analisando o funcionamento da televisão em relação à memória, Orlandi (2005) afirma que o funcionamento da TV nos coloca numa situação paradoxal, pois num mesmo processo ela historiciza seu instrumento, e também produz o efeito de “des-historicização” no espectador, subtraindo-o de sua temporalidade, de seu acontecimento pessoal, na história. A autora sustenta que o olho do espectador é o olhar do instrumento e que um efeito de des-historicização estaria “ligado a uma propriedade do instrumento Tevê que deriva da relação entre o mesmo e o diferente” (p. 179). Desta forma, mesmo sendo múltipla em seus *meios* a televisão produz uma homogeneização de seus fins, sendo um instrumento marcado pela produtividade e não pela criatividade.

¹⁹ Já e ao mesmo tempo porque sendo o *link* um mecanismo discursivo de dupla face, como apontou Morello (2003), ele possibilita que o sujeito constitua um trajeto de leitura pelo clique lendo as informações já previamente selecionadas e postas à disposição.

A quantidade, o acúmulo, a produtividade de que nos fala a autora é o que sustenta o funcionamento da memória metálica, que é constituída numa rede horizontal que só repete, pois não há cruzamento entre o eixo da constituição dos sentidos, o interdiscurso, e o eixo da formulação, o intradiscurso. Não há mudança, só repetição do mesmo. Orlandi (p. 181) reitera que a Tevê trabalha para que a memória não trabalhe, “para que já esteja sempre já lá um “conteúdo” bloqueando o percurso dos sentidos, seu movimento, sua historicidade, seus deslocamentos”. E é assim que a Tevê produz em nós a ilusão de que somos os donos dos sentidos, diríamos, uma posição-sujeito leitor de informação sustentada no efeito de evidência da quantidade.

Em geral, a estruturação do infográfico apresenta uma estreita relação com o que nos apresenta Orlandi (2005) sobre as propriedades da Tevê. Parecido também é o efeito paradoxal constituído na relação entre a homogeneização do dizer e os *meios* que possibilitam estes dizeres. Para Orlandi (2005), apesar dos efeitos de quantidade, do efeito de conteúdo, da repetição que não historiciza, a Tevê metaforiza a relação do homem com a linguagem, e nessa específica maneira do homem se significar na linguagem, que apaga a memória histórica substituindo-a pela metálica, atesta a historicização da relação do homem com os *meios* à disposição para se significar, em condições de produção específicas. Nesse processo, continua Orlandi (p. 183), a autoria deveria ser pensada na relação com o modo de funcionamento da memória metálica, pela multiplicidade da repetição e da quantidade. A textualização nesse processo é fundamental, pois os percursos dos sentidos “vão significando na forma mesma em que irrompem os discursos”, na forma de múltiplas versões.

Na análise do infográfico *Insônia*, a produtividade, a quantidade e o acúmulo produzem um efeito de estabilidade dos sentidos, uma ilusão referencial da informação, efeito de conteúdo. O *movimento de esquematização* garante o funcionamento na maneira como torna visível a circularidade entre a formulação verbal e a visual. Assim, haveria quantidade de informações já dadas, “dados” que

atualizariam evidências sobre a **insônia** e que são materializados em cada clicar. O gesto de clicar (formular, selecionar, compor) em um percurso, no infográfico, é um gesto que instaura efeitos de quantidade, acúmulo de informação, contudo são informações sobre o mesmo.

A relação entre o clique e o *link*, conforme já referimos, funciona determinada pelo *movimento de esquematização*. Isto porque as formulações verbais e visuais que já estão disponibilizadas na página principal do infográfico colocam em estado de leitura outras informações que ficariam acess(á)íveis pelo funcionamento do clique-*link*. O modo como se produzem efeitos de sentidos negativos e opositivos (doença/saúde) para insônia, desta forma, fica condicionado pelo *movimento de esquematização*, que organiza uma ordem própria para o que deve ou não ser lido, produzindo efeitos de relevância e ordenamento para os sentidos. Assim, os efeitos negativos e opositivos fazem sentido porque sempre-já estão determinados por elementos pré-construídos. O que o *movimento de esquematização* produz é um modo específico de visibilidade destes sentidos.

Estes efeitos negativos e opositivos produzem uma demanda imaginária para a sociedade que “precisaria” de informações pontuais para evitar os problemas mencionados. Circula como pré-construído, no infográfico, a concepção de que simplesmente a ação de dormir “bem” (oito horas diárias) já seja sinônimo de saúde, enquanto que ter insônia é sinônimo de doença, conforme a formulação que se repete: *INSÔNIA O problema atrapalha o sono*.

A textualidade infográfica que coloca a insônia atravessada por efeitos negativos e opositivos, como já referimos, aponta para outros sentidos que ficaram suspensos como, por exemplo, as causas que levam à insônia (determinantes para que a doença exista), que podem ser as mais diversas: físicas, psicológicas ou sociais; como também a necessidade de sono para as pessoas, que não necessariamente é igual para todos e pode variar muito em função do biorritmo e idade de cada um. Assim, são instauradas oposições como *sono-saúde/insônia-*

doença, isto é, ao designar insônia como *problema e mal, que atrapalha e dá prejuízos* à saúde, constitui-se um deslizamento de sentidos entre *problema, mal, atrapalha e prejuízos*.

O que fica significado na textualidade do infográfico sobre insônia é que no material disponibilizado (a ser acessado ou não pela relação clique-*link*) sempre ficam questões que ninguém consegue explicar e que mesmo assim são formuladas na promessa de se entender. O que se faz é reiterar procedimentos sempre repetidos, conforme abaixo:

O que é insônia?

Passar noites em claro pode soar poético. Mas mesmo os poetas reclamam das horas maldormidas: "Não durmo, jazo, cadáver acordado, sentindo. E o meu sentimento é um pensamento vazio", lamentou Fernando Pessoa, sob o heterônimo Álvaro de Campos, em *Insônia*. Fora da literatura, a insônia atrapalha o sono – e a vida – de uma parcela considerável das pessoas: entre 5% e 10% da população geral sofrem com o mal, segundo estatísticas do neurofisiologista Flávio Aóla, do Centro de Estudos do Sono do Hospital das Clínicas de São Paulo. A incidência pode ser ainda maior entre alguns segmentos: de acordo com estudo da Sociedade Brasileira do Sono realizado na capital paulista, o problema atinge mais de 40% entre pessoas entre 20 e 80 anos.

Mas, afinal, como saber se a falta de sono pode ser qualificada como um transtorno ou decorre de simples situação passageira? E quais riscos ao organismo as noites maldormidas podem provocar?

Segundo o médico, a insônia se define pela "percepção subjetiva de dificuldade para começar ou continuar dormindo ou acordar cedo demais", além de combinações de sintomas diurnos como cansaço e fadiga. "É um transtorno de 24 horas", resume. "Não é porque a pessoa dorme mal e acha que fica bem durante o dia que não deve se preocupar: em algum momento, ela vai ter prejuízos".

Quando é preciso se preocupar

A dificuldade para dormir se transforma em doença quando ao menos uma das situações abaixo se repete por no mínimo três semanas

- A demora para adormecer é superior a meia hora
- Há mais de cinco interrupções do sono durante a noite
- A soma das interrupções excede 30 minutos, em uma noite com seis horas e meia de sono ou menos
- Acorda-se de madrugada e não se consegue voltar a dormir, também em noites com seis horas e meia de sono ou menos

Figura 57

As origens do problema

De acordo com o Instituto do Sono, ligado à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), "a insônia é a ponta de um enorme iceberg" e deve ser analisada sob três aspectos: físico, psicológico e social. Ou seja, não se pode culpar unicamente as situações de ansiedade e stress pelas noites maldormidas. Muitas vezes, a raiz do problema está escondida onde só um médico pode encontrar.

Entre as possíveis causas da insônia, estão doenças físicas, uso de medicamentos e até distúrbios hormonais. Doenças psiquiátricas e neurológicas como depressão, Parkinson, esquizofrenia, derrames cerebrais e Alzheimer também podem trazer dificuldades. Nesses casos, a ajuda especializada é fundamental. O coordenador do Instituto do Sono da Unifesp, Sérgio Tufik, acrescenta ainda outro elemento causador da insônia: o medo. "Medo, na natureza, é exatamente o contrário do sono: só dorme quem está tranquilo, quem não vai ser atacado", afirma.

Como se não bastassem esses fatores involuntários, pioramos ainda mais nossa qualidade de sono – ou até mesmo desencadeamos a insônia – com hábitos errados que adquirimos no dia-a-dia. Falta de rotina para dormir, ambiente inadequado e ingestão de bebidas alcoólicas são alguns erros comuns. "Antigamente, tudo era mais fácil. Hoje, com a luz artificial, TV e internet, mudou o nosso comportamento", explica Tufik. E é nessas situações que a nossa ação pode ser mais eficaz. [Confira as recomendações de especialistas para uma boa noite de sono.](#)

O ambiente – A qualidade do sono depende em grande medida do ambiente em que se repousa. Por isso, características básicas como barulho, calor ou claridade excessivos devem ser levadas em conta. "Fisicamente, o ambiente tem que estar acondicionado apropriadamente, daí os cuidados com luz, temperatura e ruído", orienta o neurofisiologista Flávio Aóla, do Centro de Estudos do Sono do Hospital das Clínicas de São Paulo.

O médico lembra ainda que o sono é influenciado pelo ambiente "de uma forma perceptível e imperceptível". Em outras palavras, você pode achar que está dormindo bem em um lugar barulhento ou em um lugar não ideal e não perceber o problema", explica. Ou seja, deve-se manter o quarto nas condições ideais sempre: escurecido, fresco e silencioso.

Para isso, é indicada a instalação de cortinas que realmente isolem o ambiente da claridade externa. Outra dica: desligue a TV, pois a luz da telinha prejudica a secreção da melatonina, hormônio que induz o sono e só é produzido no escuro. Outra alternativa é adormecer com tampões para dormir. Contra o barulho, a saída são os tampões de ouvido. Quanto à temperatura, alguns condicionadores de ar possuem a função sleep, que ajustam a temperatura durante a noite.

Figura 58



Figura 59



Figura 60

O efeito de quantidade e a injunção ao conteúdo ficam determinados pelo *movimento de esquematização* em sua propriedade estrutural de selecionar, ordenar e sintetizar as informações. O efeito de produtividade garante a estabilidade dos sentidos e alimenta a ilusão de onipotência do sujeito.

Pode-se dizer que há uma especificidade do eletrônico em relação ao impresso que se constitui por meio do clique-*link-zoom*, os quais são aqui considerados como procedimentos de leitura. Estes procedimentos produzem a movimentação da formulação eletrônica, o que não é possível na formulação impressa. A relação clique-*link-zoom* na textualidade infográfica eletrônica se constituiria, então, como forma material do eletrônico sob a injunção do efeito de informação. Contudo, é necessário lembrar que a injunção clique-*link* se materializa também na formulação impressa sob a forma, por exemplo, de indicações como “acesse nossa página” ou “em nossa página na internet, clique em...”.

7 CONSIDERAÇÕES (SEM) FINAIS

*Seguir viagem, tirar os pés do chão
Outros ares... sete mares... voar... mergulhar
O que nos dá coragem
Não é o mar, nem o abismo
É a margem, o limite e sua negação.*

Engenheiros do Hawaii

Não é fácil produzir o efeito de fecho (GALLO, 1994), ainda mais depois de tanto tempo na luta com as palavras vãs que vertiginosamente nos viram a cara e escapam pelas brechas e vãos no processo da escrita. O jogo entre o logicamente estabilizado e o sujeito ao equívoco também habita, em concomitância, o nosso próprio espaço de constituição de autoria. Desafio e coragem. O desafio da análise de um *corpus* complexo e multiforme, como o aqui apresentado, é proporcional ao gesto de coragem em trilhar desconhecidos e tortuosos caminhos. Trilhas eletrônicas, trilhas tortuosamente esquemáticas, trilhas estranhamente familiares... trilhas em movimento.

Iniciamos esta pesquisa apresentando nossa sempre inquietação sobre as práticas de leitura na contemporaneidade, que teriam sua sustentação nas condições de produção e circulação de materiais cuja formulação se ancora não somente na formulação verbal já estabilizada nas práticas escolares e científicas, mas também nas formulações compostas por elementos significantes como imagem, som e palavra, tendo nosso objeto de estudo, o infográfico, uma conjunção desses elementos.

Algumas condições foram determinantes na constituição dessa inquietação, como, por exemplo, nosso trajeto pedagógico como professora da educação básica em que o trabalho com a leitura circulava como conteúdo programático a ser ensinado na escola. Questões como “por que o aluno não lê”

ou “por que o aluno não entende o texto que lê” condicionavam, naquele momento, a maneira como deveríamos ou não trabalhar em sala de aula. Sob a determinação institucional do “deve-se ensinar a ler” buscávamos respostas no cotidiano escolar, na prática relacional que se estabelecia cotidianamente entre professor-aluno, aluno-objeto a ser lido, professor-objeto a ser lido/ensinado, aluno-família, entre outras. Inúmeras “experiências” foram realizadas com o objetivo de tentar compreender os vários modos de ler. Experiências em que levávamos para a sala de aula uma diversidade de materiais que circulavam na mídia, entre eles o infográfico. Práticas empíricas, que, no entanto, não nos abriam nenhum panorama que possibilitasse compreender tais questões.

Foi neste ponto que o incômodo aumentou, pois se a leitura de materiais formulados verbalmente não atendia às determinações do aparelho escolar, a leitura de materiais compostos por elementos significantes diversos, não era diferente. Um processo complexo se constituía nesse cotidiano de professora da educação básica, professora que demandada pelo dever institucional queria (devia?!) ensinar seu aluno a ler!

Mobilizando conhecimentos teóricos e analíticos constituídos na prática da análise de discurso, empreendemos essa aventura que põem em relação o campo do jornalismo, o do *design* e o da teoria da informação para compreender, pelo funcionamento da linguagem e da produção dos sentidos, a leitura do infográfico.

A noção de prática e de processo são muito caras a esse percurso, uma vez que ambas inscrevem-se na concepção materialista, e isto é de uma consequência extrema para nosso trabalho. Segundo Pêcheux (1997a, p. 213), “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas” e, mais do que isto, “não existe prática sem sujeito”. Pensar numa prática de leitura, portanto, é considerar a relação de um leitor com suas reais condições de existência e não somente uma relação

sobredeterminada pelo funcionamento do pensamento sobre o ser, isto é, uma concepção idealista de prática. Isso é o que nos permite afirmar que as práticas de leitura contemporâneas são demandadas pela formulação-circulação de materiais compostos por elementos significantes diversificados. Do mesmo modo, considerar os processos de produção dos sentidos, deslocando a primazia do conteudismo, nos mostra a leitura em seu movimento, ou ainda, o movimento da leitura, tendo na análise do infográfico, um espaço de compreensão de um seu modo de formulação.

Nessas condições, retornar à pergunta que orienta esta pesquisa - *como a leitura se organiza na textualidade espaço-temporal do discurso do infográfico?* - constitui-se numa espécie de caminho para compreendermos nossa tão sempre-já-ai inquietação. Sendo assim, essa pergunta nos possibilita afirmar que a leitura se organiza por um *movimento de esquematização*, no caso específico do funcionamento do infográfico. E chegar a esse ponto não foi nada simples.

Nosso percurso contou primeiro com o questionamento do modo como foram se constituindo, historicamente, discursos sobre a necessidade de se informar, ou seja, a produção de uma demanda para a informação. Compreendemos, assim, que se constituía simultaneamente à produção dessa demanda, um efeito de necessidade de formulação para informação sustentada no efeito de evidência do numérico. Fizemos um trajeto pelos discursos **sobre** o infográfico e demos visibilidade ao modo como uma administração de sentidos sobre seu modo de formulação e circulação são determinantes para a produção de práticas de leitura sustentadas na rapidez-velocidade, no esquemático. Apresentamos, ainda, como este discurso sobre o infográfico mobiliza uma concepção de língua instrumental para a sustentação de um efeito de eficácia comunicativa deste objeto.

Em relação à formulação impressa e a eletrônica compreendemos que, apesar da diferença no modo de circulação, a textualidade infográfica é produzida

a partir de propriedades comuns aos dois modos de formulação, tais como o *zoom*, o *link*, gráficos estatísticos, pontilhados e setas, e também por uma propriedade específica: o clique. Salientamos que o funcionamento do clique ainda é um ponto em aberto a espera de outras pesquisas, principalmente no que tange às práticas de leitura contemporâneas. A demanda de conhecimento sobre este objeto impõe outros/novos questionamentos para sua compreensão.

O que podemos dizer sobre a relação entre a formulação impressa e a eletrônica é que há uma relação com a memória determinada pelas condições de produção de leitura. Assim, a ordem do impresso constitui uma memória do impresso com a qual o leitor se relaciona, mas também há uma ordem do eletrônico que demanda uma relação específica do leitor com uma memória (em constituição) do eletrônico. A textualidade infográfica eletrônica produz uma mexida no modo de funcionamento da memória quando posta em relação ao impresso, porque ler é estabelecer uma relação com a memória, sendo que tal prática [da leitura] é determinada pelas suas próprias condições históricas de produção. Não se pode dizer, desta maneira, que exista uma oposição entre o impresso e o eletrônico, mas sim uma relação de memória que constitui o processo das práticas de leitura, tanto do impresso, quanto do eletrônico.

A relação entre o impresso e o eletrônico apresenta, portanto, uma miríade de questões que apontam para funcionamentos específicos. As análises apresentadas nesta tese mostram apenas alguns pontos desta relação, não sendo possível estabelecer uma diferença específica entre a formulação impressa e a eletrônica na textualidade infográfica. Assumimos, portanto, que este ponto fica em aberto em nossa pesquisa, demandando, também, outras análises para sua compreensão.

Demos visibilidade, dessa maneira, a um efeito de leitura que designamos como *zig zag* e funil, visto que há uma organização dos elementos significantes que demandam uma leitura em ir e vir sobre o objeto analisado, um deslocamento do olhar entre estes elementos. A produção dos efeitos de leitura

em *zig zag* e funil está condicionada pelo *movimento de esquematização*, pois esta estruturação possibilita uma leitura da parte e do todo ao mesmo tempo. Produz, ainda, um estado de leitura específico, isto é, a possibilidade de se ler o que está no im-previsto do *link*.

Demos visibilidade à produção de uma posição-sujeito leitor da informação infografada na textualidade infográfica. Mostramos, mesmo que este funcionamento não seja específico do infográfico, como essa posição-sujeito leitor de informação infografada funciona sob o efeito de evidência da necessidade de informar-se, e mais especificamente, sob a emergência da ideologia do sujeito-de-direito idêntico e autônomo, que teria o direito de informar-se para, imaginariamente, saber controlar seu conhecimento e sua vida! Poderíamos dizer que o infográfico apresenta uma textualização radicalizada, produzida sob a injunção a se informar, sendo o movimento de esquematização um sintoma dessa radicalização do funcionamento da informação.

Compreender a constituição do discurso do infográfico é abrir espaço para pensar sua estrutura-funcionamento, estrutura determinada por pré-construídos que, conforme mostramos ao longo da tese, sustentam o funcionamento de uma linguagem objetiva e neutra, que instauraria um ritual de se significar pela completude e pela lógica, numa estabilização dos sentidos e dos sujeitos. Contudo, tal funcionamento não é assim tão simples!

Conforme salientamos, a compreensão das análises realizadas nos levaram - através da observação da regularidade de marcas como as formulações verbais, as tabelas e gráficos estatísticos, setas, pontilhados e a ordenação numérica e alfabética - a visualizar a produção de, pelo menos, três efeitos de sentidos que se materializam simultaneamente no discurso do infográfico: o efeito de relevância, o de síntese e o de ordenação. Tais efeitos foram determinantes para darmos visibilidade ao *movimento de esquematização*, um duplo movimento que abriga a tensão entre a estabilidade e o deslocamento, ou seja, um ritual que administraria os modos de leitura, contudo passível de ser rachado pela força

material das relações históricas de produção dos sentidos. Desta forma, o *movimento de esquematização* é um funcionamento de leitura que possibilita dar visibilidade ao modo de formulação de materiais constituídos pela demanda informacional e compostos pela imbricação material.

As questões que acompanham a constituição de um discurso (do) infográfico nos colocam em estado de urgência analítica e teórica quando em relação com o que circula como a “sociedade da informação”. Que estatuto a informação adquire num processo como esse foi um ponto de questionamento em nosso trabalho. Tomando a relação entre informação-infografia, atravessada institucionalmente pelo discurso jornalístico, é possível dizer que a informação se constitui como um produto, e circulando como produto, inevitavelmente, apaga seu próprio processo de constituição. Sendo produto, a relação com o consumo, com a propriedade e com o consenso está fundada. No efeito de evidência da informação-produto se materializam demandas de consumo e o infográfico produz essa reificação da informação. Marcado pelo determinismo informacional, o infográfico marca e mostra como se deve ler a informação.

Esse funcionamento complexo e contraditório produz efeitos de redução do tempo e aumento da velocidade da leitura. Haveria, assim, um redimensionamento espacial marcado pelo *movimento de esquematização* e uma demanda de velocidade de informação que sobredeterminaria o funcionamento da leitura, produzindo a reorganização textual dessa prática. O *zoom*, por exemplo, põe em cena a especificação-detalhamento das imagens, produzindo o efeito de síntese. Isto indica que, ao mesmo tempo em que produz efeitos de garantia da quantidade/qualidade da informação, são produzidos, também, efeitos de síntese para a leitura.

A infografia funciona sob o efeito de completude e sua textualidade administra as práticas de leitura, pois ao mesmo tempo em que produz um determinado modo de fazer circular as informações, já dá ao leitor um modo específico de lê-las e compreendê-las. Um funcionamento temporal específico da

infografia regularia esta prática de leitura, pois textualizar em formas esquemáticas e em *zoom* produz a demanda de uma leitura ancorada no efeito de velocidade.

Dessa maneira, a textualidade infográfica emerge como um sintoma de radicalização da informação, desta informação-produto marcada pelo “dado” estatístico, pelo efeito de literalidade. Sob a ideologia de informar sempre (repetição) e de maneira rápida, o discurso do infográfico, contraditoriamente, dá visibilidade à incompletude da língua (não é possível dizer tudo) e também marca o processo de repetição que aponta para uma falta constitutiva da informação (desejar tudo dizer), isto porque para dizer “melhor, mais e rápido” seria preciso dizer sempre de outra forma.

Diante do processo discursivo aqui apresentado, deixamos algumas tantas outras trilhas tortuosas a serem exploradas, como desafios. Uma delas é analisar se o conceito de *movimento de esquematização*, que compreendemos se constituir no discurso do infográfico, sustentaria, também, o próprio discurso da informação, ou, ainda, outros discursos que circulam na opacidade cotidiana de nossa sociedade demandada pelo discurso da rapidez-velocidade e que aparecem imbricados em diferentes materialidades.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- AMOSSY, R.; HERSCHERBERG P. A. – **Stéréotypes et clichés**, Paris: Nathan, 1997.
- CALDEIRA, I. **O boi em pedaços**. Disponível em <http://economia.ig.com.br/preco+da+carne+deve+se+manter+em+alta+por+mais+dois+anos/n1238096395769.html>. Acesso em 7 mar.2012.
- CAIRO, A. **Infografia 2.0** - visualización interactiva de información en prensa. Madrid: Alamut. 2008.
- _____. **O infografista como criador de conteúdo**. Disponível em: http://www.nupejoc.cce.ufsc.br/paginas/produ/entrevista_cairo.pdf. 2009. Acesso em 8. Abr.2011. Entrevista concedida a Mayara Rinaldi.
- CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- CHARTIER, R. Da história da cultura impressa à história cultural do impresso. Intercom - **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, Vol. 28, No 1 (2005). Disponível em <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc/article/viewArticle/892> Acesso em 27 jan. 2011.
- DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Trad. de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto. 1992.
- DE PABLOS COELLO, J. M. Siempre ha habido infografía. **Revista Latina de Comunicación Social**, 05. Acesso em 22 out. de 2011. Disponível em <http://www.ull.es/publicaciones/latina/a/88depablos.htm>
- DE PABLOS, J. M. **Infoperiodismo**. El Periodista como Creador de Infografia. Madrid, Editorial Síntesis, 1998.
- DIAS, C. P. **A discursividade da rede (de sentidos)**: a sala de bate-papo hiv. Tese de doutorado. IEL/UNICAMP, 2004.
- _____. Imagens e metáforas do mundo. **Revista Rua** [on line], nº15, v.2, p.15-28, 2009.
- _____. O sentido das cidades virtuais. In **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, 53(2): 125-136, Jul./Dez. 2011.
- D'OLIVO, F. M. **O social no cordel**: uma análise discursiva. Dissertação de Mestrado. IEL/UNICAMP, 2010.
- EVANGELISTA, E. e IRIA, L./Editora Abril. Quem venceria um duelo entre um tigre e um leão? **Revista Mundo Estranho**, Edição nº 51 – Maio de 2006.
- FRANÇA, Ronaldo. 70 questões para entender o etanol. **Revista Veja** - Editora Abril, Edição n.º 2052, 19 de março de 2008. Disponível em http://veja.abril.com.br/190308/p_104.shtml - Acesso em 10 de março de 2011.

FRANÇA, Ronaldo. O ciclo do etanol. In 70 questões para entender o etanol. **Revista Veja** - Editora Abril, Edição n.º 2052, 19 de março de 2008. Disponível em http://veja.abril.com.br/190308/popup_energia.html - Acesso em 10 de março de 2011.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Tradução de Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello, Campinas: Pontes, 2004.

GALLO, S. L. **Como o texto se produz**: uma perspectiva discursiva. Blumenau: Nova Letra Gráfica, 2008.

_____. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

Grupo RBS – Jornal de Santa Catarina e A Notícia. **Os efeitos do crack no organismo** In Campanha: *Crack* nem pensar. Disponível em http://zerohora.clicrbs.com.br/especial/br/cracknem pensar/conteudo_0,3755,Como_crackagenoorganismo.html. Acesso em 08/12/2011.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Trad. CASTRO, Maria Fausta Pereira de. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

Internet alcança marca de 2 bilhões de usuários no mundo, diz ONU. Site UOL – Tecnologia. Disponível em <http://tecnologia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2011/01/26/internet-alcanca-marca-de-2-bilhoes-de-usuarios-diz-onu.jhtm>. Acesso em 13 jun. 2012.

JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. SP: Cultrix. Disponível em <http://pt.kickasstorrents.com/lingueistica-e-comunicacao-roman-jakobson-ebook-pt-br-t3976728.html>.

KANNO, M. Yes, we can. In **Mostra Nacional de Infografia**, 2009. Disponível em <http://kanno-infografia.blogspot.com.br/>. Acesso em 25/04/2012.

KANNO, M. e BRANDÃO, R. **Manual de Infografia – Folha de São Paulo**. Folha de São Paulo, 1998.

LAGAZZI, S. O recorte significante na memória. In: INDURSKY, F. et al. (orgs.). **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos - SP: Claraluz, 2009.

_____. Pontos de parada na discursividade social: alternância e janelas. In: MORELLO, R. (Org.). **Giros na Cidade**: materialidade do espaço. Campinas: Labeurb/Nudecri, Unicamp, 2004. p. 67-81.

_____. **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. Tese de Doutorado. IEL/UNICAMP, 1998.

_____. The social in scene in significant materiality. In **Acta Scientiarum Language and Culture**. DLE-UEM: Maringá - PR, v. 32, n. 2, p. 153-161, 2010.

LEMONS, A. **Cibercultura. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Porto Alegre, Sulina, 2008.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993.

MARIANI, B. Sentidos de Subjetividade: Imprensa e Psicanálise. In **Revista POLIFONIA**. Cuiabá, UFMT, 2006, V. 12 N. 1 p. 21-45.

_____. Discurso e Instituição: a Imprensa. In **Revista Rua**, Campinas, nº 5, 1999, p. 47-61.

MATTELART, A. e MATTELART, M. **Histórias das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2000.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo, Edições. Loyola, 2002.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In MARCUSCHI, L. A. e XAVIER, A. C. (org.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MORELLO, R. Definir e Linkar em que sentido? In ORLANDI, E. (org.) **Para uma Enciclopédia Discursiva da Cidade**, Campinas/SP, CNPq/Labeurb/Pontes, 121-133.

NAVES, M. B. A ilusão da jurisprudência. In **Lutas Sociais** (PUCSP), São Paulo, v. 7, p. 67-72, 2001.

NEGROPONTE, N. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ORLANDI, E.P. À contrapelo: incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade. **Revista RUA [online]**. 2010, no. 16. Volume 2 - ISSN 1413-2109.

_____. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas - SP: Pontes, 2005.

_____. Claude Lévi-Strauss, Michel Pêcheux e o estruturalismo. In **Revista Comciência**, n.108, 10 mai. 2009. Disponível em <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=46&id=547> . Acesso em 28/06/2012.

_____. Silêncios: Presença e Ausência. **Revista Comciência**, n.101, 10 set. 2008. Disponível em <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=38&id=456>. Acesso em 15/06/2012.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas – SP: Pontes, 2001.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____. **Discurso e argumentação: um observatório do político**. In: Fórum Lingüístico, Florianópolis: n. 1 (73-81), jul-dez., 1998.

_____. **Terra à vista**. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1990.

PAMPLONA, I. Insônia. In **Revista Veja.com**. Disponível em http://veja.abril.com.br/especiais_online/insomnia/index.shtml - Acesso em 13 de abril de 2010.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas : Editora da Unicamp, 1997a.

_____. Análise automática do discurso. Tradução de Eni P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1997b.

_____. Ler o arquivo hoje. In ORLANDI, E. (Org.) **Gestos de leitura**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

_____. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas – SP: Pontes, [1990] 2006.

_____. Delimitações, inversões e deslocamentos, In **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 19, Campinas: Unicamp, 1990. p. 7-24.

_____. Análise de discurso e informática. In ORLANDI, E. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux textos selecionados. Tradução de Cristiane Dias. Campinas – SP: Pontes, [1981] 2011.

_____. Análise sintática e paráfrase discursiva. In ORLANDI, E. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux textos selecionados. Tradução de Cláudia Pfeiffer. Campinas – SP: Pontes, [1980/82] 2011.

PELTZER, G. **Jornalismo iconográfico**, Lisboa, Planeta Editora Ltda, 1992.

RIBAS, B. M. Ser infográfico – apropriações e limites do conceito de infografia no campo do jornalismo. In III Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJor, 2005, Florianópolis – SC. **Anais do III Encontro de SBPJor** – CD, 2005.

Revista Superinteressante. Sondas no Universo, Edição nº 257, outubro de 2008. Consultoria: Alberto Cairo e Luiz Iria Ilustração e Modelagem 3D: Alberto Cairo; Desenvolvimento: Douglas Kawazu e Fabiane Zambon; Texto: Daniel Schneider; Edição: Rafael Kenski. Disponível em http://super.abril.com.br/multimedia/info_345143.shtml, acesso em 08/08/2011.

TEIXEIRA, T. A presença da infografia no jornalismo brasileiro, proposta de tipologia e classificação como gênero jornalístico a partir de um estudo de caso. In **Revista Fronteiras**, IX(2): 111-120, mai/ago 2007. Disponível em: http://www.unisinos.br/arte/files/111a120_art04_teixeira.pdf. Acesso em 23/10/2010.

_____. Que beleza! O Infográfico e o Jornalismo Informativo. In FELIPPI, A.; PICCININ, F. e SOSTER, D. de A. (Org.) **Edição de Imagens em Jornalismo**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

SCHNEIDER, D. Sobre as sondas espaciais. **Revista Superinteressante**, EDIÇÃO 257, outubro de 2008.

SILVEIRA, L. H. Y. **Modelo de caracterização de infográficos: uma proposta para análise e aplicação jornalística**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes. São Paulo, 2010.

URBIM E. e OLIVEIRA J./ Estúdio Deveras/Editora Abril. Como os mais ricos do mundo ganham dinheiro? **Revista Superinteressante**, Edição nº 268, agosto de 2009.

VALERO SANCHO, J. L. El relato en la infografía digital. In: ALIAGA, R. S.; DÍAZ NOCI, J. **Manual de Redacción Ciberperiodística**. Barcelona: Ariel, 2003.

VALERO SANCHO, J. L. **La Infografía: Técnicas, Análisis y Usos Periodísticos**. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2001.

SILVA, M. V. da. **Nas margens de um tema**. Disponível em Grupo de Estudos Discursivos – www.ged/letras/ucb.br. Acesso em 25 abr. 2010.

INDURSKY, F. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006, p. 33 80.

WERTHEIM, Margaret. **Uma história do espaço: de Dante à Internet**. Tradução de Maria Luiz X. Borges. Revisão técnica Paulo Vaz. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.